



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Unidade de Ciências

Socioeconômicas e Humanas

Programa de Pós-Graduação “Territórios &
Expressões Culturais no Cerrado”



MARIANA DE SOUSA BERNARDES

SOBRESCRITOS BARROCOS:

A composição estética de documentos da Capitania de Goiás – século XVIII

Anápolis

2017

MARIANA DE SOUSA BERNARDES

SOBRESCRITOS BARROCOS:

A composição estética de documentos da Capitania de Goiás – século XVIII

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Eliézer C. de Oliveira

Anápolis

2017

Ficha catalográfica

B522s

Bernardes, Mariana de Sousa.

Sobrescritos barrocos [manuscrito] : a composição
estética de documentos da capitania de Goiás
– século XVIII / Mariana de Sousa Bernardes. –
2017.

154f. : il.

Orientador: Eliézer C. de Oliveira.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).
Universidade Estadual de Goiás, Campus de
Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis,
2017.

Inclui bibliografia.

1. História cultural - Goiás(Estado). 2. Livros
religiosos – Estética – História. 3. Caligrafia -
Barroco - Goiás(Estado). 4. Documentos –
Iluminuras – História – Goiás(Estado).
5.Dissertações – TECCER – UEG. I.Oliveira,
Eliézer C. de. II.Título.

CDU 003.077(817.3)(043.2)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH
CRB1/2385

MARIANA DE SOUSA BERNARDES

SOBRESCRITOS BARROCOS:

A composição estética de documentos da Capitania de Goiás – século XVIII

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Eliézer C. de Oliveira

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira
Presidente / UEG-TECCER

Prof. Fernando Lobo Lemes
Membro / UEG-TECCER

Prof. Ademir Luiz da Silva
Membro / UEG-TECCER

Anápolis, 02 de agosto de 2017

AGRADECIMENTOS

O mestrado é uma etapa na vida profissional acadêmica. Mas a atividade de estudante e pesquisadora não acontece apartada da vida privada, familiar e social. Portanto, há momentos em que tudo isto flui num vórtice bastante profundo.

Por isso quero agradecer muito ao apoio da minha família, que me ajudou em meses de rotina às avessas.

Aos meus amigos que ficaram na torcida e tinham toda a paciência para serem “meus alunos” quando acabava “ministrando” algum assunto da pesquisa para eles.

Aos meus colegas de mestrado que compartilhavam dos momentos de angústias e de muita risada entre os compromissos e as “xerox”.

Aos docentes e técnicos administrativos da Universidade Estadual de Goiás, que colaboraram para a conclusão dessa pós-graduação entre Goiânia e Anápolis.

À Instituição Capes pelo fornecimento da bolsa durante a pesquisa.

Ao meu orientador, Eliézer Cardoso cujo trabalho me ofereceu suporte intelectual e sensível que, por vezes, me faltou na ansiedade de mestranda.

À professora Cristina de Cássia, que participou da banca de qualificação e disponibilizou material para ajudar na pesquisa.

À professora Alice Fátima Martins, que apareceu na minha vida não como a protagonista homônima da obra infantil, mas foi o coelho branco que me tirou daquele estado “meio sonolenta e burra porque o dia estava tão quente...” e assim parti rumo aos estudos acadêmicos – reino também de coisas estranhas.

E, por fim às minhas criaturas caninas que me distraíam das preocupações: Dama, Snow e Nemo.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a composição estética dos livros de irmandades religiosas e dos documentos administrativos da capitania de Goiás no século XVIII, os quais possuem ornamentos caligráficos, iluminuras e ilustrações. A seleção das fontes delimitou três compromissos de irmandades do arraial de Cocal, região norte da capitania e um compromisso de Vila Boa, sede administrativa do governo. E, dos manuscritos oficiais, extraídos do Arquivo Ultramarino, há os mapas de rendimento concernentes ao período dos três primeiros capitães-gerais, após o desmembramento entre Goiás e São Paulo. A fundamentação a partir de categoria estética se justifica por entender estes escritos adornados como representações dos processos de tradução cultural de um projeto de civilização orquestrado pelo império português às circunstâncias do território, o Cerrado. A proposta dessa perspectiva histórico-cultural visa à exposição de aspectos do Antigo Regime e da escrita ocidental e das expressões barrocas compreendidas na materialidade dos textos e na sensibilidade dos contextos pertencentes à sociedade colonial goiana. O panorama historiográfico trata das relações de conflitos interétnicos, dos problemas na implantação das escolas régias, das práticas sociais e religiosas, por exemplo, a organização urbana dos povoados e da igreja católica. Neste trabalho, foram utilizados os instrumentos conceituais relativos ao barroco, de Walter Benjamin, sobre alegoria e imagem-escrita e, de Vilém Flusser, sobre a autenticidade em traduções culturais. Quanto ao aspecto sociológico, se destaca Gilberto Freyre com o orientalismo e o sadismo na formação brasileira; e Norbet Elias com o autocontrole nas sociedades de corte; e Sérgio Buarque com os tipos ideais. Todos estes autores corroboram para a estrutura hipotética da pesquisa sobre esta sociedade que primava pelas manifestações de pensamento imediato, valentia e medo em detrimento dos pensamentos abstratos, erudição e caligrafia.

Palavras-chave: História cultural; Goiás; Irmandades; Caligrafia; Estética; Barroco.

ABSTRACT

This research approaches the aesthetic composition of books of religious brotherhoods and administrative documents produced in the captaincy of Goiás in the eighteenth century, which have calligraphic ornaments, illuminations and illustrations. The sources selection delimited three commitments of brotherhoods of Arraial of Cocal, north region of the captaincy, and a commitment of Vila Boa, administrative seat of the government. From the official manuscripts, extracted from the Overseas Archive, there are yield maps concerning the period of the first three General Captains, after the detachment between Goiás and São Paulo. The theoretical foundation on the aesthetic category is justified by the fact that these writings are considered as representations of the processes of cultural translation of a project of civilization orchestrated by the Portuguese Empire to the circumstances of the territory, Cerrado. This historical-cultural perspective aims at exposing aspects of the Old Regime and Western writing, of baroque expressions included in the materiality of the texts, and the sensitivity of the contexts belonging to the colonial society of Goiás. The historiographical panorama deals with the relations of interethnic conflicts, problems in the implantation of regal schools, and social and religious practices, for example, the urban organization of the towns and the Catholic Church. In this research, we applied conceptual instruments related to Baroque, by Walter Benjamin, on allegory and image-writing, and, by Vilém Flusser, on authenticity in cultural translations. For the sociological aspect, we applied the concepts of Gilberto Freyre on orientalism and sadism in the Brazilian formation; of Norbet Elias on self-control in court societies; and of Sérgio Buarque on ideal types. These authors solidify the hypothetical structure of research on this society, which prevailed by manifestations of immediate thought, courage, and fear, to the detriment of abstract thoughts, erudition, and calligraphy.

Keywords: Cultural history; Goiás; Brotherhoods; Calligraphy; Aesthetics; Baroque.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	51
IMAGEM 3.A:	91
IMAGEM 3.B:	93
IMAGEM 3.C:	94
IMAGEM 3.D:	96
IMAGEM 3.E	99
IMAGEM 3.F	100
IMAGEM 3.G:	102
IMAGEM 3.H:	104
IMAGEM 3.I:	107
IMAGEM 3.J:	107
IMAGEM 3.K:	108
IMAGEM 3.L:	110
IMAGEM 3.M	111
IMAGEM 3.N:	112
IMAGEM 3.O:	113
IMAGEM 3.P:	114
IMAGEM 3.Q	115
IMAGEM 3.R:	117
IMAGEM 3.S:	119
IMAGEM 3.T:	120
IMAGEM 3.U:	121
IMAGEM 3.V:	123
IMAGEM 3.W:	124
IMAGEM 3.W.1:	125
IMAGEM 3.X	126
IMAGEM 3.Y:	128
IMAGEM 3.Y.1:	129
IMAGEM 3.Z:	129
IMAGEM 4.1	133
IMAGEM 4.2	134
IMAGEM 4.3:	135
IMAGEM 4.4:	136
IMAGEM 4.5	139
IMAGEM 4.6	140
IMAGEM 4.7	141
IMAGEM 4.8	142
IMAGEM 4.9	143
IMAGEM 4.10	144
IMAGEM 4.11	145
IMAGEM 4.12	146
IMAGEM 4.13	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CAPÍTULO – O ESCRIBA E O VALENTE: MÃOS A SERVIÇO DO REI	18
1.1 A MÃO QUE BATE – A VALENTIA E O MEDO EM LARGO ALCANCE	19
1.2 A MÃO QUE ESCREVE - A ERUDIÇÃO E A CALIGRAFIA EM MARGEM EXÍGUA.	37
2. CAPÍTULO – A TEATRALIDADE DOS GESTOS: ENTRE PALAVRAS E IMAGENS.	55
2.1 ESPAÇO PROFANO - AS PRÁTICAS E OS OBJETOS DO CENÁRIO URBANO BARROCO.	56
2.2 ESPAÇO SAGRADO – RITOS E ALEGORIAS DAS RELIGIOSIDADES BARROCAS.	73
3. CAPÍTULO – O LEGADO DAS AVES PLUMADAS: ANÁLISE DOS MANUSCRITOS COLONIAIS	89
3.1 LIVROS ÁUREOS – A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DOS LIVROS DE COMPROMISSO.	90
3.2 MAPAS ORNADOS – A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS.	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

Sobrescritos? *Sobre – escritos? Sob – res – scritos?* Um exercício criativo tipo James Joyce? Ou e.e. cummings? Em *Como se faz uma tese*, Umberto Eco alerta enfático: “Não pretenda ser e.e. cummings.” (2016, p.143). Isso quanto à forma de escrever aplicada ao meio acadêmico. Dentre nossas intenções, não está a de brincar de poeta em material de ciências. Embora brincar com as palavras fosse conselho dado por Vilém Flusser¹, criador do termo presente no título e nas próximas páginas. A palavra significa o gesto de escrever na superfície plana sobre papel ou pergaminho, então são *sobrescritos*. Portanto, ao tratar de fontes históricas em papel², julgamos pertinente utilizar a terminologia do autor a respeito da Escrita, grafada com “e” maiúsculo por não ser estritamente uma gravação de signos gráficos correlatos à linguagem vocal, mas meio de vida.

Para Flusser, se a morte é a condição natural, o homem criou a artificialidade da língua e da escrita para superar e seguir além, porque este ato manifesta o engajamento em liberdade. Escrever é a expressão do livre arbítrio, “o último moicano escrevendo sua história escreve também a história de toda a tribo moicana”. (FLUSSER, 2008, p.86). Então, é preciso informar as matérias (papel, argila, pedra, couro etc.) de cultura e memória.

E esse é, em última análise, o objetivo do mundo codificado que nos circunda: que esqueçamos que ele consiste num tecido artificial que esconde uma natureza sem significado, sem sentido, por ele representada. O objetivo da comunicação humana é nos fazer esquecer desse contexto insignificante em que nos encontramos – completamente sozinhos e “incomunicáveis” – ou seja, é nos fazer esquecer desse

¹ Nascido na República Tcheca em 1920, de família judaica, Flusser fugiu do Nazismo em 1939 e aportou no Brasil. A falta de documentação escolar não lhe permitiu cursar uma graduação em São Paulo. Apesar disso, seu autodidatismo e conhecimento notório o levaram a dar aulas em filosofia da linguagem no Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, teoria da comunicação na Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP e filosofia da ciência na Universidade de São Paulo – USP, durante os anos 60. Escreveu para os jornais *O Estado de S. Paulo*, no suplemento literário e *Folha de S. Paulo*, na coluna diária *Ponto Zero*. Em 1972, após conflitos com patrulhamentos da esquerda e da direita ao final da ditadura, ele deixou o país e partiu com a esposa para a França. Estabeleceu uma carreira internacional como filósofo e ensaísta bastante produtiva, cujas influências principais foram Heidegger, Wittgenstein, Dilthey, Ortega y Gasset. Costumava reescrever um texto em quatro línguas diferentes apenas pelo interesse particular de, assim, dominar o assunto. Sua obra mais célebre, *Filosofia da Caixa Preta*, foi publicada em mais de dez idiomas. Morreu num acidente de carro em 1991, na sua cidade natal, depois de ministrar uma última palestra no Instituto Goethe de Praga. Em obras publicadas consta mais de trinta títulos em diversos países. (BERNARDO, Gustavo. *A dívida de Flusser: filosofia e literatura*. São Paulo: Globo, 2002).

² Uma seleção de documentos oficiais: mapas de rendimento do Arquivo Histórico Ultramarino, cujo critério foram os elementos decorativos empregados. Os exemplares religiosos são os livros de irmandades de São Miguel e Almas de Vila Boa 1732, e de Nossa Senhora das Mercês dos cativos de São Joaquim do Cocal, versões 1772 e 1788, além do critério anterior também contou a possibilidade de contato com os arquivos originais no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC. Um quarto livro foi incluído devido ao acesso a uma boa reprodução digital do Compromisso da Irmandade de São Joaquim também no arraial de Cocal, datado de 1767, cujo arquivo original consta no Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais em Belo Horizonte.

mundo em que ocupamos uma cela solitária e em que somos condenados à morte – o mundo da “natureza” (FLUSSER, 2007, p.90).

Ao pensar a escrita numa perspectiva de ruptura com a natureza, o termo fundamental para essa mudança na história da humanidade é *processo*. Conforme o filósofo tcheco, o processo de grafar sinais na sequência linear indica que, para escrever, foi necessário antes colocar as ideias num eixo, ordenar numa marcha contínua de um ponto a outro. O que levou à criação do pensamento objetivo que possuía curso e alvo: “Ao escrever, os pensamentos devem ser alinhados. Uma vez que, se não escritos e em si mesmos abandonados, movem-se em círculos. Esse circular dos pensamentos, em que cada um pode se voltar ao anterior, chama-se, em contextos específicos, de *pensamento mítico*”. (FLUSSER, 2010, p.19).

Logo, pré-história é um termo bastante coerente para denominar o período de ausência de escrita e de história, por causa da ausência de processo. Segundo Flusser, há equívocos quanto à concepção de revisionista de História que rejeita a divisão em “pré-história” e “história”, pois acreditar que a história sempre existiu porque fatos sempre aconteceram e que a escrita somente os registrou, é ingenuidade nascida da confusão entre “acontecer” e “ocorrer”. Anterior ao escrever, os fatos apenas ocorriam enquanto realidade vivenciada de forma intuitiva em relações mágicas e cíclicas. A percepção do agente temporal se dava apenas como contingente aos homens, tal qual a ocorrência da floração dos ipês em período de seca. As retomadas das estações climáticas e vegetativas perpassavam os homens como animais à mercê do ambiente, apenas um passivo integrado.

Quando a escrita alfabética começou a se desenvolver naquele recanto oriental do Mar Mediterrâneo há mais de três mil anos, o *mundo da vida* era pequeno e cheio de obstáculos em comparação ao nosso. O tempo da existência desse mundo era comparável ao de uma curta sequência de gerações, e havia pessoas que narravam em primeira mão sobre sua origem. Embora a extensão do mundo fosse fatigante, podia ser ultrapassada a pé. (FLUSSER, 2010, p. 239).

Após o *escrever*, os fatos passaram a acontecer porque a mente os interpretou como processo. Com isso, o tempo não mais retornou as coisas para seus lugares em ciclos. O tempo passou a ter um objetivo para os homens e os acontecimentos foram capturados pela escrita para fora da natureza, dentro da cultura. A causalidade toma o lugar do destino. Ao criar objetos e ao pensar historicamente pela escrita, o homem se criou enquanto sujeito ativo. Eis uma explanação breve sobre a escrita no pensamento flusseriano e que sustenta o valor de dissertar sobre esse gesto humano.

A linha alfabética quebrou esse pequeno círculo mágico. Ela abriu a vastidão do universo. A origem do mundo é muito anterior à presença do homem sobre ele, e sua existência, calculada apenas conceitualmente, soma cerca de 15 bilhões de anos. A extensão do mundo se ampliou de maneira que não se deixa medir, para se vergar ao inimaginável. [...] Dentro desse mundo que se tornou vasto, vazio e parcialmente a

nosso dispor, nós nos movimentamos com uma crescente sofisticação e velocidade. (FLUSSER, 2010, p. 240-241).

Barrocos? Adjetivo que acompanha o substantivo no título e corpo desse trabalho. Há o consenso entre os especialistas em História da Arte que a palavra *Barroco* abrange uma grande pluralidade de manifestações artísticas em diferentes países, cada qual com algumas variáveis estéticas específicas.

A expansão da arte pode ser vista na ascensão ou renascimento de escolas nacionais na França, Espanha, Holanda, Inglaterra e Europa Central. Todas elas contribuíram muito mais para o Barroco do que para a Renascença, que fora dominada pela arte italiana, embora o Barroco também tivesse origens italianas. Esse surto de criatividade ao norte dos Alpes refletiu o desenvolvimento dos Estados nacionais e uma mudança no poder econômico, que se mantiveram durante todo o período, desde as terras mediterrâneas aos países da orla atlântica, especialmente a Inglaterra e França. Além disso o Barroco foi levado para o ultramar por missionários católicos em atividade na América Latina e no Extremo Oriente; a colonização também levou os estilos arquitetônicos ingleses para o litoral leste da América do Norte, no séc. XVIII. (KITSON, 1979, p.08)

Assim, conseqüentemente, o Barroco não apresentou uma forma homogênea e ainda compartilhou espaço com outros movimentos: o Clássico e o Rococó. Todavia, “o inquietante espírito barroco esteve manifesto nos séculos XVII, XVIII – e até mesmo no XIX.” (BAETA, 2012, p.14). Tal afirmação nos remete ao exemplo regional de Veiga Vale, que em pleno século XIX produziu imagens religiosas sob clara concepção barroca. Por outro lado, há uma discussão quanto à validade dessa classificação para as obras do santeiro vilaboense e mesmo para a arquitetura remanescente do período colonial. Não cabe aqui comparar as divergentes análises feitas a respeito do patrimônio desta terra, nem extrair um denominador comum. Acreditamos que o conceito barroco seja adequado para analisar os artigos de comunicação feitos nos setecentos, livros de irmandades e documentos da administração da capitania. E o escolhemos a partir de bibliografia selecionada³, consoante à linha de pensamento na qual o espírito barroco se manifestava nas representações duma sociedade ainda em formação no litoral e nas regiões sertanejas das minas da América portuguesa.

Quanto à forma de interpretar tal categoria nos sertões, a frase de Angotti-Salgueiro sobre uma visão temporal progressiva diante da singularidade das obras de Veiga Vale nos serve de exemplo: “é inoperante o epíteto tardio, porque o historiador sabe que não há sequências homogêneas e lineares de um tempo único na identificação dos estilos.” (2011, p.29). Desse modo, refutamos as subdivisões por vezes pernósticas do barroco em termos “tardio ou decadente” quando equiparado ao europeu. Para Flusser, de fato, comparar a

³ Nas referências deste trabalho constam quatro obras sobre o barroco em terras brasileiras e europeias: BAETA, 2012; KITSON, 1979; TIRAPELI, 2005; TOLEDO, 2012.

complexidade das esculturas de Bernine com os profetas de Aleijadinho torna o segundo digno de risos. Apresentamos também autores que citam as igrejas goianas como singelas ou muito aquém das mineiras e baianas. Do ponto de vista da dimensão e da complexidade estrutural serão sempre consideradas menores, se comparada com as congêneres da Europa e da faixa beira-mar. Entretanto, no exercício de tradução cultural⁴ elaborado por Flusser sobre o barroco mineiro ante o praguense, ele reprimiu o riso sarcástico de superioridade e deixou de vê-lo como mero plágio capenga⁵. Isso permitiu pensá-lo não somente em relação ao estrangeiro, mas, principalmente, analisar as circunstâncias que o tornaram distinto e autônomo, original por si. O processo de tradução não “decai” a qualidade de um ponto inicial para o próximo em definitivo, alguns aspectos inevitavelmente se perdem porque não podem ser reconstituídos numa outra realidade cultural. De modo que outros elementos são agregados fazendo-o diferente. Portanto, uma questão é como pensar os componentes barrocos em Goiás frente as suas próprias condições e não apenas condicionado a Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Portugal, França etc.

Não obstante, destacamos que, ao estar com os pés em base interdisciplinar, todas as referências à arquitetura, à obras sacras, à literatura, aos relatos de viajantes e a dados historiográficos nos servem para compor a argumentação quanto às características da sociedade colonial goiana. Pois, entender o *Zeitgeist* - vocábulo alemão que se aproxima de um *espírito do tempo* em português, no qual as preferências culturais e os valores sociais duma época estão imbricados - permite-nos traduzir as expressões materiais desse recorte espaço-temporal: os manuscritos embrincados de Goiás do século XVIII – textos com imagens e elementos decorativos.

Ao longo da trajetória humana, diferentes formas de comunicação visual foram criadas. O problema de organizar a informação entre os indivíduos fez parte de quase todas as

⁴ Para Flusser traduzir era além de um conceito, um exercício filosófico. Uma vez vítima do nacionalismo extremo e das identidades essencialistas, defendeu a prática da tradução como construtora de pontes entre disciplinas, línguas e homens. No caso, ele pensou o barroco brasileiro como pretexto para a assimilação cultural entre brancos e negros ao moldes de Peter Burke, que também aborda a tradução dentre as variedades terminológicas para explicar os fenômenos do *Hibridismo Cultural* em livro homônimo. Conforme Burke, o termo possui sobre os outros a vantagem de destacar as ações e as estratégias tomadas por grupo ou indivíduos para domesticar as informações estrangeiras. A desvantagem se encontra no problema do que pode ser corretamente traduzível ou quais limites da intraduzibilidade. (BURKE, 2003, p.58)

⁵ Crônica *Barroco mineiro visto de Praga* publicada no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro - RJ, em 03/04/1966. As ideias desse texto são retomadas no livro *A Fenomenologia do Brasileiro*. Cópia digital disponível em: <<http://www.flusserbrasil.com/art148.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

sociedades, especialmente daquelas que desenvolveram sistemas de escrita⁶. Equacionar palavras e imagens ainda é um problema e continuará sendo independente do suporte. O que será estudado a partir da categoria presente no subtítulo da dissertação: a composição estética⁷. Em quê um detalhe visual, aparentemente cheio de preciosismo, justifica um projeto de pesquisa com financiamento público? Não podemos pensar que os estudos da História Cultural se fragmentaram ao ponto de tornarem-se cacos inúteis. Assim, trazemos um autor cuja reflexão acerca do exercício do historiador partia exatamente dos desvios, dos objetos menores e descartados da historiografia tradicional: Walter Benjamin, o guarda-portão da pós-modernidade⁸.

Qual o motivo do presente se interessar por determinados eventos do passado? Para responder a pergunta do pensador alemão, o caminho inicia numa sociedade colorífera, revestida de signos gráficos e multiplicadora de imagens, em que a estética é fulcral ao consumo. No texto “O chão que pisamos”, da coletânea de ensaios *Pós-história*, Flusser compara a sociedade contemporânea ao período barroco, porque seria didaticamente estratégico para entender a nossa situação. Temos de semelhante o “mesmo racionalismo sombrio (logicismo, informática, cibernética)” e “irracionalismo mágico e fanático (*mass media*, ideologias fantasiosas).” (2011, p.19). Por baixo desse comportamento antitético, a vacuidade por motivos diferentes.

A teatralidade do barroco ocultava o vazio gerado pela perda da fé nos dogmas religiosos medievais, após os primeiros passos do cientificismo e da emergência da consciência individual. O entretenimento onipresente da atualidade oculta o vazio gerado pela

⁶ Uma definição de sistema de escrita tornou-se bastante difícil dada as inúmeras formas entendidas como tal em cada grupo humano como salienta Fischer em *História da escrita*. A fim de evitar maior confusão, o autor destaca três propriedades genéricas: o objetivo de comunicar, a gravação em qualquer suporte durável e articuladora vocal ou de programação eletrônica. (2009, p.14)

⁷ Optamos pela expressão “composição estética”, por considerar que termos técnicos do design gráfico reduziriam o entendimento a um nicho de leitores e o interesse dos leigos. A “composição” é adequada para ambos públicos e “estética” já direciona aos aspectos de avaliação da linguagem visual empregada às fontes.

⁸ A alcunha não é da autora foi anotada de uma aula do estágio-docência em Teoria da História, ministrada pelo professor Eliézer de Oliveira Cardoso. Uma das razões desse epíteto está na abordagem sobre os meios técnicos de comunicação em massa (fotografia e cinema), que Walter Benjamin inaugurou ainda inserido no contexto da modernidade. Infelizmente, ele não teve a chance de continuar seus pensamentos ao suicidar-se numa triste fuga do cerco nazista. Se Benjamin parou no limiar da pós-modernidade, como porteiro talvez teria sorrido ao que saído daquela noite escura, lhe cumprimentou e seguiu no desdobramento sobre o impacto social da fotografia tratando da revolução das imagens técnicas na sua teoria da *caixa preta*: Vilém Flusser. Em artigo, Márcio Seligmann-Silva traçou as afinidades teóricas e biográficas: *De Flusser a Benjamin – do pós-aurático às imagens técnicas*.

Disponível em: < <http://www.flusserstudies.net/sites/www.flusserstudies.net/files/media/attachments/seligmann-flusser-benjamin.pdf> > Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

perda da “fé em nós mesmos”, após a reificação humana (2011, p.20). O marco para Flusser é Auschwitz, que racionalmente criou aparelhos de extermínio e as pessoas ao seu redor funcionaram como engrenagens ou matérias-primas. E tudo isso pode ser transmitido esteticamente por filmes, clipes musicais, souvenirs, adesivos, exposições, maquetes em impressoras 3D etc. Portanto, a forma das coisas tende a seguir uma das três opções: reafirmar, refutar ou negar o conteúdo. A categoria estética é tão importante quanto a economia, a política e a religiosidade.

Ao observarmos a composição de algumas fontes coletadas, o que pensar de uma tabela de rendimentos do governo setecentista com dois vasos de flores desenhados logo acima? Ou com um auspicioso anjinho tocando trombeta?⁹ Muito estranhamento, pois a documentação pública atual é o espaço da austeridade, da objetividade e da impessoalidade. Provavelmente, chocaria a opinião pública se o PIB do Estado fosse publicado em um Diário Oficial margeado por ramalhetes de rosas. A figura do anjo em documentos públicos levantaria acirradas discussões sobre a laicidade e as interferências do campo religioso. Esse deslocamento, a princípio anacrônico, ajuda a pensar como as formas visuais eram instrumentos de poder no Antigo Regime. Os mapas do quinto real contêm alegorias dispensáveis à informação e que, no entanto, demandaram tempo e capricho do escrivão. Posteriormente, esse desvelo caligráfico desaparece da rotina administrativa.

É claro que a prática do manuscrito tinha o ápice nessa centúria. Porém, a expansão devido aos Estados Nacionais – intensa demanda de documentação sobre territórios e tratados comerciais - contou com o apoio técnico da tipografia, que popularizou os manuais de caligrafia para instrução do novo quantitativo de profissionais da escrita e do governo. Um processo que ultrapassou a fronteira política e se manifestou também no campo religioso. A paleógrafa Márcia Almada¹⁰ discorreu sobre a influência desses manuais de caligrafia ibéricos nos livros de irmandades mineiras e sobre as alterações da tradição medieval de composição de escritos sagrados durante a Era Moderna. Na mesma temática, o historiador Antônio Wilson Silva de Souza ressaltou a importância do barroco expresso na ornamentação de documentos religiosos oriundos do nordeste brasileiro¹¹. Ainda sobre o barroco, utilizamos na

⁹ A reprodução destes documentos estão respectivamente na Imagem 4.6, p. 134 e na Imagem 4.9, p.137.

¹⁰ Na dissertação *Livros manuscritos e iluminados na Era Moderna: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII* (2006) e na tese *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII* (2011), as duas pelo programa de pós-graduação em História da UFMG, que nos serviram de referência.

¹¹ Artigo disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcvisual/article/viewFile/5767/4617>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

base teórica a *Origem do Drama Trágico Alemão*, tradução de João Barrento, por conter anexa parte da correspondência particular de Benjamin, que enriqueceu a nossa compreensão da hermética obra. Por opção do tradutor o título não contém “barroco”, mas a palavra está ao longo do livro, cujas ideias de representações no ambiente cortês ligamos às de Norbet Elias na *Sociedade de Corte*.

Contudo, salientamos que não houve a constituição de uma sociedade de corte em Goiás no padrão estrangeiro. Havia sim uma *nobreza da terra*¹², conceito que designa indivíduos dotados de algum ou mais dos seguintes itens: cargos, mercês e benesses do governo, cabedais, séquito de homens livres ou escravos, patentes militares ou ofícios eclesiásticos. (BICALHO, 2005, p.24). Uma categoria que, imersa numa conjuntura de perigos, valorizou a valentia e as atividades marciais no processo civilizatório. Acreditamos que isso interferiu na formação da cultura erudita, na qual a consistência das práticas da escrita exhibe pouca intensidade frente ao exposto nas pesquisas de outras regiões brasileiras já citadas.

A elite branca e cristã que migrou para Goiás no século XVIII implantou as bases da civilização, impondo o seu modelo de sociabilidade aos negros, aos índios e aos mestiços. No entanto, os representantes do projeto civilizador viviam num ambiente permeado de medo: medo de perderem a vida, os seus filhos e filhas e, sobretudo, a identidade. A civilização tem um lado sombrio e cruel. (OLIVEIRA, 2006, p.13)

Este lado sombrio apontado por Eliézer C. De Oliveira, ao pensar na historiografia goiana, não está oculto nos volteios caligráficos, nem nas flores ilustrativas, nem na ostentação dos arreios de prata em festejos. Esses signos de polidez são esvaecidos pela precariedade da própria civilização formada. O cotidiano de conflitos não dava margem à coordenação fina das mãos e as longas distâncias não permitiam fluxos constantes de artigos de papelaria e instrução por livros. Os floreios barrocos foram exíguos porque a terra era dura de cultivar.

Em suma, da sociedade atual que preza a estética e busca pesquisar as visualidades passadas, partimos de quatro premissas para analisar o contexto cultural do século XVIII goiano: 01) o barroco enquanto elemento constituidor do *espírito do tempo*, 02) as tensões sociais características: violência e medo que demandam valentia e práticas militares ao invés de erudição e práticas de escrita, 03) as alegorias caligráficas como instrumentos do poder/teatro político e religioso, 04) todas as anteriores resultaram de processos de tradução cultural ao instaurar a civilização no Cerrado.

¹² Conceito referente às elites locais da América portuguesa, em artigo de Maria Fernanda B. Bicalho. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616/13385> . Acesso em 28 de dezembro de 2016.

A estrutura da dissertação apresenta três capítulos, cada qual com uma breve descrição e dois tópicos que se complementam de forma especular. O primeiro capítulo “O escriba e o valente: mãos a serviço do rei” trata do argumento 02, o segundo “A teatralidade dos gestos: entre palavras e imagens” do 01 e o último “O legado das aves plumadas: análise dos manuscritos coloniais” do 03, quanto às composições estéticas. O argumento 04 permeia todos os capítulos. Além dos supracitados, outros autores fundamentaram a construção desse projeto e serão apresentados no decorrer do texto. Antes de encerrar, um adendo: os relatos dos viajantes Saint-Hilaire e Pohl, nas fontes historiográficas, foram de sumo valor porque oferecem dados que outras fontes não contemplam. Muito embora existam críticas na utilização desses relatos, em virtude de seus preconceitos rançosos e descrições enviesadas feitas por ambos. Segundo Ledonias F. Garcia, em *Goyaz - uma província do sertão*, é necessário levar em conta que foram esses personagens europeus que inventariaram zonas desconhecidas dos próprios brasileiros, na busca por definir povos, hábitos e paisagens totalmente diferentes.

Há a considerar, ainda, que os estrangeiros em seus relatos dialogavam com o público europeu, que era, de fato, o público que consumia a literatura de viagens e, portanto, as imagens que registravam eram elaboradas de forma a se adequar à visão do mundo leitor. Assim como o Brasil pode se ver pelos olhos dos viajantes, eles também nos viam com olhos do seu mundo, fixando-se em sua identidade para tentar explicar a nossa diferença. Flora Sussekind marcou importante posição ao avaliar esse papel dos viajantes: “o que importa fundamentalmente? O fato de o viajante ensinar a ver, organizar para os olhos nativos a própria paisagem e definir a maneira de descrevê-la. (GARCIA, 2010, p.62)

Outro ponto a suscitar dúvidas na validade narrativa dos viajantes é com relação ao lapso temporal, pois percorreram o território goiano no início do século XIX e as publicaram anos depois de deixarem o solo nacional. Julgamos que as mudanças sociais não se dão em viradas cronológicas. Desse modo, pela força da permanência dos costumes, cremos que não ocorreram grandes rupturas nas manifestações culturais da capitania na passagem entre os séculos XVIII e XIX.

Por fim, a última interrogação: como este trabalho começou? No espaço aberto deste mestrado interdisciplinar, a curiosidade por documentos bonitos, aos olhos de quem já havia passado pela faculdade de artes visuais e por uma especialização em História Cultural, encontrou amparo histórico e sociológico de quem já há algum tempo exerce a docência ainda com tranquilidade e frescor para orientar temas pouco usuais. Por isso o emprego da primeira pessoa do plural no trabalho conjunto, se bem que Flusser criticava tanto o “nós” como rapapé acadêmico quanto o uso da partícula “se” como tecnicismo que não compromete e isenta de responsabilidade. “Quem procura ou pesquisa (the [re]searcher) é redirecionado para um

mapa mais ou menos claro que o oriente, mas ele ou ela também é, simultaneamente, responsável por (re)criar esse mapa”. (FINGER, 2008, p.53).

1. CAPÍTULO – O ESCRIBA E O VALENTE: MÃOS A SERVIÇO DO REI

Anteriormente as produções historiográficas gravitavam em torno do sujeito grandioso, cujas narrativas perfaziam um desfile de realizações e qualidades. Posteriormente, através do discurso nacionalista, surgiu uma figura sem nome próprio denominada “povo” - era o novo objeto de estudos históricos e a massa de modelar das superestruturas. Com o advento da percepção fenomênica, um objeto não pode ser descrito em si mesmo por não ser acessível diretamente. A cultura não o permite. Entre o ser humano e as coisas do mundo está a interface cultural. Também não é possível abordar o sujeito, porque em si mesmo não existe. A despeito do essencialismo, o *eu* como autorreferente se refere a nada e nada pode ser dito sem o relacionar a algo antes. O sujeito só existe enquanto vínculo com algum objeto, ou seja, interessa apenas as relações de comunicação entre *eu* e o *outro*. O que há de real está neste intervalo. Esses apontamentos de Flusser dialogam com a utilização das sensibilidades na história cultural e com os sentimentos como objeto desse estudo, uma vez que abordamos as relações entre os diferentes sujeitos coloniais e quais as sensibilidades eram vinculadas às circunstâncias da capitania. Segundo Oliveira, a implantação do projeto civilizador no século XVIII, em Goiás (um território colonial periférico), fomentou nos brancos colonizadores o medo dos *outros*: índios, negros, vadios, mestiços, natureza tropical.

Uma vez distantes da matriz europeia, a nova interface cultural lhes era tão diferente que despertava incertezas quanto ao controle da própria situação. O outro se configurava ameaçador à dissolução de seus valores, que já não se realizavam plenamente dada às condições externas, por exemplo, a constituição da família, a organização religiosa e monetária da capitania. Quando homens partiram rumo ao sertão no exercício violento de buscar minas, formar povoados, combater os indígenas “bravios” e manter a própria vida nessa aventura, metaforicamente, eles foram as mãos brutas a serviço *del Rei*. Implantadas as bases mínimas do poder reinol nos arraiais, surgiu a necessidade de outro tipo de habilidade: as mãos do letrado, capaz de atuar na administração e escrever às instituições ultramarinas.

Em referência ao título do capítulo, portanto, tratamos das relações conflitantes e complementares dessas “duas mãos” e as consequências para a formação das identidades e do imaginário local. Da interface cultural apontamos as forças antagônicas do Antigo Regime: o iluminismo quanto ao discurso da erudição e valorização do conhecimento para a fundação das Escolas Régias e a tradição da obediência e permanência dos vínculos sociais e familiares.

E, entre as mãos de força bruta e as leves instruídas, o anseio nobiliárquico das parentelas dos “descobridores” e dos indivíduos de segmentos inferiores na sociedade colonial.

1.1 A MÃO QUE BATE – A VALENTIA E O MEDO EM LARGO ALCANCE

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda faz uma abordagem calcada nos tipos ideais de Max Weber, quando estabelece duas éticas distintas para a formação social brasileira: a do trabalho e a da aventura. A primeira se constitui de valores como o esforço manual, a edificação da *alma* do indivíduo pelo trabalho, o qual proporcionaria estabilidade familiar e planos de longo prazo que seguissem o ciclo natural dos processos rurais, como os artesãos, na segurança das oficinas, a moldar as matérias-primas com suas próprias energias e concentração inspiradora.

Já a segunda, inversamente se constitui da inquietude e da audácia, numa concepção larga do mundo como espaço a ser desbravado, onde as oportunidades e recursos se mostraram insuficientes para conseguir as recompensas rápidas, o que provocaria a busca constante de novos lugares para satisfazer sua ambição de riqueza ou de prestígio. Há uma perspectiva imediatista, sem planejamento e essa plasticidade do aventureiro traz consigo uma vaidade de quem anseia ir além para alcançar o triunfo. O autor julga que o germe desse espírito de aventura estava nos portugueses navegantes e deitou raízes na cultura brasileira em manifesta busca - quase mítica - de riquezas e posterior estado senhoril de ostentação, sem esforços braçais e preocupação.

Comparável a este arquétipo cultural formulado por Holanda, há uma observação de Pohl em sua viagem por Goiás: “os brancos são na maioria de origem portuguesa, em parte fugitivos e aventureiros e, no entanto, formam a primeira classe, o que se deve apenas à cor. Na maior parte são intoleravelmente altivos e soberbos [...] o ócio é a máxima felicidade dessa gente”. (1976, p.141). Esse ócio não é fruto de um estado de preguiça pétrea, mas sim de desacordo aos valores progressistas do trabalho capital em razão de uma tradição da nobreza, aos menos dos que pensavam fazer parte dela, em não exercer atividades comerciais relegadas aos burgueses. E, muito menos, as rurais ou domésticas, atribuídas aos serviços ordinários e escravos. Desse modo, o trabalho era atrelado à ideia de imposição e não de vontade moral edificante. O que incluía na rede da preguiça, consoante Pohl, mestiços e forros, pela vontade deles em se diferenciar dos escravos obrigados à labuta pesada e constante.

Outra consequência dessa ética audaciosa para o ambiente colonial, conforme Holanda, era a dificuldade de organização das instituições diante da moral, cuja origem era comum a espanhóis e portugueses: “para eles o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais [...] em que se baste.” (1995, p.32). O que encontra ressonância nas observações da obra *Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, de Luiz Palacin: “A violência dos primeiros tempos além de ser extravasamento das paixões individuais tem um caráter inequívoco de rejeição da autoridade”. (1976, p.46). Isto é, no esforço de implantação das estruturas mínimas de poder da metrópole portuguesa nos distantes povoados coloniais expôs-se a cultura da persona, integrada aos homens embrutecidos do sertão e resistentes às autoridades oficiais. Descendentes do amálgama de obstinados bandeirantes, indígenas e escravos que resistiram às hostilidades do ambiente, à sujeição de ordenamentos alheios às suas vontades e realidades.

Para compreender estas sensibilidades, relacionamos uma tríade: o espaço geográfico, a formação histórica e a construção das identidades culturais. Quanto ao primeiro ponto, diferentes referências ressaltam a ideia da Capitania de Goiás como isolada e distante dos centros políticos e econômicos, pois a única forma de acesso partindo de São Paulo de Piratininga ou Rio de Janeiro era por estradas em péssimas condições, quase intransitáveis durante a estação chuvosa. Tropeiros, comitivas reais e viajantes em geral percorriam a cavalo ou a pé, como os escravos trazidos do litoral, numa jornada que durava meses em campos ermos. Somente após léguas e léguas, encontravam outros viventes estabelecidos em fazendas com suporte suficiente para oferecer pousada ou mesmo o básico para alimentação de homens e bestas. Isso, inclusive, foi um dos principais destaques para a construção de uma representação de espaço decadente, como deixa bem claro o historiador Nasr Chaul: “Tais vozes tendem a ganhar ressonância se ponderarmos que, segundo dados dos arquivos goianos, uma viagem do primeiro governador de Goiás (século XVIII) do Rio de Janeiro a Vila Boa, passando por Minas, levou cerca de 85 dias”. (CHAUL, 2015, p.54).

O clima opressivo do Cerrado na estação seca, ainda arrastava consigo o perigo das fadigas e desidratações daqueles que desconheciam os caminhos e cursos d’água. Tanto nas memórias de Pohl, quanto nas de Saint-Hilaire, os castigos da natureza são dramáticos, por vezes anedóticos, como percebemos nos relatos lamuriosos sobre a inclemência dos mosquitos. O pavor de animais selvagens e ataques de indígenas e salteadores nas estradas fundamentava o conselho de não realizar viagens solitárias pelo sertão. Os perigos imediatos intensificaram em Goiás as práticas comuns à época: a maior parte dos moradores andava armada com pistolas, facas ou mesmo armas de origem indígena, as bordunas, assimiladas

entre os brancos como “porretes”. Numa época em que o Estado estava engatinhando na monopolização da violência, a situação de Goiás, nesse quesito, estava abaixo da média das outras capitanias portuguesas no Brasil. Apesar disso, alguns capitães-gerais se preocuparam com essa proliferação de armas nas mãos de segmentos pouco confiáveis, ao ponto de Dom Luiz de Mascarenhas proibir, em 1743, “índios domesticados, escravos, negros forros e mulatos de portarem armas, como se a ínfima minoria dos brancos conseguisse, sozinha, enfrentar a guerra com os índios; como era de se esperar, tal lei foi ignorada em Goiás”. (OLIVEIRA, 2015, p.08).

Vale destacarmos uma análise interessante sobre as reações ao medo, que vão além do armamento físico e desencadeiam também armas psicológicas para se proteger. No artigo “O homem cordial e a psicanálise”, Jorge Forbes trata do aspecto afável do homem cordial, que é se fazer sempre íntimo nas relações públicas. O que oculta o medo de estar consigo mesmo. A dificuldade advém de “sustentar o seu desejo, pois, sendo este singular, não compatível, surge com facilidade a fantasia de exclusão, de ser abandonado pelo grupo, tribo ou bando a que pertence; logo pensa ‘vão me matar, vou morrer’ é um fantasma paradigmático”. (2008, p.281). Portanto, qualquer desejo individual díspar do grupo se configura ameaçador. No panorama do sertão, entre o XVIII e XIX, fazia sentido estar “antes mal acompanhado do que só”, conforme o dito popular. Igualmente nas palavras de Alencastre, o medo fazia a união, pois “não poucas vezes essa população nômade se disseminava pelo interior, dilacerada por lutas intestinais, sem meios de defesa, sem garantia de segurança (...) à força de suas hostilidades a obrigava de novo a reunir-se pelo instinto da própria conservação”. (1979, p.22). Para o viajante austríaco, a violência também merecia destaque nas suas memórias.

Em vista dos numerosos assassinatos de que ouvi falar parece que aqui a falta de ordem pública atingiu um grau muito alto e os maiores crimes parecem ficar impunes. Como exemplo, dois anos antes de minha chegada, mandara o Rei para aqui um cirurgião-mor. Cumprindo o seu dever, proibiu ele o exercício da medicina por alguns charlatães e, algum tempo depois era assassinado a tiro por um embuçado, em pleno dia, numa festa religiosa, ao lado do vigário. Decorrido mais tempo, teve o mesmo fim o ferreiro local. Contudo, em ambos os casos nenhuma providência foi tomada para prender os homicidas. (POHL, 1976, p.266)

Além do sentimento de impunidade, a violência constituía um espetáculo quando ocorriam execuções públicas. Realizado nas praças a título de instruir a população sobre as consequências dos atos criminosos, cuja frequência foi suficiente para a determinação histórica da justiça criminal no XVIII. Não obstante os enforcamentos da época havia os justicamentos populares: “o ouvidor, em correição pelo norte, informava que em Pilar o povo assaltou a cadeia, matando alguns presos e soltando outros; mataram também um soldado dragão do destacamento e os criminosos andavam soltos pelas ruas”. (PALACIN, 1994,

p.105). Entretanto, Palacin destaca que as motivações dos assassinatos eram em sua maioria de fundo passional e não material, como nos latrocínios.

Esse segundo ponto da tríade imbuía até nas crianças as práticas de cunho agressivo, como portar facões na cintura e brincar com pontas de estilete. Essa situação parece ser generalizada para outras regiões brasileiras, uma vez que Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, aponta: “A verdade porém, é que o hábito da faca de ponta deve datar dos primeiros tempos da colonização, quando meninos e gente grande deviam estar sempre prontos a enfrentar surpresas de índios e animais selvagens. Daí, em grande parte, certa precocidade nas crianças coloniais, cedo chamadas a participar das angústias e preocupações dos adultos”. (2006, p. 462). Ao se tornarem adultos, a familiaridade com os instrumentos de violências se convertia, em muitos casos, em aspirações de caráter marcial. Desse modo, muitos dos homens das classes baixas se esforçavam para integrar os diversos regimentos militares existentes na capitania, causando uma nítida resistência da aristocracia portuguesa. Foi o caso do Capitão-mor, Antônio de Souza Teles e Menezes, que registrou a sua indignação numa carta endereçada à Rainha D. Maria em 1789.

As demasiadas honras, privilégios e estimações com que os Governadores têm tratado nesta Capitania todo Militar, têm causado grave incômodo e vexame aos Vassalos de Vossa Majestade, pois qualquer soldado Dragão que não é capaz de serviços fora dessa Vila, é temido e respeitado como um general. Eles se atrevem aos juizes e a qualquer homem. Tomam cavalos aos moradores das estradas para suas cargas e como para diligência do serviço, fazem muitas insolências e calotes sem por isso serem castigados, porquanto muitos moradores das estradas mais frequentes, delas se retiram por se não perderem com algum mais atrevido que os insulta. (MENEZES apud BERTRAN, 1996, p.44).

Mediante o espaço natural hostil e a especificidade do momento histórico de violência e conflitos etnoculturais, resta o terceiro ponto: a construção identitária que advém das percepções entre o mundo *interior* e *exterior* dos indivíduos. Os valores nos quais se basearam estes sujeitos e o seu conjunto social, os colocaram como importantes para a própria manutenção do grupo e de si mesmos. Retomamos o paradigma dos aventureiros, baseado nos trabalhos de Georg Simmel e Norbert Elias, cujo diálogo serviu a Oliveira para pautar o princípio da valentia no contexto goiano como a capacidade de agredir ou matar o outro, desde que se conserve ao máximo a própria integridade.

Baseando-se em Simmel, Oliveira concebeu a valentia como elemento essencial de um tipo clássico de aventureiro, decantado nos romances, cuja glória é atingida no duelo face a face com o oponente em iguais condições de combate. O valente se coloca para enfrentar não só o outro mas também a sorte ao arriscar a própria vida, pois a derrota é a morte, a destruição de si. Isto configura um risco palpável de abandonar toda a estrutura social, a família e os

amigos, para provar seus conhecimentos de combate e manejo de armas a fim de viver a aventura. Contudo, essa valentia clássica do duelo face a face não foi típica de Goiás. O que se percebe, tanto nas obras de Bernardo Élis quanto nos arquivos históricos, é a predominância de crimes feitos por emboscadas, sem direito de defesa por parte da vítima. No assassinato descrito por Pohl, o cirurgião-mor - que trouxe empecilhos aos que agiam como charlatões no arraial - precisava ser eliminado na configuração da melhor oportunidade possível de não reação da vítima e que ainda fosse público, pois ao valente não basta a morte do outro, é preciso um terceiro elemento que ateste sua ousadia.

Quando não havia o testemunho de alguém, a mutilação da vítima servia como título de comprovação, o que respalda os colares de orelhas nos jagunços e os dentes de feras nos pescoços aborígenes¹³. A valentia entre goianos se tornou uma característica necessária para garantir a própria organização social, entretanto, a concepção de valentia depende da variável histórica em que está inserida. No âmbito violento das primeiras formações sociais em Goiás, a valentia se incorpora à identidade cultural como ferramenta de manutenção das terras, das minas e demais pertences, e também pela satisfação da vaidade e da honra. A última é observada por Walter Benjamin como fragilidade intrínseca ao corpo do ofendido, o qual busca punir quem o atingiu sumo em abstrato, com danos físicos graves.

A honra, tal como Hegel a definiu, é “aquilo que é vulnerável em absoluto”. “A autonomia pessoal pela qual a honra luta não se mostra como coragem para defender um coletivo, a reputação de justiça nessa comunidade ou de honestidade na vida privada; pelo contrário, bate-se apenas pelo reconhecimento e pela inviolabilidade do sujeito singular”. Esta inviolabilidade abstrata é, porém, apenas a mais rigorosa inviolabilidade da pessoa física, na qual têm o seu fundamento primeiro, sob forma da integridade da carne e do sangue. (2013, p.85)

Do exercício da valentia decorre um prestígio que, na concepção do valente, deve ser gozado em vida perante a sociedade que assim o valoriza. “Exercendo a presidência da Província, Antero Cícero de Assis disse que houve um tempo em que “cometer mortes e outros crimes graves era adquirir um título de nobreza”.(OLIVEIRA, 2006, p.64). Sobre determinadas influências do barroco um trecho da obra de Benjamin exibe uma face violenta do movimento.

No auge de sua manifestação na Europa, a literatura barroca era impregnada de cenas dramáticas ainda sob os efeitos da Guerra dos Trinta Anos. O autor alemão observa que, em circunstâncias de imersão num cotidiano caótico de massacres, as cenas de luta perderam a

¹³ Nas penas aplicadas pelo sistema judiciário da Europa era comum a mutilação. Segundo Oliveira, a prática perdeu força no século XVIII, porém permaneceu ativa em Goiás por um costume atribuído aos indígenas de cortar os cadáveres dos inimigos e expor os pedaços como troféus. (2006, p.66).

força de choque, mas não arrefeceram nos leitores o desejo de lê-las porque eles se identificavam nelas. Segue citação sobre a literatura alemã no XVII, que Benjamin ratifica.

Trata-se, como disse por mais que uma vez, de peças escritas por carrascos para carrascos. Mas era disso que precisavam as pessoas naquele tempo. Vivendo uma atmosfera de guerras, de lutas sangrentas, elas achavam naturais essas cenas; o que se lhes oferecia era a imagem dos seus costumes, e por isso eles desfrutavam ingênua e brutalmente dos prazeres que lhes eram oferecidos. (WYSOCKI apud BENJAMIN, 2013, p.43)

Não existe qualquer dado sobre esse tipo de literatura em Goiás, apenas reiteramos os argumentos até aqui apresentados sobre a apreciação da violência. Além do campo literário, a pintura barroca também contribuía para a formação deste imaginário, principalmente a religiosa, sob influência da Contrarreforma. “Para pintores católicos, cenas de martírio abriram novas oportunidades de representação da violência. Estas cenas eram quase sempre mostradas em semiescuridão, o que intensificava o horror [...] insistência ostensiva nos efeitos físicos da tortura – corpos inchados, membros arrancados e sangue correndo”. (KITSON, 1979, p.41). O interesse da Igreja era valorizar seus mártires não como meras vítimas estripadas, mas como heróis potentes que alcançam a glória espiritual na tortura física – o autor não trata como desonesta a intenção dos religiosos. Os pintores também estavam focados na exploração das paixões e representavam diferentes expressões fisionômicas sob estado de adoração, deslumbramento, triunfo, compaixão etc. Portanto, a violência não era tema unicamente do barroco.

De forma semelhante, a valentia em Goiás não era a única sensibilidade externada. As práticas ocorriam em momentos específicos, sem demonstrações de bravatas rotineiras em meio a uma aparente paz. Apontamento que corresponde à “paciência de goiano”, expressão de José Mendonça Teles, destacada por Oliveira em sua tese *Representações do medo e da catástrofe em Goiás*, com a descrição do *caboclo* de Vilém Flusser na obra *Fenomenologia do Brasileiro*.

A sua proverbial paciência é igualmente enganadora, já que pode explodir repentinamente em violência individual e coletiva, para sossegar igualmente de repente. A sua aparente submissão esconde um orgulho e sentimento de dignidade inacessíveis a um "civilizado". Tudo isto prova que o imigrante é incapaz de compreender essa gente, e deve se fiar em literatura que consegue, raras vezes e graças à empatia, captar essa mentalidade, por exemplo, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. (FLUSSER, 1998, p.43).

A justificativa para a vazão das paixões parte de dois pontos: uma civilidade ainda não domesticada e o comportamento transmitido de portugueses “decadentes”. Não em virtude da miscigenação com negros e índios, visto que no passado lusitano já havia a experiência de mistura entre maometanos e cristãos, porém, os portugueses partiram de ambiente civilizado

para uma natureza a-histórica¹⁴. A nova condição era de uma precariedade pouco acima do primitivismo indígena. Flusser enfatiza que estes europeus mergulharam numa “enorme solidão” ao perderem contato com o Ocidente diante de uma natureza colossal com clima cruel. (1998, p.42). Um custo não imaginado pelos aventureiros, descritos por Holanda, quando visaram a uma liberdade longe das responsabilidades civis na vastidão das terras novas. Diferente de outros europeus ao norte do continente americano, que visavam à liberdade para as suas novas responsabilidades longe de velhos dogmas.

Assim, nestes brancos “decaídos” fora desenvolvido um temperamento apático, quase inerte, em que predomina uma sensação de melancolia em habitar um cenário longe das terras ocidentais. Na ideologia romântica da formação brasileira, não somente o elemento branco foi deslocado de suas origens, como também o negro e o indígena, portanto, “três raças tristes”¹⁵. O autor, apesar de criticar esse argumento romantizado, admite haver nele um elemento verdadeiro: os séculos de abusos e escravidão que deram origem à miscigenação foram escamoteados, porém o valor da mesma, observa Flusser, advém da prática real de flexibilidade das fronteiras raciais, não isenta de preconceitos, mas essa mobilidade inter-racial confere maior autenticidade à síntese obtida no Brasil. O termo “raça” serve como critério de distinção entre homens noutros países, aqui serve “para distinguir vários traços do mesmo homem.” (1998, p.52).

Sobre a tristeza, a despeito do romantismo que lhe concebe positividade, o filósofo tcheco acusa a posição alheia de ambos os tipos na história ocidental. Compreendida como uma tomada de consciência linear progressiva [causas e efeitos encadeados por objetividade], negros e índios dela não participaram e os portugueses não conseguiram aderir pela permanência de características tradicionais duma religiosidade cristã e pagã em conflito com os interesses iluministas. “Trata-se de três elementos [...] que foram desprezados pela história,

¹⁴ Enquanto a história e a escrita são manifestações materiais do pensamento processual e tempo objetivo do Ocidente, no ponto de vista flusseriano, o conceito de a-história demarca um tempo não progressivo em fases históricas subsequentes. Isto é, um tempo de presente irrevogável pautado pelas determinações do ambiente natural ou social e inconsciente de elos com fases anteriores. Um exemplo para Flusser de vivência em pensamento a-histórico é o caboclo brasileiro, o outro de pensamento histórico é o burguês brasileiro.

¹⁵ Embora não cite em seu livro, por aversão às notas de rodapé, Flusser faz referência ao poema *Música Brasileira* de Olavo Bilac, para criticar essa visão e cujos últimos versos seguem abaixo:

“És samba e jongo, chiba e fado, cujos
Acordes são desejos e orfandades
De selvagens, cativos e marujos:
E em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades,
Flor amorosa de três raças tristes”.

e quiçá, por isso são *tristes*. Por diferentes que sejam os elementos entre si, eis o que têm em comum: ou foram eliminados da história, ou nunca a penetraram”. (1998, p.53)

Na teoria do *processo civilizador* de Elias, a questão da consciência é imperativa quanto aos próprios instintos para impor uma forte domesticação que possa refrear e controlar os afetos. É a condição para a formação e existência das sociedades de corte, a exemplo o império lusitano. O caráter *civilizado* mantém controle sobre os conflitos interpessoais, as pulsões sexuais e violentas ficam sob o manto da tolerância e respeitabilidade internalizadas. Não há necessidade de consultar códigos de conduta a todo instante porque as percepções íntimas dos sujeitos, dentro das redes culturais que lhes cercam, são capazes de indicar reações de culpa ou arrependimento, medindo as consequências das respectivas ações. Todavia, na origem das sociedades de cortes quando o *corpus* militar se transformou em nobreza, a convivência direta de múltiplos indivíduos na regência de um imperador ou príncipe demandou, conforme Elias, a formulação de regras de etiqueta, postura, vestimentas e aparatos que controlassem o corpo humano e a materialidade de suas vontades, das escatológicas às sentimentais.

A obrigação da auto coerção os torna sensíveis a novos divertimentos e prazeres, novos enriquecimentos e refinamentos, ou seja, novos valores junto com novas opressões e perigos. Em todo caso, a auto coerção se torna para eles um valor pessoal elevado. A civilidade específica da corte, que se baseia nas auto coerções transformadas em uma segunda natureza, é uma das coisas que distinguem os aristocratas da corte de todas as outras pessoas, o que eles consideram uma vantagem. (2001, p.243)

Existe, porém, o custo da auto coerção. O medo entre os cortesões passou a ser em relação ao próprio comportamento frente aos outros homens, um medo de ser tomado por um impulso qualquer e perder o que tinha até então conquistado. Isso gerava angústia e maior necessidade de coesão ao grupo inserido. Esse medo internalizado seria o ônus do projeto civilizador, que se torna evidente nas relações de confronto entre grupos rivais. Estas ideias partem da análise de Elias e John Scotson sobre a configuração social de um bairro inglês dividido entre *estabelecidos* (moradores antigos) e *outsiders* (novos moradores). Em resumo, os estabelecidos repudiavam o contato com os *outsiders* porque os viam como perturbadores da ordem que, no sentimento dos estabelecidos, havia sido ameaçada. Por sua vez, os *outsiders* - que não tinham esse interesse inicial de ruptura - absorveram a hostilização e reforçaram no comportamento as diferenças estereotipadas dos grupos ali envolvidos. O gatilho desse vínculo ameaçador foi o medo despertado nos estabelecidos de perderem a unidade construída, ou melhor, a ideia de identidade coesa ao se relacionarem com os *outsiders*.

Nesse caso, os membros do grupo ou exterminam o outro, ou estabelecem um regime de *apartheid*, ou convivem com ele, estabelecendo trocas culturais. Nesse último caso, o outro é fonte de ansiedade, pois a civilização é uma ideologia que não admite contemporização por parte de seus membros. (OLIVEIRA, 2015, p.03).

A partir desse exemplo foi traçada uma análise dos conflitos étnico-raciais da colonização goiana. Oliveira destaca que o choque de grupos antagônicos possui motivação por um desejo de vingança ou ódio de algum comportamento execrável do inimigo, ou mesmo por cobiça. Entretanto, há forças subjetivas que justificam a luta contra o outro e que se bastam, sem meios nem necessidade de fatores externos. No caso a insegurança dos próprios civilizados em relação a sua forma de viver. A culpa não cabe aos outros por suas diferentes maneiras de existir, mas foi imputada por uma ameaça imaginária. O que explica as ligações paranoicas dos brancos “civilizados” com os negros, índios e mestiços, e fornece uma nova perspectiva para compreender o medo da “decadência”.

Consideramos a paisagem como primeiro obstáculo ao marco da história colonial da capitania, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, e fator de risco ao povoamento branco, pois, dos aproximadamente cento e cinquenta integrantes que acompanhavam o “descobridor”, quarenta morreram.

Vinha a expedição quase só por regiões de cerrado ralo [...] aproximadamente abrasadas pela seca; a caça pouca e arisca; o sol arrasador; os campos abandonados pela fauna; o ar pesado e de baixa umidade, tudo levando a um processo cumulativo e fatal de desidratação, de insolação e desnutrição. (BERTRAN apud OLIVEIRA, 2015, p.01)

Das viagens pelo interior da América portuguesa, muitos estrangeiros deixaram registrados os sentimentos de temor pelas longas extensões de terra, as vegetações rasteiras e secas, o clima alternado entre estações de sol muito forte e chuvas torrenciais. Para Flusser, a paisagem do planalto é de uma ampla monotonia com raros acidentes geográficos, por exemplo, as cachoeiras que exibem monumentalidade e isolamento, pois elas reforçam o aspecto de tédio do próprio Cerrado: “já que as suas dimensões são oceânicas, e igualmente o é a sua monotonia. Mas tal defesa da “beleza” seria inteiramente inapropriada, porque a tese aqui defendida é que o brasileiro não se importa com tal aspecto da natureza e que, pelo contrário, o despreza”. (1998, p.64). Podemos pensar que em verdade quem despreza a natureza de Goiás é Flusser, após tantos apelos negativos. Todavia, partir nesta defesa demandaria dados recentíssimos, frutos de um discurso pós-moderno e inapropriado, mesmo porque desde a colonização o pensamento que se projeta é o da natureza enquanto obstáculo, desprovida de apelo estético.

Não existem muitos dados historiográficos sobre a natureza feitos pelos colonizadores, os desenhos produzidos e os textos descritivos foram realizados por estrangeiros. Ao fazer uma descrição da flora do Cerrado, Pohl demonstrou certa ansiedade de encontrar vegetação próxima aos valores iluministas.

Os arredores são ricos em plantas, mormente nas proximidades do rio. Vi aqui folhas de formatos completamente singulares, tão belas como jamais tornei a deparar em parte alguma [...]. Por longo tempo me encontrava privado da visão de uma vegetação exuberante, enquanto atravessava as pedras desnudas destas serranias, por isso duplamente apreciei a flora dos campos que então percorríamos. (1976, p.115)

A quantidade de adjetivos, a comparação das plantas que viu nessa viagem com outras posteriores e a preferência pela flora campestre indicam que era um viajante naturalista e estético. Como apreciador de obras de arte, tendo em vista sua base cultural e histórica, atribuíva valores de beleza ou feiura, exuberância ou pobreza ao ambiente natural, consoante Flusser são juízos do observador que deixou de ver um dado natural para ver uma obra. Ainda que obra de outro, totalmente Outro, se não cético.

Avaliar esteticamente implica uma base cultural que determine os parâmetros daquela natureza transformada em obra de arte e Flusser aponta que “apenas culturas históricas produzem obras de arte no sentido rigoroso do termo. A prova disso é que, para o Iluminismo, os vales eram belos e os picos alpinos feios, sendo, para o romantismo, todo o contrário”. (1998, p.61). Dessa forma, Pohl associou os feios picos austríacos às serranias desnudas de Goiás, enquanto formas dignas de rejeição e sentiu grande alívio ao ver vales “ricos em plantas” como exuberância. A natureza ao estrangeiro, com todo seu arcabouço de história ocidental, é uma paisagem, sendo um artefato cultural porque nela se pode passear, colecionar os insetos e dar nomes aos espécimes vegetais. A natureza europeia vencida pela estética tornou o comportamento pitoresco. Igualmente observa Gilberto Freyre que apenas o estrangeiro tinha o olhar atento ao meio natural e ambicionava catalogá-lo.

O complexo brasileiro do *bicho* merece estudo à parte [...] No que há de vago no medo do bicho se manifesta ainda, em grande parte, um povo de integração incompleta no habitat tropical ou americano. [...] Da nossa ignorância dos nomes precisos, exatos para designar os animais e plantas que nos rodeiam pasmou-se o alemão Ruediger Bilden na sua visita ao Brasil. (2006, p.201)

Uma segunda passagem selecionada nas memórias de Pohl, demonstra que a paisagem fruída por suas informações estéticas também o era via admiração utilitária. “Não menos notável é o xisto *micáceo* de rico teor ferruginoso que se encontra numa lavra de ouro, em Ribeirão da Cana, a noroeste da serra. Foi utilizado para produção do aço e, por ser facilmente triturável, também se usa como areia para secar a tinta de escrever”. (1976, p.117). Infelizmente não encontramos mais relatos sobre essa prática da escrita na região, apenas

deduzimos que tenha sido muito apreciada por dar celeridade e melhor acabamento na feitura de manuscritos.

Neste último e pequeno recorte exibimos outra visão da natureza que serve à ideia defendida por Flusser. “Neste palácio havia antes um jardim botânico para aclimação de plantas estrangeiras, mas não o deixaram prosperar as incontáveis formigas que minaram todo o edifício”. (idem, p.141). A natureza cerratense conjurava perfídia, exceto para os indígenas que a vivenciavam em modo primitivo de imersão. No caso as formigas minaram os projetos paisagísticos do palácio, por conseguinte a natureza era uma inimiga a ser combatida, uma barreira aos desejos civilizatórios e de sobrevivência humana.

Na agricultura, Flusser coloca que o discurso da cornucópia mágica desde Pedro Vaz é falso, “se plantando, tudo dá”. No exemplo do planalto central, a lavoura dava por dois anos no máximo e na terra se esgotavam os nutrientes sendo necessário mudar de local. Os sertanejos queimavam os campos, abriam picadas nas áreas de mata mais úmidas e férteis, e realizavam mais uma constante degradação da vegetação para ampliar os pastos da pecuária. Atividade que crescia apesar das adversidades, como a distância dos mercados que deixava os animais magros durante o trajeto.

A labuta na exploração aurífera exauriu os homens e se tornou cada vez mais difícil arrancar o ouro da terra. A extração das margens resultava, segundo Bertran, em assoreamento nos ribeirões aprofundando os depósitos de metal. O que levava os mineradores a subir os morros para lavar e a buscar por água a partir da construção de regos artificiais, que chegavam a quatro ou seis léguas de comprimento. Isso aos mineradores de bastante posse e escravos, aos pequenos garimpeiros restava esperar desesperadamente pelas chuvas que lhes proporcionassem a lavagem do minério e a plantação de subsistência. O autor destaca nos arquivos sobre a Freguesia de Arraial de Anta, a relação entre ouro e fome.

E como todos devem (têm dívidas) muitas vezes quando hão de ir roçar querem apurar a cata que está principiada, e outros querem desmontar mais terras enquanto não mingua a água com a seca, de sorte que quando hão de roçar, mineram [...] por essa causa fazem as roças tardes, e nisso se as águas vêm mais cedo se queimam, e as que não se queimam, não dão mantimento que lhes cheguem. (AFONSO apud BERTRAN, 1996, p.05)

Quando o ouro se esgotou como meio de vida nos povoados, boa parte deles desapareceu. Essa “ingratidão” da natureza que superava todos os intentos humanos também aparece na obra de Élis: “Parece, porém, que havia um castigo, um capricho da sorte, e nada andava, nada se desenvolvia. Não havia gente capacitada para o trabalho, nem recursos, com as distâncias e o deserto matando tudo e todos”. (1998, p.101). Um contexto que alterou a sensibilidade dos habitantes que não via essa natureza como paisagem. O imperativo era lhe

informar o mínimo de dignidade humana. “A natureza aqui é madrasta (para continuar com a terminologia arquetípica) e, o brasileiro é o enteado *par excellence* da natureza”. (FLUSSER, 1998, p.68). A dificuldade de transformar essa terra em cultura, em ambos os sentidos, tornou os homens daqui alheios ao comportamento contemplativo estético¹⁶. Fosse expressão do belo ou do horror, o cerrado descrito pelos viajantes era paisagem enquanto obra-prima. Para os que nele habitavam era perfídia enquanto obra virtual. Por fim, o autor tcheco nos lança uma visão provocativa sobre o comportamento solidário do brasileiro, que estaria vinculada à força de união contra a natureza. As rivalidades da formação social não eram suplantadas, porém cabia aos envolvidos no projeto civilizador o trabalho conjunto de dominar o território. Acima pairava o medo do ambiente natural.

A solidariedade não consegue evitar derramamento de sangue, mas, embora o brasileiro pareça disposto a oferecer a própria vida e a vida dos outros na luta em prol de ideais (por tolos que sejam), nunca será lobo do outro. Para evitá-lo ainda restam feras animais de sobra nos matos, lembrando ao homem que é preciso unir-se na luta contra elas. A ideologia dominante tende a chamar tal solidariedade de “tradição cristã”, mas esta tradição não é lá grande coisa no Brasil (...) e, aliás, a história provou de que ferocidades são capazes cristãos “verdadeiros”. (FLUSSER, 1998, p.72)

E no medo dos bichos cabia o medo do indígena. Inseridos numa situação oscilante entre os passíveis de aldeamento e aqueles bravios, que se embrenhavam nas matas em fuga ou em combate ao avanço de brancos catequistas ou escravistas. Ambos os enxergavam como cativos em potencial, ao serviço dos homens ou da religião. Pohl atestou que, para os moradores do norte da capitania onde ocorriam as maiores hostilidades, os índios eram bichos a serem eliminados para se apossarem de suas terras.

Recorreu-se ao mesmo expediente do sul: chamar o tenente-coronel Wenceslau Gomes da Silva, do Maranhão, prometendo-lhe 3.000 oitavas, se organizasse uma bandeira contra os índios. Depois demoradas negociações, nem sempre fáceis, parece que o governo português acedeu às exigências do tenente-coronel: 1) os ofícios de tabelião de Vila Boa, Meia Ponte e Trairas – tudo isto, segundo informava o governador, somava menos que o cargo de escrivão da ouvidoria, prometido a Antônio Pires [coronel que arregimentou 500 bororós para eliminar os caiapós da antiga região do Triângulo Mineiro]; 2) o hábito de Cristo, com cinquenta mil-réis de tença; 3) pólvora, armas e um empréstimo da Real Fazenda de mil oitavas por ano. Vencidos, os índios concordaram em aldear-se, e assim surgiram as aldeias do Duro e Formiga. (PALACIN, 1994, p.82, 83)

¹⁶ E, Flusser destaca que a louvação das paisagens naturais na arte e na literatura ufanista, vide o hino nacional, é falsa. Não passa de uma cópia do historicismo romântico decadente. “Que se trata de sublitteratura, prova-o a verdadeira literatura: na maioria das vezes nem sequer contempla a natureza enquanto paisagem (Machado de Assis, por exemplo, cujos romances se passam no Rio, nem sequer contempla o mar, a não ser para transformá-lo em palco de uma morte). A aparente grande exceção, Guimarães Rosa, prova a tese aqui defendida. Não canta ele a natureza enquanto paisagem, mas descreve pelo contrário como homem e natureza se fundem em todo místico, de maneira que plantas e animais passam a ser antropomorfos, e homens passam a ser animais e plantas”. (1998, p.65)

O que retrata quem foram os primeiros a sentir a pesada mão civilizadora do Rei, através de seus vassallos comprados a peso de ouro e cargos públicos. O Coronel Antônio Pires de Campos exerceu o ofício familiar de extermínio e comércio de índios, como descendente de bandeirantes paulistas. Pela empreitada de “desinfestar” a região sul da capitania recebeu uma arroba de ouro, o cargo de escrivão da ouvidoria e o nobilitante hábito de Cristo. Afamado pela valentia e por sua grande tropa particular, faleceu prestando serviço ao governador Conde dos Arcos. Segundo a obra *Genealogia Paulistana*¹⁷, Pires realizou a escolta do carregamento do quinto de Vila Boa a pedido do Conde, porém um ferimento anterior mal cicatrizado durante a viagem piorou sua saúde e pôs fim a sua vida ao chegar a Paracatu. O seu exemplo ilustra tanto os oficiais militares quanto os indivíduos valentes, como instrumentos para limpar a capitania dos “temíveis caiapós, xavantes, canoeiros” e demais etnias. Os relatos administrativos tratam de vários ataques aos brancos, além das remanescentes lendas sobre raptos de crianças brancas por selvagens, Oliveira afirma que as táticas de gritos e mutilação de mortos, mais serviam para impor medo a partir de pequenos grupos de índios que realizavam essas hostilidades. Provavelmente, muito maior foi o número de indígenas exterminados por meio das bandeiras.

O segundo conjunto da sociedade colonial a apanhar foram os escravos. O negro do ambiente doméstico causava desconfiança ante a possibilidade de agredir seu dono na calada da noite e aqueles que se encontravam nos quilombos tiravam o sono das autoridades da capitania. Os esforços dos representantes da Coroa em controlar os muitos quilombos espalhados ao redor dos arraiais eram escassos e insuficientes para oferecer segurança aos habitantes dos povoados.

Na época do governo de Luís da Cunha Menezes (1778-1783), havia vários quilombos espalhados por Goiás. Diante disso, o governador solicitou ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o envio de armamento extra, pois estava “sofrendo uma hostilíssima guerra, não só das muitas Nações Silvestres, que habitavam nos seus bosques; mas ainda a um grande número de pretos calhambolas aquilombados, em quilombos, que não se podem destruir”. (LOIOLA, 2009, p.59)

O historiador Palacin estimava que havia 20 mil escravos em Goiás, equivalente à 60% da população na segunda metade do século XVIII. Dados que Oliveira utiliza para corroborar a expressão “amedrontada minoria” de Carlos R. Brandão, que designa a parcela branca da sociedade colonial. Sales afirma que o primeiro comboio oficial de escravos a chegar a Goiás data de 1752, porém nos documentos não consta o montante de indivíduos

¹⁷ Infelizmente a obra não precisa a data desse fato. Disponível em <http://buratto.org/paulistana/index.htm>, acesso: 19/06/2017.

pois a sonegação de impostos de capitação levava a ocultar os registros. “Em 1773, Dom José de Almeida Vasconcelos, lamentando a falta de escravos, mostrava as dificuldades de substituir os que morriam, pois sua resistência era limitada em anos, pelo acúmulo de trabalho que suportavam, sem que outras opções os favorecessem”. (SALES, 1993, p.313).

Visto que o abastecimento nunca era suficiente pela quantidade de trabalho a ser realizado nas minas, ainda mais por ser uma atividade especializada que exigia certos conhecimentos para o início imediato da exploração ao localizar os veios. Assim, os escravos eram mais caros aos senhores do interior do que no litoral. A aquisição era feita a crédito na maioria das vezes e, quando os senhores se endividavam, usavam-nos para pagamento. Embora Sales alerte para a prática de desvalorização dos valores de cada escravo, o preço de um mancípio em Vila Boa era altíssimo. “A partir dos anos cinquenta e até 1775 os preços atingem os maiores lances. Em 1779 um escravo, oficial de carpinteiro, foi arrematado em Vila Boa por 300\$000 e um escravo mina, em 1775, por 330\$000”. (idem, p.324). Apesar do valor elevado muitos senhores não zelavam de seus cativos, o governador Luiz da Cunha Menezes chegou a culpar as fugas dos escravos pela negligência com que os senhores os tratavam, por exemplo, ao deixá-los sem roupas que os cobrisse com decência.

Para controle deste quantitativo bastante alto valia o terror psicológico, os maus-tratos e medidas duras aos recapturados, como o açoite público e a marcação a ferro. A instabilidade dos escravos pelo medo que sentiam de seus senhores gerava a obediência servil, que a depender do grau de violência atingia o pavor.

o mais dramático foi o do crioulo Joaquim, preso na cadeia da Vila de Cavalcante, por suspeita de fuga, que passou uma folha de canivete no seu próprio umbigo, resultando num ferimento “que expeliu grande parte dos intestinos” simplesmente porque receava “acompanhar seu novo senhor para lugares longínquos, e estar preso há mais de dois meses sem culpa. (OLIVEIRA, 2015, p.09)

Ao contrário dessas reações extremas de quase nulidade entre os escravos, aos brancos cabia estar sempre alerta a qualquer suspeita, a ansiedade das mãos sempre ao alcance das armas, prontas para punir. Tamanha vigilância sobre o comportamento dos escravos, igualmente não passava despercebido aos brancos o próprio nos momentos em que despiam de sua superioridade para se misturar e satisfazer suas carências sentimentais com as negras e índias. Para Oliveira, há um trauma na formação familiar e social desta capitania.

Em *Moisés e o Monoteísmo* Freud (1975) defendeu a tese de que o trauma de origem dos hebreus deriva-se do fato de terem matado Moisés, o seu pai espiritual. Em, Goiás, o trauma original foi a *Síndrome de Rousseau*: a culpa pelo não reconhecimento dos filhos e filhas. Necessitando de unidade para combater índios bravios e escravos quilombolas, a própria sociedade branca estava dividida entre, de um lado, o pai; e de outro, a mãe e os filhos. Essa clivagem provavelmente explica a situação de angústia em que os brancos viviam: não consideravam os mestiços como

civilizados, mas dependiam cada vez mais deles para defender a civilização. (idem, p.10)

Se aos brancos cabia a manutenção de sua identidade civilizada, o crime estava ao atravessar a fronteira racial por cobiça sexual. O corpo de delito eram os filhos. Embora não se refira ao pai da psicanálise, Flusser desenvolve uma perspectiva semelhante da angústia moral presente nos mitos como figuras trágicas que recalcam o sentimento de culpa, tal qual a de Moisés; “quanto pior é a nossa consciência tanto mais cruel tornam-se nossos crimes”. (FLUSSER apud SILVA, 2009, p. 06). A culpa está antes na fixação da identidade superior, pois constrói “a partir de Girard¹⁸ uma teoria da identidade como gesto de exclusão assassino. *Quem sou eu? É uma frase criminosa.* Ele anotou então. Todo ato de autoafirmação depende deste crime”. (idem). Embora pareça extremo colocar o processo identitário como crime, o que o autor deseja apontar é o fluxo das experiências sociais interrompido ou prejudicado em prol de uma ideia de essencialismo. A elaboração de identidade pode ser gatilho para segregação de pessoas em castas de qualquer ordem mística, biológica ou histórica e disparar contra esse outro (não-eu). Numa sociedade hierarquizada, cuja hipótese possível para a colonização era o regime escravocrata, foi imperativo aos civilizadores portar identidade distinta das demais para guiar o projeto, portadores que eram das luzes e da fé cristã. Consequentemente, sustentar a identidade dos estabelecidos na vida cotidiana de maneira cercada e dependente dos outros – *outsiders* – era complexo e implicava rejeitar o que não fazia parte.

Os mamelucos e os mulatos formavam então a zona de transição, filhos bastardos que os viajantes notaram, na maior parte, ausentes de família. Havia o incentivo do governo português em validar as uniões entre gentios e brancos com determinação até de homogeneidade linguística, principalmente no período pombalino, no intuito de aderir os povos indígenas aos vassallos do rei para compor uma integração territorial além-mar. A Igreja também prezava mais a mulher indígena a se tornar esposa oficial em razão de seu discurso missionário. Entretanto, em Goiás tais argumentos não serviram para uma população tomada pelo medo e hostilidade aos indígenas.

¹⁸ No artigo citado na introdução, página 7, Silva expõe a tese central de René Girard de que em momentos de desordem social se criam bodes expiatórios para retomar a unidade anteriormente perdida e Flusser a utiliza para pensar na formação das identidades rígidas, onde um grupo descarga tormentos numa determinada figura exterior. Essa funciona como retomada de coesão e motivação daqueles que entraram em conflito por fatores internos ao seu contexto sem no entanto, responsabilizar a si mesmos. Geralmente, com violência, como se fosse possível expiar a culpa na perseguição da materialidade do outro. O que encontra ressonância na paranoia da decadência de Goiás com seus vários bodes expiatórios: negros, índios, mestiços, vadios, preguiça, natureza, ignorância etc.

Já a mulher negra seguia na situação de amásia, embora houvesse exceções com união estável, mas ilegítimas. Aos olhos da igreja a escravidão servia de transposição entre o estágio de pecador pagão na África, a servidor de Deus e de brancos cristãos no Brasil para espiar seus pecados numa glória cedida apenas no reino celestial. Portanto, concluíam os negros deletérios de antemão e certos párocos se recusavam a celebrar tais matrimônios, ainda que as nubentes fossem católicas devotas. (HOORNAERT, 1994, p.76). Como Freyre expõe ao longo de sua obra, não eram os negros perniciosos e sim o próprio sistema escravocrata que exaure moralmente os envolvidos, ambos, senhores e cativos, em perversidades múltiplas. Assim, sobre os mestiços recaíam desconfianças quanto a sua índole dado o rebaixamento moral que lhes imputavam. Oliveira elaborou a dúvida que se passava entre os estabelecidos da capitania: “seriam fiéis aos valores da civilização representada pelo pai ou se deixariam seduzir pelos valores maternos? À medida que os brancos diminuía e os mestiços aumentavam, o temor pelo futuro da civilização em Goiás se fazia cada vez mais presente”. (2006, p.47). Qualquer que fosse a escolha do mulato, o sentimento de inferioridade estava definido, pois estar ao lado paterno era o esforço de buscar espaço dentre os brancos com a certeza da desconfiança perpétua sobre seus atos. Já optar pelo não-civilizado, herdado da mãe, era se colocar noutro caminho, chamado vadiagem pelos dirigentes da capitania.

Não somente na linguagem popular e no uso diário da rua, mas igualmente nas comunicações oficiais, e inclusive nas expressões da lei “mulato” aparece frequentemente associado a bastardo, negro e escravo; termos todos nativamente carregados de um peso de promiscuidade, fanfarronice, graves desordens morais e sociais, algo que “per si” inclina para a cadeia ou forca. (PALACIN, 1994, p.78).

Os vadios eram majoritariamente pardos e mulatos que possuíam um modo de vida semelhante aos dos índios, ciganos e negros forros. Oliveira define que a reclamação principal dos governadores-gerais lhes recaía pela ausência de propriedade e ofício para sustento digno, e que viver de esmolas ou pequenos furtos, coleta de frutas e raízes e caça de animais traduzia vagabundagem e instalação de desordem pública. (2006, p.55).

Sendo-me presentes em muitas e muito repetidas queixas os cruéis e atrozes insultos que nos sertões dessa Capitania têm cometido os vadios e os facinorosos que neles vivem como feras, separados da sociedade civil e comércio humano, proclamava uma lei de 1766, e ordenava que, com exceção dos roceiros, dos rancheiros das pousadas no caminho e das bandeiras legalmente organizadas, todo indivíduo que vivesse isolado devia passar a viver em povoações de, pelo menos, cinquenta casas; caso contrário, seriam considerados como salteadores de caminhos ou inimigos comuns. (PALACIN, 1994, p.73)

Pela carta régia transcrita por Palacin, observamos que somente uma narrativa de dominação progressista contra o ócio tornaria caboclos solitários em ameaça social aos olhos da elite administrativa de Goiás. Nesse espaço de economia de tradição - voltada para o

autoconsumo, com troca de viveres entre parentes e vizinhos, de excedente consumido em festas e, subsistência no caso de indivíduos isolados ou de comportamento nômade – as autoridades ansiavam a implementação de economia de mercado, pautada em negócios e geração de capital aos moldes europeus.

Dessa maneira faltava a valorização do trabalho e a solução era perseguir e prender aqueles que insistiam em dar o mau exemplo da preguiça e não se adaptavam à nova doutrina. “Em um lugar isolado e ruralizado, com pouquíssimas ofertas de bens de consumo, qual o sentido de se trabalhar compulsivamente no modo puritano?” (OLIVEIRA, 2006, p.55). A pergunta apresenta a visão de outra forma de vida válida para os habitantes ao inverso do modelo civilizado - no qual os “vadios” não se interessavam porque reconheciam que a simples posse de objetos não garantia ascensão nessa sociedade que prestigiava os vínculos familiares e políticos. Assim, despertava o medo do fracasso deste projeto que a elite percebia sob título de decadência.

Se os mestiços que, porventura seguissem o caminho materno, sofreriam nas mãos dos soldados do Estado, aqueles que permaneciam com os pais não escapariam da violência. Ainda no século XVII, Sérgio P. Moreyra relembra o emblemático enforcamento do filho mameluco de Fernão Dias Paes, sob acusação de que conspirava na expedição das esmeraldas (2015, p.30). Gilberto Freyre acrescenta que mesmo os legítimos, principalmente do sexo feminino, eram vítimas de filicidas: “tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, maldou que era senha de algum don-juan a lhe manchar a honra e não teve dúvida – sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça”. (2006, p.510). Apesar do horror, pais podiam tirar a vida dos filhos bastardos ou não, dada a personificação do chefe familiar como poder de estado, que organizou uma fusão entre privado e público comum no patriarcalismo, conforme Pereira¹⁹.

O econômico e o político na sociedade do Antigo Regime eram centrados na casa, o chefe é, ao mesmo tempo, o titular de poderes de direção sobre os agentes produtivos (os membros da família, na sua acepção de consanguíneos, agnados e serviços) poderes que a teoria da época designava por poderes econômicos, mas que coenvolviam atribuições que hoje designaríamos de políticas. (PEREIRA, 2008, p.04)

Por vias burocráticas, a metrópole distante conseguia controlar as capitânias ao conceder alguns graus de autonomia aos governadores, porém esses não conseguiam pacificar seus territórios e contavam assim com redes menores de poder, veios capilares em homens

¹⁹ O Artigo: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Ambivalências da sociedade política do Antigo Regime: cultura político-jurídica no Brasil do século XVIII. *Revista de Humanidades-Mneme*. Caicó (RN), vol. 9, n.24. set-out 2008.

proeminentes pela valentia e prestação de serviços ao governo. O exemplo, Moreira resgata na figura do Anhanguera.

2º As pessoas que o acompanharem lhe terão todo o respeito devido, obedecendo-lhe as suas ordens assim como são obrigados, não só pelo respeito que se deve a sua pessoa, mas por ser seu Cabo, porque havendo onção e obediência, se faz bem o serviço de Sua Magestade e se consegue bom sucesso em mayores empresas e havendo alguma pessoa que lhe não guarde as suas ordens o poderá o dito Cabo castigar com prisão, e merecendo mayor castigo mo remeterá com toda a segurança, com informação de sua culpa, para se lhe dar como for conveniente. (Regimento contido em Carta Régia de 14 de fevereiro de 1721, in. MOREYRA, 2015, p.190)

O segundo parágrafo do regimento entregue ao Cabo Bartolomeu Bueno da Silva, transcrito em ortografia original, deixa claro o pleno poder lhe atribuído na busca das minas. E o relato de Urbano do Couto e Menezes trata do nível de obediência dos componentes na bandeira, ainda que sob condições extremas.

Nesse lugar só eu estive, com dois soldados e Antônio Ferraz, sobrinho do Cabo; este me pediu que fizesse um sermão a seu tio, para que arribasse e eu nesse dia não estava com vontade de pregar, porque estava cheio de fome, mas tanto me pediu e rogou que fiz o sermão, que me ia custando a vida, sendo que mais sermões deram vida a muita gente porque vendo os meus companheiros cada dia morrerem três ou quatro de fome, depois de terem comido todos os cachorros e alguns cavalos, principiei a pregar e fiz trinta e cinco sermões sem mudar de tema, animando a todos que não esmorecessem, certificando-lhes para diante rios de muito peixe, campos de muitos veados, matas de muita caça, mel e gabiobas. Perguntavam os miseráveis: quando? Respondia-lhes então: nestes dias. (SILVA apud MOREIRA, 2015, p.30)

Sobre texto tão dramático resta-nos compreender que toda essa ventura desejava o enobrecimento de ser reconhecido pelo rei. Embora estivessem em jogo ouro e riquezas, esses eram apenas o meio de obter a nobilitação por mérito e títulos que qualificassem esses chefes de família a formar uma nobreza da terra. Porém, outros aspectos tinham de ser incorporados para dar continuidade aos primeiros passos, então apareceu a necessidade dos letrados. Como era tal o estado das coisas até aqui descritas sob ótica da violência, a constituição social de um segmento letrado era bastante problemática.

Norbert Elias (1993: 228) afirmou que um dos melhores indícios de civilização de uma determinada sociedade é a demanda de livro que nela existe, pois os livros exigem – dos leitores e autores – certa regulação das paixões, um pensamento menos imediato e mais abstrato. Se ele estiver certo, então em Goiás do século XVIII e XIX, o processo civilizatório estaria apenas engatinhando, pois os livros eram raros. Desse modo, pode-se dizer que a valentia em Goiás era quase uma instituição – os valentes eram recrutados para o serviço público como polícia ou “bate-paus”, para o exército particular dos grandes fazendeiros como jagunços; muitos valentes nem eram importunados pelas autoridades policiais e jurídicas de Goiás. (OLIVEIRA, 2006, p. 81e 82).

Visto que a demanda e apreciação local era do *ethos* valente, o letrado se configurava num acessório de minoria, a opção supérflua. Holanda expõe que a tradição da cultura erudita e virtuosa na Europa se converte numa prática viciosa nos trópicos. O exibicionismo de

jargões e diplomas na parede são cadafalsos para apanhar admiradores vulgares e trata o conhecimento como passaporte à pretensa sensação de superioridade.

O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas. (2014, p. 197).

Mais uma vez o viés audacioso do aventureiro conquista nesse tipo de embuste, porque uma erudição de solidez demanda muito trabalho e disciplina, e mediante uma massa de iletrados, qualquer xibiu reluz nos olhos ignorantes. Algo que aproximava ao cenário goiano na sua precariedade setecentista, quando houve a criação das Escolas Régias.

1.2 A MÃO QUE ESCRIVE - A ERUDIÇÃO E A CALIGRAFIA EM MARGEM EXÍGUA.

A proposta das escolas régias era a laicização da educação aos moldes do projeto iluminista de utilizá-las como ferramenta de promoção da harmonia social e do bem comum. Após as Luzes, disseminou-se a ideia de que a constituição de uma nação dependia de súditos ordeiros, cujos valores e comportamentos fossem integrados ao processo civilizador. Portanto, a extinção das escolas jesuíticas fazia parte do plano de expansão do poder do Estado, em detrimento do poder religioso, controlando a formação dos indivíduos. Em Goiás, uma região geopoliticamente importante para a Coroa, a restrição às ordens religiosas para organizar escolas ou controlar os aldeamentos indígenas justificava-se pela desconfiança em relação aos eclesiásticos estrangeiros, possíveis agentes que divulgariam para as outras potências a riqueza aurífera. Isso restringiu as possibilidades de desenvolvimento intelectual, uma vez que, antes do advento das escolas oficiais, os princípios do letramento eram ministrados pela família ou por particulares que ofereciam seus conhecimentos nos povoados.

A carta régia que instituiu as escolas régias em Goiás data de seis de novembro de 1772, quatro dias depois se publicou outra a respeito do subsídio literário (imposto a ser cobrado para as despesas com os professores), ainda houve uma terceira carta de dezessete de outubro de 1773, especificando o método de cobrança. Ambas chegaram ao governador da capitania José de Almeida Vasconcelos, ao final de fevereiro de 1774, segundo a pesquisa de Genesco F. Bretas em *História da instrução pública em Goiás*. Tão logo o governo providenciou a cobrança, entre 1774 e 1788, do Subsídio Literário – taxado sobre a carne

verde [fresca] dos animais abatidos dentro dos povoados e da canada de aguardente²⁰ produzida nos engenhos da região da comarca – o montante de 21:655\$388 [vinte e um contos seiscentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e oitenta e oito réis] seguiu para Lisboa sem qualquer aplicação local. Instituíram o imposto e não a escola, dado histórico que não era exclusivo da capitania goiana, uma vez que outras capitanias como a de São Paulo também pagavam por aulas que não aconteciam.

Bretas avaliou o ambiente escolar da segunda metade do século XVIII ao XIX, como bastante rígido, com repressão dos “malcomportados” através de castigos físicos e morais via palmatória ou a utilização de areia grossa ou grãos de milho despejados ao chão para maltratar os joelhos dos alunos. Esses castigos visavam moldar o aluno rebelde, estimulando a mudança de comportamento e servindo como exemplo dissuasivo aos demais. (BRETAS, 1991, p.71 e 72). Dessa maneira, a violência já mencionada nos conflitos inter-raciais, na execução da justiça e nas agressões domésticas, características do sistema escravagista, também adentrava no âmbito escolar, adquirindo um caráter pedagógico. Ainda que, no século XVIII, alguns pensadores já condenassem os castigos na instrução, ressaltando os efeitos mais benéficos da prudência e persuasão sobre os jovens. Quanto à estrutura da escola, Bretas a julgava precária e improvisada tendo em vista que o local era a própria casa do professor.

Em *Letras, ofícios e bons costumes*, Thais Fonseca (2009) esclarece que também era de interesse do governo que o mestre fosse casado. Os motivos para tais exigências se davam por considerar o matrimônio uma conduta reta e cristã, sendo bom exemplo aos meninos. Além de inferir que, o professor que fosse pai, tivesse mais paciência no trato com os alunos. No contexto cultural da época, os solteiros e os celibatários não eram vistos com total confiança: “deixo à consideração de quem conhece o que é um homem que saiu do reto caminho da virtude, se convém neste perigo, que um homem solteiro seja Mestre de meninos e rapazes?” (SANCHES apud FONSECA, 2009, p.87).

A preocupação com a moral do professor levava em conta até a sua fisionomia, uma vez que os defeitos físicos o desqualificavam, pois a civilidade seria aprendida por imitação

²⁰ Unidade de medida para volumes líquidos que equivaleria aproximadamente a dois litros e meio na localidade do Rio de Janeiro. Apesar da determinação legal da colônia seguir todas as formas de medida da metrópole, Roberto Simonsen destaca que havia irregularidades. “A canada, por exemplo, valia 4,180 litros ou 2,66 litros ou ainda 1,375 litros, conforme o lugar, enquanto a canada velha chegava a valer 6,890 litros”. Dados colhidos em *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463.

dos exemplos dignos. Não poderiam ser “coxos ou vesgos” porque pela convivência os meninos poderiam exatamente imitar e absorver tais defeitos ou trejeitos. (FONSECA, 2009, p.86). Tamanha credulidade no poder de um “perfil exemplar” se desenvolveu a partir das sensibilidades requeridas no âmbito de tradição absolutista. Cada indivíduo se portava conforme sua posição social e permanecia vigilante quanto ao comportamento dos outros, principalmente na aristocracia, para verificar qualquer ruptura ou falta que indicasse uma ameaça à ordem dos grupos sociais. Nesse sentido, Norbert Elias informa que na sociedade de corte:

Dedica-se uma atenção extrema a cada manifestação da vida de uma pessoa, portanto também à casa, para verificar se está respeitando sua posição dentro dos limites tradicionais impostos pela hierarquia social. [...] Essa atenção e essa consciência são produzidas na camada dominante como instrumentos de autoafirmação e defesa contra a pressão feita por quem ocupa um nível mais baixo. (ELIAS, 2001, p.77).

Pautada nessa tradição, a sociedade portuguesa manteve uma prudente distância das inovações pedagógicas do Iluminismo. O objetivo de instruir igualmente jovens de origens diferentes representaria um risco para a conservação das hierarquias sociais, visto que o chamado *povo* buscava sempre imitar seus superiores. Portanto, um aristocrata, como um tal de

Ribeiro Sanches acreditava que o aprendizado da leitura e da escrita, para além das necessidades fundamentais, levaria os indivíduos daquele segmento social a desejar abandonar seus afazeres mecânicos, representando um risco para a sociedade. Citando exemplos de outras partes da Europa onde, segundo ele, a extensão das escolas de primeiras letras trouxera consequências danosas para a economia, advertia que particularmente em Portugal, onde era corrente a cultura do enobrecimento, se às classes subalternas fosse concedida a instrução elementar, elas almejavam a ascensão fora do trabalho manual. (FONSECA, 2009, p.29).

O medo da emancipação dos serviçais pelo letramento iluminista demonstrava a força da tradição barroca e católica em Portugal. O argumento reforça a tese do desinteresse pelo desenvolvimento escolar em Goiás. Nesse sentido, Bretas reitera o baixo quantitativo de alunos:

A cadeira de Latim, de Vila Boa, teve boa sorte com o Pe. Silva e Souza. Não eram muitos os seus alunos, mas eram bons [...] Para a secretaria veio o português bacharel Joaquim da Silveira Félix. Valendo-se do exemplo do Pe. Domingos que acumulava os cargos de secretário e professor de Filosofia, Silveira Félix requereu à Rainha a cadeira alegando o exemplo precedente e argumentando que ele também havia estudado filosofia no curso de Direito, da Universidade de Coimbra. A Rainha lhe concedeu a provisão, mas na “condição de lhe não ser pago o ordenado no caso de não ter discípulos, que continuem a ouvir as suas lições com assiduidade e aplicação”. Esta condição era sinal evidente de que a Corte sabia que o Pe. Domingos da Mota recebia sem ter discípulos. [...] Silveira Félix abriu aula em catorze de março de 1803, recebendo normalmente três ordenados seguidos e, daí por diante nada recebeu, sinal de que sua Aula fora fechada por falta de discípulos. (BRETAS, 1991, p.55)

Em conexão direta à citação, havia bastante carência de força de trabalho nos arraiais e nas áreas rurais das comarcas goianas. Por conseguinte, não interessava aos pais deixarem seus filhos e jovens agregados irem à escola e se ausentarem dos roçados e das minas. As condições de subsistência exigiam serviços brutos que passavam ao largo dos imperativos de uma cultura intelectual. Nem interessava às autoridades, pois olhavam os mestiços com inferioridade, “receava que eles tomassem *pouca doutrina por serem todos filhos de negros, que não é possível que lhe aproveite as lições.*” (ALMEIDA apud FONSECA, 2009, p.32).

Isto é, novamente a questão dos filhos mestiços chamados pejorativamente de “cafuçus”, que não eram herdeiros de seus pais, caso estes fossem nobres portugueses, sem antes realizar a devida solicitação de reconhecimento de paternidade e nobilitação²¹. Como bastardos de pais portugueses plebeus, podiam ser herdeiros se batizados e arrolados no testamento. (MOREYRA, 2015, p.163). Entretanto, não tinham perspectiva de futuro sem o reconhecimento social e da família. “As crianças nascidas dessas uniões ilegítimas e passageiras não recebem, qualquer educação; cedo se habitua a todos os vícios, corrompem-se na ignorância, não conhecem nem família nem pátria e se recusam a trabalhar, sob pretexto de que o sangue dos brancos corre em suas veias” (SAINT HILAIRE, 1975, p.125).

Apesar do olhar crítico do viajante francês sobre a falta de espírito capital, não deixa de ser verdadeira a quantidade de crianças mulatas e pardas rebaixadas socialmente pela origem materna “negra escrava, crioula escrava, mulher forra”, como consta nos registros das igrejas. Não havia interesse para investir na sua educação e ficavam à margem, abandonados a própria sorte quando adultos. Moreyra em *Vida Sertaneja – Aspirações metropolitanas*, fundamenta essa ideia com a estatística dos arquivos de Meia Ponte: “o número de filhos ilegítimos quase chegava aos 50%, pois 42 dentre 86 crianças batizadas entre 1732 e 1739 são ilegítimas; no fim do século, a situação tinha melhorado, mas a proporção de filhos ilegítimos continuava bastante alta, 41 dentre 98 batizados de 1785 e 1796, mais de 41%”. (2015, p.21).

Se da parte dos alunos podemos levantar esses problemas para a formação de um corpo letrado, da parte dos professores outras questões são relevantes para análise. A Mesa Censória não criou comissões de exames no Brasil, assim quem pleiteava um cargo de professor tinha que viajar a Portugal para se apresentar. Segundo Bretas²², apenas em outubro

²¹ A exemplo, D. Francisco de Assis Mascarenhas que obteve êxito no processo de legitimação junto ao rei de seus dois filhos nascidos em Vila Boa. (MOREYRA, 2015, p.163)

²² As primeiras oito cadeiras foram criadas nos seguintes arraiais: Meia Ponte constava Gramática Latina [1788] e Primeiras Letras ou “Ler e Escrever” [1790]; Santa Luzia e Desemboque tinham cada uma apenas as escolas de Ler e Escrever [1790] e Vila Boa possuía Primeiras Letras [1793], Retórica [1793], Filosofia Moral e Racional

de 1788 que o primeiro professor iniciou suas atividades na cadeira de Gramática Latina, no Arraial de Meia Ponte. Apesar dessas cadeiras, em Goiás não havia colégios formativos para dar sequência aos estudos, por isso deviam partir para outras capitanias antes de pleitear matrícula em Portugal, o que figurava um ônus a mais para instrução dos jovens goianos.

No caso de Goiás, os colégios do Pará, Maranhão, Recife, Olinda e Bahia ficavam geograficamente mais próximos das minas do Tocantins, enquanto Mariana, Rio de Janeiro e São Paulo ficavam mais próximos dos arraiais do sul de Goiás. E, certamente, para quem saía de Goiás para estudar fora, tudo era mais caro pelas distâncias. Como observou Tristão Pinto de Cerqueira [...] *em Coimbra, na província da Beira, adonde um pai de família não podia pôr mais que um filho ou dois, pela excessiva despesa que com ele fazia, arruinando muitas vezes a sua casa em prejuízo dos mais filhos que jaziam na infelicidade, só por ter o gosto de ter um filho ou dois instruídos.* (CERQUEIRA apud MOREYRA, 2015, p.132)

O detalhe no discurso de Tristão é seu conhecimento de causa por ter sido ele o tão triste filho a ficar em casa, precisamente em Natividade, enquanto os seus dois irmãos, Lopo Bernardo e Luís, estudavam na Bahia e depois foram para Coimbra em 1786. Nos arraiais da capitania poucas eram as oportunidades de instrução, também por falta de professores. A irregularidade na coleta e distribuição do Subsídio Literário os deixava em permanentes dificuldades financeiras, agravadas pelo alto valor das mercadorias nestas terras. Isso tornava reduzido o número dos dispostos a permanecer exclusivamente na profissão pedagógica. A economia goiana apresentava dificuldades, Oliveira²³ expõe os obstáculos na movimentação financeira quando as moedas foram proibidas de circular na capitania, em carta régia de 1735, porque temiam a compra do ouro extraído antes de pagar o quinto do rei. Logo, para evitar o contrabando se instituiu a circulação do próprio ouro em pó, o qual “tomou às vezes da moeda em Goiás, valendo 1.200 réis cada oitava (3,586 gramas).” (OLIVEIRA, 2011, p.606). Uma situação que tinha vantagens e desvantagens dentro do cotidiano local.

As desvantagens foram parcialmente descritas por Pohl: estar atado a uma balança para pesar o ouro em qualquer atividade comercial, complexidade em subdividir as suas porções para pesar e as misturas de outros minérios para o falsificar. A vantagem era a extração de “dinheiro” nos córregos e veios ao fundo das casas, pois os mineradores para adquirir suprimentos bastava catar o ouro no aluvião. E daí advém a outra parte da desvantagem: o esgotamento dessa fonte de renda mineral. Ademais, havia o conflito duma sociedade baseada na troca de mercadorias e cultivos de subsistência com as forças governamentais ao efetivar cobranças em dinheiro (moedas reais) de impostos,

[1794] e Gramática Latina [1788] esta última ministrada pelo padre e professor Luís Antônio da Silva e Souza. (BRETAS, 1991, p. 49 e 50).

²³ Artigo: OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Vivendo sem um tostão furado!: o uso cotidiano do dinheiro em Goiás (1808-1848). *Revista de História Regional*. v. 16 (2), p.602-629, 2011.

principalmente, o dízimo da produção dos lavradores. Segundo Oliveira, uma “operação complicada de conversão dos produtos rurais em dinheiro pela venda e depois de subtração. Por isso é legítimo o desabafo do governador José de Almeida Vasconcelos, lá pelos idos de 1770, ‘o quinto empobreceu Goiás e o Dízimo acabou de matá-lo.’(2011, p.614). Estas condições prejudicavam a balança comercial, pois nas outras capitanias se utilizavam as moedas portuguesas. A cunhagem de moedas provincianas de cobre não resolveu o dilema porque não eram aceitas no pagamento de produtos importados, os quais pesavam bastante.

Para ilustrar a carestia dos artigos de primeira necessidade em Goiás, Bretas mapeou os custos de uma cesta básica que, mesmo para um professor solteiro, seria difícil de sobreviver: farinha de mandioca, carne, arroz, feijão, rapadura e sal²⁴ – item importado e mais caro pela questão do transporte, custava \$500 réis a libra (450g) – totalizava uma compra básica de 10\$000 réis. Superior ao que um professor de Primeiras Letras receberia mensalmente 8\$350 réis (os pagamentos eram trimestrais e ainda atrasavam) e quase a metade do que recebia um da cadeira de Latim, por exemplo, 25\$000 réis. Dessa maneira, era uma atividade que interessou a princípio pela novidade e pela honra de obter a permissão *del Rei* para ocupar alguma cadeira, porém, alguns professores foram à miséria devido as falhas na remuneração durante anos.

O mestre José Cardoso de Mendonça do Arraial de Santa Luzia foi provisionado em 28 de janeiro de 1801, por João Manuel de Menezes. Sentindo-se honrado com a investidura no cargo de Mestre, e desejando apresentar-se correta e condignamente, em conformidade com o figurino português, adquiriu com os vinténs que lhe restavam, um sapato de fivela e uma roupa preta (...) dentro de dois anos, depois de ter comido o resto que possuía, não havia mais quem lhe fiasse os gêneros necessários à sua subsistência. (BRETAS, 1999, p.82).

Além desse exemplo há outro na cadeira de Primeiras Letras do arraial de Meia Ponte, que foi ocupada por Pedro Vaz de Almeida entre 1807 e 1819, quando foi destituído. Segundo Bretas, por motivos de embriaguez constante e por se apresentar em estado lastimável perante seus alunos. A vacância do cargo inspirou uma busca por quem pudesse ocupá-lo e eis que,

Apareceu, então, uma pessoa que informou às autoridades locais que havia, a 12 léguas de distância, um homem possuidor de uma certa ilustração e de uma boa caligrafia. Era Joaquim José Xavier (...) mandaram buscá-lo e o investiram na Cadeira. Em quinze meses de exercício seu procurador em Vila Boa não tinha conseguido um só pagamento. (1991, p.83).

Praticamente denunciado por suas habilidades tão valorizadas, antes de ser encadeado à cadeira de mestre, vivia na região do mato grosso goiano com a família num roçado de

²⁴ Bretas avalia que um saco de 30 kg de sal custava em Vila Boa 30\$000, o valor de dois bovinos. Um animal de 10 a 12 arrobas de carne custava aproximadamente 15\$000, somados os impostos do Dízimo (1\$500) e do Subsídio Literário (\$320), totalizava 16\$820.

subsistência. Clamou por seus atrasados acumulados até 1822, sem conseguir manter a si mesmo e sua família. Morreu dois anos depois sem nada receber pelo seu trabalho. Nas críticas dirigidas à instrução em Goiás, Saint-Hilaire declarou que numa província tão remota, poucos homens iriam senão para exercer funções mais vantajosas do que o mal remunerado ofício de professor.

Sabemos, pela memória Estatística de Luís Antônio da Silva e Sousa, qual era ainda em 1832 a triste situação do ensino na capital da Província de Goiás. As artes liberais, diz esse autor, “são atualmente pouco cultivadas na cidade e o mesmo acontece com as ciências para as quais, entretanto, o conselho geral acaba de propor a criação de várias cadeiras [...]. Algumas pessoas se prontificaram a dar aulas particulares gratuitas de Geometria, Aritmética, Francês e Música, mas os alunos que apareceram foram poucos”. Por esse trecho tirado de um relatório semioficial pode-se ter uma ideia da situação do ensino nas partes mais recuadas da província. Gardner diz que num dos arraiais do Norte, por onde passou em 1840, a escola não tinha frequência e a escassez de livros era total. (1975, p.53).

A falta de recursos humanos prejudicava a própria governança dos territórios no sertão. Em carta régia de 18 de agosto de 1799, o príncipe regente Dom João ordenava a criação de uma cadeira em Vila Boa para as disciplinas de Aritmética, Geometria e Trigonometria, a fim de formar bons “guarda-livros” e “medidores” para suprir a carência de profissionais capazes de fazer mapas, relatórios e medição das sesmarias. A urgência do serviço levou o monarca a delegar ao governador plenos poderes para nomear professores, criar mais cadeiras e elaborar o exame de seleção.

Por fim, recomenda o Príncipe que incentive o estudo do Latim e do Grego, para apurar o gosto dos moços pelas obras dos grandes clássicos dessas línguas e que se assegure o pagamento dos honorários dos professores, reservando-se parte das rendas do subsídio para jubilar os mesmos e premiar com medalha (de ouro) alguma obra ou composição de alunos, as quais mereçam passar à posteridade. (BRETAS, 1991, p.58-59)

Não aconteceu qualquer entrega de medalha, pois tal excepcionalidade teria deixado algum registro. Nem houve composição literária digna de nota, conforme Bertran. Aliás, a simples composição de um texto parecia estar acima da capacidade das autoridades consideradas letradas, tamanha a escassez de formação básica, pois Bertran não poupou críticas ao lidar com os arquivos para montar e editar *Notícia Geral*: “sobretudo os escritos por juízes semianalfabetos de remotos julgados goianos, cultores da *frase moura*, que é como se designavam pejorativamente, à época, as más construções verbais e ortográficas”. (1997, p.31). Quanto à falta de recursos materiais, Bretas afirma que os materiais escolares como papel, pena, tinta e livros eram bastante caros e somente famílias abastadas tinham condições de arcar com os custos. “Na capitania de Goiás era raro ver-se uma gramática nas mãos de alunos. Livros não se importavam nem mesmo os permitidos, por questão de pobreza ou por dificuldades alfandegárias”. (1991, p.76).

De forma comparativa, na Capitania de São Paulo as lojas de fazenda seca que forneciam artigos diversos aos que partiam de viagem às regiões auríferas de Goiás e Minas Gerais também ofereciam livros. Poucos exemplares e na maioria religiosos, os livros de *belas-letras*²⁵ constituíam menor parcela nos inventariados *post-mortem* dos proprietários das lojas. Dos relacionados na pesquisa dessa teia mercantil paulista, Maria Aparecida Borrego não encontrou manuais de escrita, mas encontrou o dicionário do Padre Raphael Bluteau, em seus dez volumes, avaliado em 10\$000. Um único tomo da coleção de aforismos do Padre Manuel Bernardes, classificado dentre os livros usados, custava \$480. Em comparação com outras mercadorias, alguns livros eram mais caros que um chapéu de baeta \$280 ou um calção de pelica \$800, valores estimados no ano de 1746 (BORREGO, 2009, p.236 e 237). A partir desses dados, podemos inferir o quão difícil era a aquisição de livros no interior da colônia, pois apenas uma libra de carne salgada em Vila Boa já custava entre \$220 e \$250 réis. Ou se alimentava o corpo ou se alimentava o espírito, sem contar a taxa de transporte sobre a qual não foi possível averiguar.

O fato dos comerciantes oferecerem menor quantidade de títulos e encomendarem menos exemplares de uma mesma obra pode significar que as belas-letras só fomentavam interesse em uma parcela mais seleta de leitores ou, por outro lado, que os mercadores estavam sondando o gosto do público, daí o comedimento de volumes. Como muitos tinham cunho didático, é possível também supor que houvesse empréstimo de livros entre os leitores que, desta forma, economizavam em bens considerados supérfluos. (idem p.239).

Diante do panorama apresentado, é coerente supor que apenas as famílias de boa estrutura financeira conseguiam investir na educação dos filhos para que se tornassem homens de letras. O que confirma Moreyra, resultou em apenas 26 estudantes goianos em Coimbra de 1750 a 1822, ao contrário dos “363 da Bahia, os 281 do Rio de Janeiro e os 277 de Minas Gerais.” (2015, p.26). Isto é, somando os estudantes das quatro capitanias citadas, Goiás representava menos de 3% dos matriculados no ensino superior. A grande divergência no quantitativo é consequência das circunstâncias de Goiás, uma capitania distante do litoral onde se concentrava o polo econômico de exportação e a densidade populacional da colônia. Também distante das fronteiras hispânicas e, assim, localizada ao centro do território, era uma rota de passagem entre os extremos geopolíticos. Uma base administrativa de baixa ocupação e ponto de comércio pastoril regional pela brevidade das atividades mineralógicas.

Quando se faz um estudo comparado envolvendo economia, vida urbana, montagem e manutenção de máquina estatal, instituições, arte e cultura, arquitetura e

²⁵ Termo sob o qual incluíam poesia, prosa, peças dramáticas, história e didáticos em geral, incluso os tratados de civilidade, consoante a classificação da autora Maria Aparecida de Menezes Borrego, no artigo “Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo”, presente no livro *O Império por Escrito*, p.229-253.

urbanização, articulações comerciais, tudo ressalta essa rusticidade frágil, esse brilho fugaz que caracterizou a colonização do território das minas de Goiás e do Tocantins. (MOREYRA, 2015, p.26).

Com relação aos 26 privilegiados, todos foram frutos de uniões legítimas, não havendo entre eles nenhum bastardo; nove tinham na árvore genealógica marcas hereditárias de poder e aventura em razão dos feitos dos antepassados nas mais diversas frentes: descoberta de jazidas e fundação de arraiais, administração de cargos públicos e militares, construção de engenhos e fazendas, combate aos indígenas e etc. Enfim, um parágrafo não basta ao acúmulo de atribuições que geraram prestígio e cabedal a esses núcleos familiares e seus parentescos²⁶. O que importa para a compreensão dessa sociedade é que em sua marcha quase epopeica, a força motriz era o desejo de enobrecimento. Se cruzava as intempéries do sertão com a cabeça na metrópole, o local de vínculo era o Reino e a vontade era de ser aristocrata. A cultura da persona foi ilustrada por Pohl em breve e alegórica narrativa de uma viagem de Bartolomeu Bueno Filho. Um desfile do imaginário barroco, independente da veracidade dos detalhes que combinam o luxo do vestuário e a expressão dos símbolos de valentia com todos os componentes da viagem armados e ainda acompanhados de canhões.

De resto, o Coronel Bartolomeu Bueno parecia ter herdado a prodigalidade do pai, não lhe tendo servido de exemplo as tristes experiências paternas. Com grande pompa efetuou o seu regresso a São Paulo; levou consigo numeroso séquito, vários artífices e sessenta escravos vestidos e armados e mais oito canhões pequenos ainda existentes em Vila Boa. (1976, p.131)

Todo o serviço bruto realizado pelas primeiras gerações visava à nobreza de servir ao rei e receber o reconhecimento através da concessão de mercês ou obtenção da Ordem de Cristo. Esses prêmios régios organizavam o domínio da Coroa nesse novo mundo, o que é coerente com a análise de Bicalho, “novas formas de remunerar e organizar estavam em plena consonância com as ideias e práticas de Antigo Regime”. Fernanda Olival afirma que a “liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria dos reis, quer em Portugal, quer no resto da Europa Ocidental”. (2005, p.22).

Se na Europa os critérios de seleção para prestar serviços ao Rei era a qualidade de nascimento entre as denominadas “nobres famílias”, a prática do governo português utilizava critérios mais amplos para ascensão de colonos em participar da corte e assim adquirir o seu grau de enobrecimento.

²⁶ Alunos ligados à parentela do “descobridor”: 1) Joaquim Mariano de Castro; 2) Padre Domingos de Sequeira de Araújo; 3) Manoel José de Oliveira Fogaça; 4) Joaquim Leite do Amaral de Azevedo; 5) Luís Manoel dos Santos Silva; 6) Manoel dos Santos Silva; 7) Luís Pedreira do Couto Ferraz. Ligados à parentela de João Leite: 8) Antônio Joaquim de Araújo Velasco Molina; 9) Gregório Caldeira Brant. (MOREYRA, 2015, p.132-134)

De acordo com Francisco Ribeiro da Silva, a qualidade de cidadão [nos tempos coloniais] podia ser adquirida: 1) pelo nascimento, de acordo com a expressão bastante corrente “filhos e netos de cidadãos”; 2) pelo merecimento, cabendo ao rei, a quem competia distribuir mercês, títulos e privilégios, arbitrar sobre sua concessão; 3) por via institucional, por meio de exercício de certas funções no governo das localidades; 4) pelo matrimônio com filhas de cidadãos; 5) e finalmente, pelas letras; a condição de letrado constituindo-se em mérito para ascender na escala social. (BICALHO, 2005, p.29).

Estabelecido o triunfo inicial, coube às gerações seguintes a conservação dos privilégios de suas parentelas, dessa vez por meio dos serviços de bacharéis. O que não aferrenhou os justicamentos, tanto nos assuntos públicos como nos privados. Nas escrivadinhas, esses indivíduos de dedos entintados e subordinados ao estado português eram autoridades nas vilas, no caso daqueles que retornaram ao sertão e personificavam o poder das instituições de acordo com seus arbítrios.

[...] torna visível o culto da nobreza, da virtude e da fidalguia, suportes éticos da ordem social do antigo regime, materializados na linhagem e endogamia generalizada (...) a atividade mineradora em si não tem peso nobilitante, é mais instrumento que finalidade em si, como tem o exercício dos cargos da república, o exercício dos cargos públicos permanentes e mercês recebidas como recompensas que têm sentido do reconhecimento público de valor. Acima de tudo, o que nobilitava a aventura/empresa do bandeirismo e da mineração era o serviço prestado ao soberano e o reconhecimento público do mérito, que era a nobilitação. (MOREYRA, 2015, p.31).

Apesar do alto prestígio social e econômico das famílias que conseguiram levar 26 alunos goianos para Coimbra, houve casos de alunos que saíram de condições inferiores e, através do letramento, alcançaram melhores posicionamentos dentro da sociedade. Fonseca corrobora a ideia ao pensar no cenário mineiro, ao qual podemos comparar, “não era assim tão raro que indivíduos nascidos em condições desfavoráveis acabassem por conseguir alguma ascensão por meio da educação mesmo que elementar”. (2009, p.40). Um caso de êxito foi o do padre Luiz Antônio da Silva e Souza, nascido em família sem fidalguia, o jovem do povoado mineiro de Serro Frio recebeu o incentivo para estudar e seguir a carreira eclesiástica. A oportunidade de galgar na escala social um posicionamento melhor foi ameaçada pela denúncia em Lisboa de que ele teria parte de sua ascendência entre negros. O que em processo na cúria de Roma foi revogado. Isso dado que consta na apologia de Alencastre sobre o padre e confirmado em biografia escrita por José Mendonça Teles. (1998, p.26)

Mesmo após a ordenação em Roma, ao retornar para Lisboa e se inscrever em concurso para a cadeira de Latim na Capitania de Goiás, foi aprovado em primeiro lugar, porém constou na provisão o termo “substituto”. Bretas (1991, p.95) supõe que essa restrição seja referente aos candidatos mestiços ou nascidos nas colônias, pois aprovados sob esse

termo era mais fácil a demissão por parte da Coroa, a qual não tinha confiança na fidelidade desse tipo de súdito e, por mais ilustre e probo que parecesse, pairava sempre sobre ele uma desconfiança de que pudesse trair o Rei a qualquer momento. Entretanto, outra corrente historiográfica aborda o resultado da provisão como fato comum aos trâmites legais, sem qualquer relação direta ao episódio anterior. Independente da real motivação do termo, Silva e Souza venceu um processo de calúnia e as desconfianças pelas origens simples da sua família ao alcançar postos superiores na carreira.

Em Goiás, ele obteve o reconhecimento por seus méritos de clérigo, professor, político e poeta. Teles exalta o seu caráter modesto e ilustrado, através das palavras de Alencastre, “cabe incontestavelmente ao cônego Luiz Antônio, e só a ele, a glória de cronista da província de Goiás; que todos quantos lhe têm sucedido, e mesmo seus coevos, não fizeram mais do que copiá-lo”. (1998, p.30). A *Memória Histórica* escrita por ele em 1812, sob demanda da Câmara de Vila Boa²⁷, configura como primeiro livro de história goiana. Atingiu o cargo mais alto da igreja em Goiás, Governador da Prelazia, e granjeou na política a cadeira de representante provincial, uma espécie de conselheiro.

No papel de professor, o governador Fernando Delgado o elogiou em carta ao Ministro do Reino para ajudá-lo na obtenção de uma mercê e destacou que Silva e Souza emprestava seus livros aos discípulos da Gramática latina – admira-nos que um fato corriqueiro atualmente de emprestar um livro fosse algo tão extraordinário em Goiás ao ponto de constar numa carta oficial. Em 1832, o padre assumiu também a cadeira de Retórica, recém criada em Goiás. Infelizmente no seu testamento não constava a descrição dos títulos dos livros que possuía tanto em Goiás quanto em Serro Frio, apenas os destinava à venda para que o dinheiro fosse convertido em missas em prol de sua alma e de seus benfeitores. Enquanto poeta, Teles ressalta as qualidades satíricas publicadas no primeiro jornal da região, “resta-me a satisfação íntima de saber que à época da Matutina Meiapontense existia em Goiás um sábio, um humanista, um homem que amava a verdade e pregava a justiça, um homem à frente de todos os acontecimentos”. (1998, p.52). Entretanto compreendemos Silva e Souza como um homem conforme o seu tempo, que encontrou no letramento e no sacerdócio uma via de articulação social para os seus interesses. Segundo Oliveira, Silva e Souza se destaca como exemplo de assimilação à elite branca.

²⁷ Embora fosse atribuição do segundo vereador fazer um relatório com os dados notáveis de sua região para informar ao senhor *el Rei*, sob a incapacidade de tal execução entre os camaristas o escolheram em Vila Boa para cumprir a tarefa. Por isso, houve certa confusão ao designar como autor inicialmente o vereador Custódio Pereira da Veiga por ter assinado o registro do documento na Câmara, não sendo ele o verdadeiro escritor conforme as provas e diversos relatos a favor de Silva e Souza.

Silva e Souza, como um assimilado clássico, possuía cultura superior aos governadores e funcionários civis e eclesiásticos goiano, mas nunca teve seus talentos reconhecidos da forma que achava merecer. Recebeu alguns títulos, como Cavaleiro da Ordem de Cristo (1821), Cônego Honorário (1828) e Sócio Honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1840); mas foram poucos, pelo papel que representou na Capitania e depois na Província. Em contrapartida, nunca conseguiu ver o seu pedido de jubileamento da Cadeira de Latim aprovado, apesar de ter lutado por isso desde 1809. (2006, p.50,51)

O padre, um ativo participante da nobreza da terra, compreendia as sutilezas necessárias aos súditos do período colonial e expressava a bajulação ao rei em versos: “nós temos a vantagem de vermos fundada no nosso continente a corte do mais piedoso, do mais justo rei do Universo: temos quem promova os nossos interesses, e represente as nossas necessidades”. (SILVA E SOUZA apud TELES, 1998, p.33). Na comemoração dos dez anos da emancipação, em 07 de setembro de 1832, declamou que “O Brasil escondido por tantos tempos à vista das diferentes nações não foi criado pela palavra Onipotente para se ornar sempre de peles e de plumas [...] tornando-se presa de ambiciosos conquistadores [...] encontrou no Despotismo o mais vigoroso obstáculo de sua civilização”. (idem, p.47). A transição das representações portuguesas de “rei mais justo do universo” a “ambiciosos e déspotas” não significava um quadro bipolar no célebre pároco de Vila Boa, apenas um hábil cortês que obteve o conforto da zona de poder assimilado com as ideias civilizatórias do Ocidente.

A vertente satírica de Silva e Souza era espaço de crítica desejada, a qual fazia parte das convenções da época. O papel do erudito em versar poemas de elogio ou de galhofa assumia uma posição conservadora das estruturas sociais e não de subversão das mesmas. A sua oratória era exibição de erudição e não de revolução. Na composição de seu texto final, o testamento, destacamos a melancólica conclusão de que passara uma vida mais atribulada ao serviço da política dos homens, do que paroquial em Deus. “Um servo tão indolente como tenho sido, vendo-me com as mãos vazias de boas obras por perder tanto tempo de minha vida à procura de agradar mais aos homens” (ibidem, p.197). Modesto, solicitou um funeral sem canto, nem solenidade à noite. A sua morte em 1840 foi sentida pela elite política, que perdeu um importante auxiliar, ao ponto de José Pereira Alencastre afirmar: “homem algum deixou, baixando à sepultura, memória mais venerada” (ALENCASTRE apud TELES, 1998, p. 17).

Outro que ilustra os conflitos de transposição social via prática da escrita é o ajudante de escrivão, Antônio Vidal de Ataíde. Maria Lemke nos apresenta esse personagem a partir das cartas de Antônio de Souza Telles e Menezes, capitão-mor, e D. João Manuel de Menezes, o governador. Ataíde foi um mestiço que ascendeu de capitão duma companhia de ordenanças ao nobre cargo administrativo. Essa ascensão social irritou o ouvidor Telles, um

autêntico representante dos “homens bons” de Vila Boa, levando-o a denunciar o governador D. João Manuel, acusando-o de favorecer um mulato – sujeito de potencial má fé.

Para empossar Ataíde, o governador D. João Manoel de Menezes valeu-se de um alvará de janeiro de 1773, segundo o qual pessoas de “sangue infecto” poderiam ser empossadas em cargos honoríficos. Este alvará, contudo, era limitado aos Açores e Madeira. Ao dar posse a Ataíde, o governador não apenas desobedeceu a circunscrição do Alvará como “desmerece[u] os homens cuja idoneidade estava acima de qualquer suspeita”. Obviamente D. João Manoel sabia das restrições, mas pouco parecia se importar em segui-las. (LEMKE, 2012, p.183)

A importância do cargo foi destacada pelo próprio governador no despacho de nomeação, o que segundo Lemke, ilustra o esforço de mestiços em obter cargos nobilitantes como forma de se diferenciar dos negros e alcançar alguns privilégios de pessoas brancas. Um relato de Saint Hilaire é simbolicamente ilustrativo do discurso de dominação sobre os mestiços.

Durante o tempo que passei em Jaraguá o capelão insistiu para que eu fizesse as refeições em sua casa e me cumulou de atenções e gentilezas. Eu já tinha ouvido falar dele no Rio de Janeiro, onde era conhecido por seu pendor pela matemática. Fizera seus estudos nessa cidade e, além de sua ciência favorita aprendera um pouco de grego e filosofia. Sabia também francês e tinha em sua biblioteca alguns livros de nossos autores. (1975, p.43)

Ao traçar as muitas qualidades, tão raras nos demais habitantes da capitania de acordo com o próprio viajante, Saint Hilaire – conforme destaca Oliveira – não se deu ao trabalho de registrar do nome do capelão mulato. Apesar das gentilezas para com o visitante, o francês destacou a sua situação subalterna por causa da mestiçagem. Ainda que dotado de conhecimento e ocupando uma boa posição social no povoado, permanecia a insegurança diante do outro. Oliveira aborda o custo interno aos mestiços de se adequarem aos comportamentos do grupo branco para nele serem recebidos.

Esse servilismo dos mulatos era o preço pago pela assimilação, isto é, aqueles que desejavam tornar-se semelhantes, ou pelo menos tratados como brancos. [...] Em outras palavras: assimilação era cooptar alguns “inimigos” para o grupo de “amigos”, desde que aqueles renunciassem aos valores de suas comunidades de origem. (2006, p.49)

Deste modo, no panorama da instrução pública goiana, os obstáculos ao letramento iam do econômico ao geográfico, do social ao familiar, sendo que a margem para se desenvolver uma cultura de erudição era muito restrita. Todavia um detalhe estético favorecia aos que, se não tivessem uma boa formação intelectual, contassem ao menos com uma bela letra para abrir as portas dos cargos públicos, tanto em Goiás quanto noutros lugares do Brasil colonial.

Em carta que regulamentava as Escolas Régias constava que o chamado *Mestre de Ler e Escrever* era obrigado a ensinar a “boa forma dos caracteres” e regras gerais de ortografia.

De outro modo, ao valorizar mais o aspecto da língua escrita, o domínio da caligrafia passou a ser fundamental no treinamento dos alunos. “Nesse tempo, uma boa caligrafia era qualidade altamente prezada nos Oficiais de Tesouraria e Secretaria, e sinal de distinção nas pessoas letradas.” (BRETAS, 1991, p.73). Na demanda escrita de atas, contratos, notas e demais registros de um governo coordenado por epístolas além-mar, “época de crescente desenvolvimento burocrático, as qualidades que asseguravam o sucesso da uma letra Chanceleresca cursiva no mercado escriturário eram, além da elegância, a rapidez no *ductus* (condução da pena)” (GINZBURG, 1989, p.162). Além dessa, havia outros tipos de letras que se aplicavam de acordo com o interesse do escrevente ou objetivo do documento.

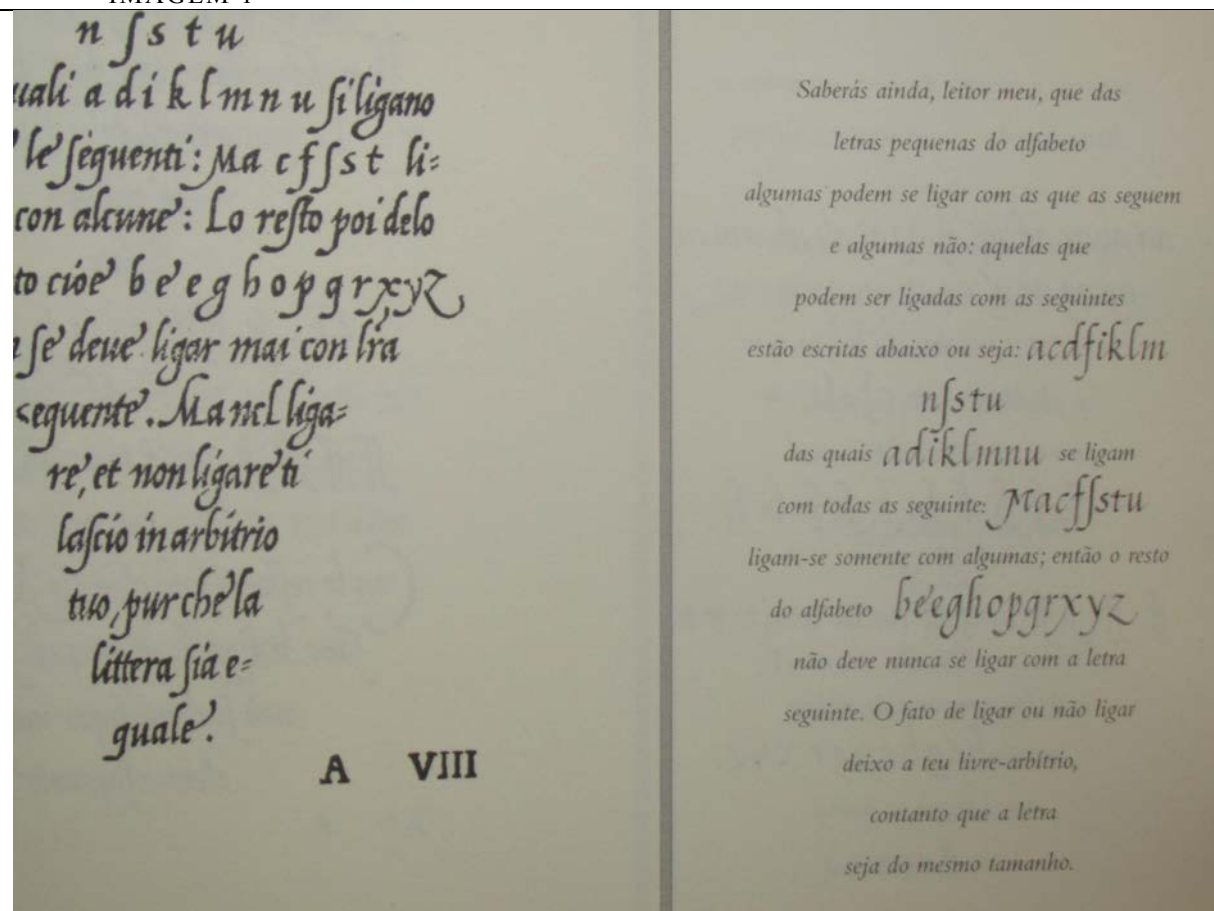
A partir do Renascimento outros tipos de letras se foram introduzindo, até que, bem ensaiados, se foram firmando no uso geral, dando os tipos conhecidos como o da letra bastarda, o de letra redonda e o de letra cursiva. [Em Portugal] O “bastardo” com suas variantes “Bastardão” e “Bastardinho”, tinha traços grossos e finos [alto contraste no traço], e letras ligeiramente inclinadas. O “Redondo” imitava a da Imprensa, letras em pé [eixo verticalizado]. O “Cursivo” também chamado “Itálico” ou “Grifo” é o que se obtém correndo a pena, ligeira, sobre o papel e as letras são menores que no “bastardinho”. Tem como variante o “cursivinho”, de letras miúdas. Enfim, na época ser um bom calígrafo era contar com um bom emprego a serviço de *El-Rei*. (BRETAS, 1991, p.73).

Justino Magalhães²⁸ afirma que desde o final da Idade Média, no longo processo de vernaculização das línguas latinas e anglo-saxônicas em seus respectivos estados nacionais, a escrita de chancelaria ou diplomática²⁹ promoveu a profissionalização da prática. Primeiro, a valorização da arte caligráfica humanista advém do marco da diplomacia vaticana no século XV. O primeiro manual caligráfico foi o *La Operina da Imparare di Scrivere Littera Cancellarescha* de Ludovico Degli Arrighi, também conhecido por Ludovico Vicentino, datado de 1522, Itália.

²⁸ MAGALHÃES, Justino. Escrita Escolar e oficialização da Escola Portuguesa. In: *VIII Congreso Internacional Historia de la Cultura Escrita Universidad de Alcalá*, 5 a 8 de julio de 2005. Sección 3a: Escrituras cotidianas en contextos educativos.

²⁹ “é uma escrita fluída e cursiva, possuindo ascendentes e descendentes muito elaboradas. Surgiu com o propósito de ganhar velocidade sem deixar de manter uma forma proporcional e elegante. Sua característica principal é a forma eliptizada, com ligeira inclinação à direita [...] Seu ângulo de pena é de 45° e seu ângulo de inclinação varia de 5° a 7°”. Definição extraída de BOMENY, 2010, p.52.

IMAGEM 1



Fonte: Em *Os manuais de desenho da escrita*, há a reprodução do manual de Ludovico acompanhada de tradução em português. (BOMMENY, 2010, p.15).

Outros importantes manuais foram produzidos no século XVII e XVIII, destinados aos mestres do ensino escolar ou profissionais de várias carreiras que buscavam o refinamento de seus manuscritos. Era comum na Europa que calígrafos oferecessem serviços em anúncios para instituições públicas ou particulares. O campo de atuação era vasto e, em Portugal, havia inter-relação entre os calígrafos e o sistema de instrução pública.

Desde finais do século XVII, os calígrafos fizeram funções de Mestres de Primeiras Letras e de Gramática, desde finais do século XVIII que ser Mestre Régio implicava ter sido examinado, quanto à prática da escrita. Aliás, entre o último quartel do século XVIII e meados do século XIX, é muito notória a evolução das questões caligráficas, na Escola Elementar Portuguesa. Este é, em nosso entender, o período em que se define a caligrafia escolar, enquanto modelo e paradigma da formação escolar e como arte total da escrita (MAGALHÃES, 2005, p.09).

Ainda que o mercado na metrópole fosse amplo e promissor, na colônia não houve registros de mestres em caligrafia ou profissionais que se autodeclarassem calígrafos. Nem na historiografia goiana consta qualquer referência. Quanto ao exercício caligráfico, somente

Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* fez uma breve abordagem sobre o seu valor cultural perdurar ainda no século XIX. Freyre critica os professores por torturar alunos com beliscões e palmadas – vestígios da sociedade escravagista violenta e sádica – na intenção de reprimir erros caligráficos. O autor critica a educação brasileira que primava pela letra bonita, em vez do desenvolvimento da sagacidade e curiosidade intelectual das crianças. Os alunos se prostravam nas carteiras em lições repetitivas e decorativas, as quais Bretas (1976, p.76) também descreve como processos pedagógicos que “se limitavam a imitar, copiar, repetir e memorizar letras, palavras, frases, regras, números, textos, máximas e conselhos”. A caligrafia para Freyre era o apêndice de uma cultura arraigada aos maneirismos e pompas, cuja importância estava somente na execução em si e castrava a criatividade infantil.

O aluno que não soubesse a lição de português, que desse uma silabada em latim, que borrasse uma página do caderno – quase um missal – de caligrafia, arriscava-se a castigo tremendo da parte do padre-mestre, do mestre-régio, do diretor do colégio – de um desses terríveis Quibungos de sobrecasaca ou de batina. De letra bonita fez-se sempre muita questão: o ensino da caligrafia teve alguma coisa de litúrgico nos antigos colégios do Brasil. Escrevia-se com pena de ganso. “o mestre gastava horas e horas em aperfeiçoar-lhes os bicos, tendo antes talhado o aparão com um canivete de molas”, diz-nos o padre Antunes de Sequeira. Preparados os bicos das penas de ganso, começava a tortura – o menino com a cabeça para o lado, a ponta da língua de fora, em uma atitude de quem se esforça para chegar à perfeição; o mestre, de lado, atento à primeira letra gótica que saísse troncha. Um errinho qualquer – e eram bordoadas nos dedos, beliscões pelo corpo, puxavante de orelha, um horror. Os rapazes de letra bonita que o Visconde de Cabo Frio sempre preferiu, para secretários de legações, aos de letra de médico, foram educados por esses mestres terríveis que fizeram do ensino da caligrafia um rito; alguma coisa de religioso e de sagrado. (FREYRE, 2006, p.508).

Tal como Freyre, Roland Barthes³⁰ trata da escrita no contexto do antigo ambiente escolar e compreendemos que ambas as abordagens se inter-relacionam. Para o autor francês, a escrita é uma prática maniqueísta, tanto pode castrar quanto remir o corpo. A redenção poderia surgir no momento do castigo, quando era comum obrigar os alunos aos maçantes exercícios de copiar páginas e páginas de frases ou flexões verbais repetidas. No objetivo de memorizar, eis que se abria o inverso: a dispersão e o esquecimento da tarefa e de si mesmo. Restava, então, somente a manifestação do corpo, o puro deleite de escrever sem qualquer preocupação com o significado.

Antigamente, como castigo, se obrigava os estudantes a copiar frases, conjugações; a página escrita era um fardo; mas, por outro lado, há quem sintia (ou sentia?) um imenso prazer ao escrever, ao deslizar a pena, ao traçar o arabesco das palavras sem

³⁰ Semiólogo, crítico literário e filósofo francês era professor no Collège de France. Nascido em 1915, escrevia bastante sobre literatura e linguagens. Publicou o último livro em 1980, exatamente no último ano de sua vida, encerrada por um atropelamento. A obra trata da fotografia enquanto mecanismo produtor de signos, intitulada *A câmara clara*, a qual continua presente na bibliografia recomendada ao campo das artes visuais.

nenhuma consideração ao que queriam dizer [...] Portanto, a escrita é uma prática maniqueísta: que castra e/ou redime. Isto quer dizer que, nas experiências de pura escritura, (que se conduz sem nenhuma relação com o seu conteúdo) se compromete o corpo e, somente o corpo. (2002, p. 120; tradução nossa)

Diferente dos professores brasileiros aficionados a satisfação da estética na caligrafia, os europeus temiam o comprometimento dos sentidos. Existe um paradoxo em ambos os autores. Na crítica de Freyre, o professor torturava o corpo do menino essencialmente para despertar nesse corpo a atenção para com os apelos gestuais e visuais da escrita, e assim inculcar no mesmo corpo a capacidade de produzir o belo nas letras. Na crítica de Barthes, o aluno ao sofrer com tarefa enfadonha, na repetição das linhas, sentia o corpo atingir êxtase. Logo, o pavor do contato com as formas puras destituídas de funções lógicas levava o professor europeu a transmitir sua repugnância à gratuidade e ao sensual para os meninos. Portanto justificava a preocupação com os conteúdos programáticos para suplantar o prazer estético ou o que Barthes chama de “carícia gráfica”.

Na percepção freyriana, os “mestres terríveis” fizeram da caligrafia uma questão sagrada e religiosa. Analisamos que, no anseio de converter seus pupilos ao mundo intelectual tenham escolhido as vias expressivas e alegóricas, na mesma receita de conversão dos não crentes para a igreja católica barroca. O resultado foi o mesmo do campo religioso: o apego à escrita desprovida de rigor e consciência. Restou somente o sentido carnal, uma escrita cheia de pompa e vazia de dogma. Já na visão barthesiana, a escrita castradora tem origem judaico-cristã porque seu maior valor é a liberdade e somente vivencia a experiência da liberdade espiritual, no Ocidente, quem possui o corpo reprimido. Por isso, cita o uso de cadernos pautados, a sujeição da escrita a padrões e ordens de manejo.

Se a fonte da discussão entre autores tomou rumos religiosos, podemos atizar ao trazer um terceiro elemento: há na tradição da escrita alemã, o uso de cadernos sem pautas e sem margens com intenção de ensinar a escrever sem essas muletas. O rigor dessa liberdade recorda a questão de Lutero, ao ressaltar o valor da consciência individual, e faz sentido pensarmos numa escrita que seja reta por consciência própria. Portanto, a pergunta de Barthes “Como não pensar que de uma *neografia*, que ainda não existe, poderia sair toda uma sociologia histórica, toda uma imagem das relações que o homem clássico mantinha com seu corpo, suas leis e suas origens?” (2002, p.94; tradução nossa), nos instiga e nos propõe a pensar novas relações sobre a escrita, que cruzem fronteiras disciplinares, uma *neografia* que Barthes sugere sem definir.

Igual ouroboros, ao fim encontramos o início do capítulo. Como Holanda utilizou dos tipos ideais de Weber, elaboramos nas origens desta sociedade colonial dois tipos: o valente e

o letrado. As duas mãos que instituíram o projeto de civilização. À mão do valente cabia a violência necessária para impor sobre a natureza e sobre o outro a ser subjugado, adquirindo diferentes papéis: chefe familiar, proprietário de escravos, terras e minas, autoridade local, soldado do regimento, jagunço e menino portando facão. Todos armados e com medo, porque eliminar o outro implicava matar um pouco de si mesmo. Quanto mais adentravam no sertão, mais perdiam a identidade ocidental europeia. Das conquistas restaram os mestiços, aos valentes que sobreviveram o prestígio social pelo reconhecimento do rei por seus méritos e dos locais por respeito.

À mão do letrado cabia a instrução dos povoados para mantê-los sob o jugo das leis e informar o governo além-mar³¹. Nas circunstâncias goianas, a erudição era recurso raro até mesmo entre os muito abastados e esses ricos laços familiares atavam cargos públicos. Um sobrenome poderia determinar um destino, força endógena que ainda permanece no hábito de perguntar: parente de quem? Aos mestiços, o letramento era recurso de ascensão social que lhes implicava matar também um pouco de si mesmos. Tornar-se um cidadão de colônia exigia forte demão civilizatória sobre a cor original. Ambas as mãos juntas na formação da capitania. Entretanto, podem ser duas alegorias representativas do teatro: o valente goiano representava a coragem, mas, agia por tocaia - ou seja, corajoso para matar o outro e medroso de se arriscar a morrer em contra-ataque -; o letrado goiano era reconhecido como intelectual, mas suas principais qualidades era ter uma letra bonita ou um sobrenome para estar no palco do mundo barroco. Como diria Flusser, tudo por uma pose.

³¹ Em palestra apresentada por Luiz Felipe Alencastre no Ciclo de Conferências sobre Mundos portugueses: Brasil e África no Atlântico Sul em 30/10/15, no auditório da Faculdade de História - UFG, o palestrante observou que a burocracia dos portugueses em prover uma rede diplomática com mapas e documentos em cerca de 200 anos, entre o Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madrid foi fator importante para assegurar as fronteiras da América Portuguesa [Brasil e região do Rio da Prata]. Ou seja, a experiência escrita em volume de documentação diplomática e organização coesa de letrados respaldava negociações e acordos entre reinos.

2. CAPÍTULO – A TEATRALIDADE DOS GESTOS: ENTRE PALAVRAS E IMAGENS.

Neste segundo capítulo, apresentamos o barroco enquanto categoria para identificar os elementos e as posturas que compunham a arena social da capitania de Goiás. A natureza do rebuscamento das formas, tal qual um jogo de espelhos, é uma tentativa de conciliar os contrários: “até as mais íntimas expressões do barroco, até os seus mínimos pormenores – talvez, sobretudo, eles – têm uma natureza antitética” (BENJAMIN, 2013, p.47). As sensibilidades características que despertam a atenção nos gestos profanos são principalmente aquelas relacionadas à melancolia, à dissimulação e à ostentação. Nas técnicas ornamentais o destaque é para a monumentalidade, para a complexidade, para a profusão e para o ilusionismo.

As palavras do parágrafo anterior constituem um conjunto de termos que guia a apresentação do barroco no mundo e na América Portuguesa sem excluir outros, até mesmo os opostos, pois, no núcleo retórico do barroco, a comunicação lança mão de todas as formas e estilos para persuadir o seu público. Nesse sentido é que percebemos o impacto da alegoria, utilizada como estratégia para expressar a mutabilidade de significados em exemplos empíricos, nos relatos dos viajantes sobre Goiás, nas discussões de Freyre sobre o orientalismo da cultura brasileira, presente até meados do século XIX, e nas festas e obras do poder do Estado.

A igreja também utiliza bastante dos instrumentos alegóricos para organizar seu espaço sagrado, sobre o qual Flusser subverte o ponto de originalidade ao analisar o processo de tradução cultural entre o barroco europeu e o mineiro. Nos utilizamos dessa nova perspectiva na pesquisa das manifestações do espírito barroco em Goiás. Ainda no campo das religiosidades, exibimos alguns relatos de como a escrita exercia um poder mágico e sagrado no universo colonial português.

2.1 ESPAÇO PROFANO - AS PRÁTICAS E OS OBJETOS DO CENÁRIO URBANO BARROCO.

Quando Benjamin descortinou as confusões entre símbolo e alegoria que os críticos classicistas faziam com relação ao barroco, toda a potência expressiva da alegoria se revelou por seu núcleo dialético. Aversa ao símbolo, – que condensa em si mesmo o significante (parte material sensível) e o significado (objeto imaginário) em totalidade imediata e não contraditória, como defende o autor, “dizer ‘significa’ em vez de ‘é’ seria ainda mais errado” (BENJAMIN, 2013, p.275) – a alegoria traz consigo a ambiguidade e variedade de significados, porque estes estão sempre em fluxo. As interpretações são provisórias e inesgotáveis, “nada garante um significado definitivo e nem a garantia de um sentido último.” (PERIUS, 2013, p.103). Nisso consiste sua importância para Benjamin, uma vez que a alegoria abre as portas das linguagens, imagens e textos para que a temporalidade histórica possa lhes habitar.

Está aqui o cerne da contemplação de tipo alegórico, da exposição barroca e mundana da histórica como *via crucis* do mundo: significativa, ela o é apenas nas estações da sua decadência. Quanto maior a significação, maior a sujeição à morte, porque é a morte que cava mais profundamente a tortuosa linha de demarcação entre a *physis* e a significação. Mas a natureza, se desde sempre está sujeita a morte, é também desde sempre alegórica. (BENJAMIN, 2013, p.177).

Em passagem já bastante citada, o pensador alemão diz que a face da história é uma caveira em virtude de que tudo lhe é sofrido³². No tópico *O cadáver como emblema*, ele expõe a obsessão do homem barroco pela morte e sua deferência para com os defuntos. Nos dramas trágicos, membros decepados, sangue e mortos participam das cenas fundamentais, o que leva Benjamin a afirmar que “do ponto de vista da morte, a função da vida é a produção do cadáver” (2013, p.235). Assim, defende a tese de que o cadáver é a expressão máxima do ser animado, uma vez que, nesta condição, o corpo se liberta do espírito, visto que a razão é o que o contraria e, assim esta se livra dos contatos mundanos do corpo. Portanto, as cenas de apoteose dos dramas trágicos do barroco passam inevitavelmente por mortos. Tanto para as personagens piedosas que se esvaem no martírio quanto para as tirânicas que os produzem de maneira bárbara, como Benjamin extrai na citação de uma peça: “Que floresça a justiça, que

³² Ao se dedicar no estudo do drama trágico alemão, Benjamin buscava restaurar a importância da alegoria barroca, inclusive se utiliza dela para questionar o próprio conceito de história que julgava incompatível à realidade do século XX. Quando apontou o rosto ossuário da história, Benjamin explorou a alegoria e a barbárie do historicismo tirano que a infligia e que autor desejava criticar.

reine a crueldade, que triunfem a morte violenta e a tirania, para que Venceslau possa subir vitorioso ao trono, passando por cima de cadáveres ensanguentados como se subisse degraus”. (BENJAMIN, 2013, p.64).

No contexto goiano do início do século XIX, a atração por imagens alegóricas e literais da morte eram abundantes. Um exemplo claro são as muitas igrejas da “boa morte”, como a de arquitetura barroca existente na Cidade de Goiás. Pohl se impressionou com os goianos em sua natural convivência com os defuntos: “aqui ainda vigora o costume de enterrar os mortos nas igrejas, hábito tão generalizado que não há outro cemitério a não ser um para os negros” (1976, p.125). Esse fascínio com a morte, no sentido espiritual (as igrejas) e material (os defuntos) expressa um hábito do homem barroco, talvez por conta de uma relação direta e próxima com a morte, pois, como “arte das distâncias mínimas” (BENJAMIN, 2013, p. 61) também o barroco alude diretamente os príncipes ou reis ao sol, os santos às causas terrenas. Há uma sacralidade nos objetos profanos, desde que signos de poder estatal ou clerical e até mesmo na linguagem que une texto e imagem. Isso explica a importância social dos ritos fúnebres e o prestígio de estar enterrado no solo sagrado, um meio de preservar a eterna exibição de seu status social quando era criatura terrestre, aliás, algo muito importante numa sociedade aristocrática. Freyre descreve o luxo da prática de sepultamento nas igrejas, o que passaria a ser considerado anti-higiênico pelos sanitaristas do XIX.

O vaidoso aparato da toalete dos defuntos – fardas, uniformes, sedas, hábitos de santos, condecorações, medalhas, joias; as criancinhas muito pintadas de ruge, cachos de cabelo loiro, asas de anjinhos; as virgens de branco, capela flor de laranja, fitas azuis. Nesse luxo de dourados, ruge, sedas, eram os defuntos conduzidos para as sepulturas nas igrejas; igrejas que nos dias úmidos ficavam fedendo horivelmente a podre, os defuntos só faltando estourar das covas. (2006, p.526)

Ainda sob a influência desse contexto mórbido, cremos que um espírito sorumbático tenha apossado de Alencastre em momentos da escritura dos *Anais da Província de Goiás*, publicada já no ano de 1863. Não deixa de ser interessante que, após tecer muitas críticas sobre o período colonial e julgar o seu prejuízo para o desenvolvimento da nação, o presidente da província ponderou que “era preciso um grande milagre” (1979, p.320) para tirar a economia de um estado quase inerte. Após o seu infrutífero empenho em ressuscitar uma vivacidade capital nos negociantes locais, aceita sua limitação administrativa ao final: “convenci-me de que não podia realizar a dita sociedade” (idem, p.321). E, de forma emblemática, Alencastre desenterra uma alegoria barroca para designar a província, o “cadáver chamado Goiás” (apud MOREYRA, 2015, p.27). Não trata de introjeção de discurso

barroco em homem moderno, mas ao ser pessimista com a realidade que o cercava passou a repetir as ideias de seus antecessores coloniais.

Esta melancolia, muitas vezes mórbida, presente nas palavras de Alencastre, foi decantada em coro por viajantes e autoridades em diferentes arraiais. Principalmente em Vila Boa, sede administrativa que reunia os mais expressivos membros da elite intelectual e econômica da capitania e depois província. Na pesquisa de Benjamin em documentos religiosos, astrológicos e literários, a apatia é derivada da melancolia, conceito-chave na compreensão do drama barroco.

O quarto pecado capital é a indolência ao serviço de Deus. E isto é quando volto costas a uma boa obra laboriosa e difícil, para me dedicar a um ocioso descanso. E quando desisto da boa obra, porque ela se torna demasiado árdua, daí resulta a amargura do coração. Em Dante, a acedia é o quinto elo na ordem dos pecados capitais. No seu círculo infernal reina o frio glacial [...] Em particular a indecisão do príncipe mais não é do que acedia saturnina. Saturno torna-nos “apáticos, indecisos, lentos”. (2013, p.163)

Também ao pesquisar em documentos literários, identificamos semelhanças entre a personagem do governador D. Francisco de Assis Mascarenhas no romance *Chegou o Governador* de Bernardo Élis e o perfil do príncipe melancólico traçado por Benjamin. Enquanto indivíduo dotado de considerável poder pelo monarca português para comandar a capitania, sentia-se pleno de forças para instaurar a ordem nesta porção de reino. Contudo, o processo da história não se dobrava às suas vontades, as incertezas e os conflitos faziam com que a maior parte de seus projetos fracassasse. Isso configura o que o autor alemão chamou de “a fragilidade da criatura” (idem, p.147), o desejo malgrado do príncipe de transcender o curso destrutivo da história. Após se ver mero humano comum e cheio de problemas, ele lentamente “sucumbe a esta indolência do coração”. (idem, p. 163). Noutras palavras, Élis descreve a queda melancólica do soberano colonial em três fases distintas:

É que ao partir para sua capitania, o governador recém-nomeado traçava planos mirabolantes de trabalho, pensando salvar o povo de suas mazelas e imortalizar-se perante o rei - era a fase da febre delirante; ao chegar à capitania o governador se capacitava da impossibilidade de seu plano e tratava de reduzi-lo ao mínimo, acomodando-se à realidade das coisas - é a febre sem delírio. A indiferença local e a resistência da Corte a qualquer progresso acabavam por reduzir todos os sonhos do governador a zero - é a prostração final. (1998, p.95).

Essas inspirações de prestígio no espírito dos governadores são face da melancolia que se deixa levar por meditações visionárias. Ao analisar a gravura de Albert Dürer, intitulada *Melancolia*, Benjamin aponta o desenho do mar no horizonte como uma pulsação por viagens exóticas e temas que excitem a mente do melancólico. Algo comparável ao que Holanda, em *Raízes do Brasil*, diz sobre os desbravadores portugueses e o desejo d’ além-mar. Todavia, há uma diferença que pode ser entendida por vias alegóricas. O aventureiro desejava ter o mundo

em suas mãos. A ambição de manipulá-lo ao bel-prazer e obter glórias tendia a durar pouco tempo, uma vez realizada sua vontade. Isto lhe tirava a expectativa da busca e, se aquele mundo já estava relativamente manuseado, poderia ter outro melhor. O aristocrata aparentemente tinha o mundo aos seus pés, o que despertava inveja nos socialmente inferiores. Ademais seu mundo se encontrava próximo do sol, o rei. Mas, ele sabia que o tinha sobre a sua cabeça e que, a qualquer movimento errado, o seu mundo cairia ao chão. O seu triunfo era equilibrar as tensões entre esses mundos – o qual vivia e o segundo que os outros lhe projetavam – e ainda se manter sob proteção do monarca.

Sobre os fundamentos dos personagens da corte, Benjamin recorre aos *Pensamentos* de Pascal, para lhe extrair algo que parece trivial, mas extremamente necessário ao ambiente.

Faça-se a experiência: deixe-se um rei completamente só, sem nenhuma satisfação dos sentidos, sem nenhum cuidado no espírito, sem companhia, pensar em si mesmo com todo o lazer, e veremos que um rei que a si mesmo se vê é um homem cheio de misérias, e que as sente como qualquer outro. Por isso tal situação é cuidadosamente evitada, e nunca faltam à volta das pessoas dos reis muitos homens que velam para que os divertimentos alternem com as obrigações, e que passam todo o seu tempo inventando para o monarca prazeres e jogos, para que ele não caia no vazio. (...) de pensar em si, sabendo que se o fizer será infeliz por mais rei que seja. (PASCAL apud BENJAMIN, 2013, p.149).

Na longínqua Vila Boa, poucos cortesãos e recursos havia para promover divertimento ao governador. Conforme Oliveira, a razão disso estava no processo civilizador mal assimilado e antagônico, inviável para compor uma corte refinada e coesa. Uma minoria – geralmente ocupante de cargos públicos e com melhores condições – conseguia se apresentar dignamente no palácio, organizar festas em homenagem aos membros da família real, servir doces de frutas e manobrar talheres de prata à mesa. A maioria – apta a garantir somente a subsistência em trabalhos ocasionais e brutos, cargos militares rasos, pequenos comércios e roçados, e ainda composta de muitos escravos – desconhecia quaisquer princípios de etiqueta e pompa. Essas posturas, caras aos indivíduos cortesões, eram estranhas aos que se alimentavam com as mãos em cuias cheias de farinha ou feijão e moravam “nos ranchos ou casa de pau a pique, cobertos de palha de palmeiras. Nessas rústicas residências, dormiam em jiraus e sentavam-se em tamboretes” (OLIVEIRA, 2010, p. 54). Nestes modos, a tal “corte na aldeia”, como dizia o padre Silva e Souza, desencadeava bastante tédio nas autoridades.

D. Francisco por estas alturas aceitava aquela antiga observação de Ângela: - Vila Boa é um degredo. – E sempre se lembrava de uma frase atribuída ao ex-Governador D. José de Almeida Vasconcelos, em carta ao vigário de Meia Ponte, onde o grande homem confessava melancolicamente: “Conversando ontem com os meus botões, que são agora os que me fazem a corte, por estar a Vila uma tapera...” Também a ele só lhe restava conversar com seus botões na falta de Ângela ou de outra companhia. Hoje ele já entendia os Cunha Meneses: Tristão brigando com os padres, camaristas e ouvidores; D. Luís enchendo o tempo em desenhar a urbanização da cidade e sua reforma. Afinal se não fossem as brigas teriam morrido de tédio, que o simples

policiamento dos indígenas em suas distantes aldeias ou a mera reconstrução de pontes sobre o rio Vermelho destruídas pelas enchentes anuais era muito pouco para tanto e tão longo tempo. (ÉLIS, 1998, p.115)

Todavia, o mesmo D. José de Almeida a reclamar solidão com seus botões havia sido recebido em Vila Boa, no ano de 1772, com opulenta festança.

As quais se principiarão por huma encamisada com bastante aceio e luzimento, em que correram a cavalo para cima de cem pessoas, e na mesma ocasião se recitarão várias obras poéticas. Seguirão-se três dias de cavalcadas interpoladas com outros tantos de touros, que forão sorteados de pé e de cavalo, e a praça estava bastante cheia e armada de bem imaginadas danças, que tudo representava uma lustrosa figura, finalizando-se estes obséquios com um grande fogo artificial na noite do dia de Nossa Senhora, que forão quinze de Agosto, e na seguinte com um grandioso Sarau, que se executou em Palácio. (MENEZES apud BERTRAN, 1997, p.12)

O historiador Paulo Bertran, seguindo o diário do sargento-mor Tomás de Sousa, afirma que D. José de Almeida, no ano seguinte em viagem pela capitania, assistiu em apenas um mês e poucos dias a oito óperas: em Pilar foram duas encamisadas [desfile de cavaleiros de túnicas brancas portando tochas] e duas óperas em teatro público, em Traíras ouviu mais duas óperas e três dias de cavalcadas e, por fim, São Félix que, apesar de pequeno arraial, não deixou de oferecer, e com fartura, quatro óperas. (1997, p.11-12). O nobre setecentista - após todos os festejos relacionados à sua chegada como novo enviado do Rei - combateu a monotonia, utilizando as datas oficiais para teatralizar o poder da Coroa, nas distantes terras goianas.

Segundo, Foucault (2002), a dominação absolutista se autopropetua por meio do “Teatro do Poder”, ou seja a reafirmação do poder real por meio de rituais públicos. Em Goiás a elite administrativa procurou manter, com dificuldade, esses rituais. Um dos Capitães Gerais de Goiás, José de Almeida Vasconcelos, como toda nobreza do século XVIII, gostava de festas e de comemorações. No aniversário do rei D. José I (06 de junho), ele fez uma festa de arromba em Vila Boa de Goiás: uma apresentação de um combate simulado entre Companhias de Cavalaria e Infantaria e soltou 72 salvas de tiro de canhão. Além dessa festa de aniversário, o governador comemorou os casamentos dos príncipes e fez vultosas pompas fúnebres, quando da morte do rei D. José. Para Vasconcelos e demais membros da elite administrativa goiana, o fato de o rei estar a milhares de quilômetros de Goiás era um mero detalhe, que não interferia na intensidade das comemorações. (OLIVEIRA, 2010, p.62)

O autor de *As Festas no Brasil Colonial*, José Ramos Tinhorão, apresenta dentre as muitas festas da época, as de cunho “cavaleiresco” nas quais nobres e fidalgos lusitanos se exibiam elegantemente trajados e punham à prova suas aptidões em torneios de montaria acompanhados de animais de porte igualmente enfeitados. A tradução desses eventos para a colônia, então denominados cavalcadas, deixou registros já no início do século XVII, quando o comandante Matias de Albuquerque chegou a Pernambuco para combater os holandeses e “embora encontrando as fortalezas desmanteladas, sem armamento nem guarnição, preferiu promover a comemoração do nascimento do príncipe herdeiro da Coroa de Espanha, filho de

Felipe IV”. (LIMA apud TINHORÃO, 2000, p.48). Não constitui surpresa, diante desse relato, as críticas dos povos anglo-saxões de que a objetividade racionalista não fazia parte do código cultural português. Neste prevalecia a tradição da identidade voltada para o grupo familiar, no caso, interpretando a família do monarca como se fora a sua própria, uma tendência psicológica que se entranhará nos brasileiros, denominada por Sérgio Buarque de Holanda de “homem cordial”.

Outras duas ocasiões ilustram a popularização dos jogos de montaria, nas recepções ao francês Marquês de Mondevergue, na capitania de Pernambuco em 1666, e ao primeiro bispo do Rio de Janeiro, em 1682, pois “em ambos os casos a maior atração continuaria a repousar na realização dos jogos cavaleirescos, como nas cavalcadas, manilhas, argolinhas (em que cada cavaleiro, lança em riste, tentava a galope enfiar a ponta em argolinhas suspensas por fios) e, finalmente, das canas (em que imitavam torneios ou justas medievais usando varas ou canas no lugar de lanças)”. (TINHORÃO, 2000, p.51). Em Goiás, as cavalcadas também caíram no gosto popular e diferentemente de outras localidades brasileiras, perpetuaram-se no calendário de algumas cidades goianas (Pirenópolis, Santa Cruz, Corumbá) a partir do século XIX³³. Na elaboração do *ethos* valente, Oliveira pontua as cavalcadas e as manifestações da Procissão do Fogaréu e da Dança do Congo, como rituais que “expressam o caráter militar da ética religiosa da nobreza guerreira europeia e africana [...] específicos de povos que, conforme Max Weber, adaptaram sua crença no cristianismo ao seu gosto pela valentia e pela demonstração de força, perícia no manejo de armas e cavalos.” (2010, p.57-58).

A preservação dessas manifestações culturais ocorreu por interesse no caráter marcial presente nos cavaleiros combatentes cristãos ou mouros, farricocos (marcha de mascarados para capturar Jesus Cristo) e guerreiros armados do rei congo, os quais satisfaziam as identidades compostas de signos de violência. Entretanto, na adesão dos populares às festas oficiais, Tinhorão salienta que muitos não tomavam conhecimento exato dos motivos comemorativos. Na carência de felicidade coletiva e oportunidade de expressão social, aglomeravam-se e repetiam as salvas e vivas às autoridades apegados naquela novidade

³³Apenas como adendo informativo: no ano de 2016 foi lançado pelo governo de Goiás um programa de incentivo ao patrimônio imaterial dessas festas denominado Circuito das Cavalcadas, fomentado pela agência estadual de turismo. Inicialmente contava 06 cidades (Pirenópolis, Santa Cruz, Posse, Corumbá, Palmeiras e Jaraguá), neste ano de 2017 a programação conta com 13 municípios. O que demonstra que um manejo econômico pode recriar manifestações culturais a partir de sentidos contemporâneos ao século XXI. Disponível: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/e-uma-das-tradicoes-mais-bonitas-que-nos-temos-diz-marconi-sobre-cavalcadas-65082/> e <http://www.curtamais.com.br/goiania/confira-a-programacao-do-circuito-das-cavalcadas-de-goias-em-2017>. Acesso na data: 04 de maio de 2017.

emergida de um cotidiano precário, “para infiltrar-se com sua alegre disposição lúdica no reboliço da festa”. (2000, p. 49).

Outro governador da capitania, D. Luís da Cunha Menezes, que também apreciava festas e óperas, tomou por obrigação aprimorar a configuração urbanística de Vila Boa e lhe tornar mais aprazível. Nas cartas do capitão-mor Antônio de Souza Telles e Menezes à Rainha D. Maria, nas quais reclamava dos mais variados assuntos e travava duras críticas ao primeiro Cunha a governar Goiás em 1778, ele destacava o caráter supérfluo de suas obras. Na verdade, o que Menezes não compreendeu é que as atividades “lúdicas” promovidas pelo governador estavam em total conformidade com o processo civilizador do XVIII e com o modo de vida daqueles próximos ao rei.

Em introduzir os Beija-mãos, a imitação da Corte. Em fazer luzidas tropas desnecessárias nesta Capitania e influir aos homens vaidades e luxos com que não podem e porque se empenham e não pagam o que devem. Para fazerem lustrosas as suas ações e gostos, estabelecendo Casas de Ópera com que a terra não pode, e querendo fazer Corte de uma Aldeia que tanto necessita de economia e trabalho. (MENEZES apud BERTRAN, 1996, p.46)

Quanto ao projeto urbano, realizou o alinhamento das ruas, construiu um açougue e um passeio público, este no Largo do Chafariz que era a oportunidade de exposição social entre os vilaboenses. Nos escritos do código de posturas urbanas é pertinente o desejo de civilização, além do comportamento ordeiro dos habitantes, o apelo estético – para camuflar o irregular panorama das fachadas – e o uso do bom exemplo para guiar as demais edificações.

Todas as Casas ou Edifícios que de novo se construírem, será pela mesma regularidade das melhores que se acham na dita rua edificadas, para que desta forma se aumente a população da terra debaixo de um agradável prospecto e civilização. Isto é pelo que pertence à frente da Rua, ficando o interior à eleição de seu dono. [...] Na praça principal enquanto não se põe em prática o determinado acima sobre reedificação, mandarão os donos das casas pintarem as janelas e portas todas de uma cor, para assim suprir a irregularidade do prospecto com que foram construídas. (CUNHA apud BERTRAN, 1996, p.58 e 59).

No livro *Iconografia Vila-Boense* de Gustavo N. Coelho, há algumas reproduções das gravuras de Willian John Burchell, botânico inglês que viajou por Goiás e retratou a sua capital no início do século XIX. O autor as utiliza para pensar a morfologia urbana e suas conclusões nos servem de argumento para três questões. A primeira sobre o orientalismo no barroco de Goiás, as casas próximas ao palácio de Vila Boa possuíam um tipo de vedação nas janelas que ainda se conservam em Pilar de Goiás.

[desenhos de Burchell] evidenciam as paredes bastante danificadas, com descolamento de reboco e mesmo com a alvenaria deteriorada. Apesar disso, várias são as janelas que apresentam vedação com treliças móveis de madeira, com os mesmos desenhos vistos ainda hoje na cidade de Pilar, o que demonstra que, pelo menos junto ao centro do poder existiu uma preocupação dos habitantes em manter certo padrão de qualidade urbana, tão defendido por Cunha Menezes em seu Código de Postura Urbanas. (COELHO, 2013, p.50)

Portanto, as intenções de Cunha Menezes quanto as suas preocupações estéticas “de corte” foram alcançadas, a despeito de seu detrator. O fato de muitas dessas construções resistirem até o século XXI demonstram que a preocupação com uma arquitetura de qualidade foi assimilada pela população. Por causa dos detalhes perdidos na Cidade de Goiás, Toledo utiliza também do exemplo arquitetônico de Pilar para definir em termos técnicos este tipo de acabamento: “construção requintada com janelas guarnecidas de rótulas cujo requadramento se projeta para fora da parede lembrando os muxarabiês”. (2012, p. 291). A última palavra trata de sacada mourisca que permite ver o que se passa na rua, sem que os transeuntes vejam o que ocorre no interior da casa. Freyre expôs a forte participação do Oriente na formação da cultura brasileira, antes do advento capitalista britânico.

E o primado ibérico de cultura nunca foi, no Brasil, exclusivamente europeu, mas em grande parte impregnado de influências mouras, árabes, israelitas, maometanas. De influências do Oriente mescladas às do Ocidente. De sobrevivências sólidas do Oriente não de todo dissolvidas nas predominâncias do Ocidente sobre Portugal ou sobre a Ibéria. (FREYRE, 2004, p. 552).

O caso relevante foi o combate às rótulas ou gelosias de madeira pelos ocidentalistas. Tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador, as autoridades baixaram medidas proibitivas sobre as janelas mouriscas e guarda-sóis que promoviam excesso de sombreamento, prejudicial à política urbana. Cabia efetivar o “desassombramento” na vida do cidadão. O que estava em jogo era a modelagem das formas brasileiras ao “perfeitamente civilizado” da Europa: a Inglaterra. Freyre coloca o desejo do governo do Príncipe Regente em afastar o país de sua origem portuguesa pouco ocidental e na receita para acelerar a mudança de conteúdo cultural, estimula-se a mudança das formas materiais.

Desassombramento através do vidro inglês nas casas e nas carruagens ainda orientalmente revestidas de gelosias e cortinas: as casas de “grades de xadrez” que Walsh recordaram as dos turcos. Desassombramento nas cidades, através de ruas largas como as do Ocidente que substituíssem os becos orientalmente estreitos do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife, de São Luís do Maranhão, de São Paulo, de Olinda, de todos os burgos antigos do país. [...] Desassombramento nos costumes, nas maneiras, nos hábitos, nos gestos, nas relações entre homem e mulher e entre pai e filho. (FREYRE, 2004, p.557)

O fator econômico sobrepeçou, pois a medida carioca de reforma urbana solicitava que fosse efetivada nas janelas dos sobrados, a substituição por vidraças e peitoris de ferro em no máximo seis meses. Ou seja, que o novo projeto de beleza residencial fosse realizado por quem de fato havia condições de bancá-lo e assim dar exemplo aos demais - relembrando Elias, os inferiores copiam os superiores - as casas térreas. Delas não se exigiu a troca porque fatalmente a fizeram, assim que permitiu o suporte financeiro para a mudança de posição social voltada para o poente. Coelho não justifica quais motivos levaram ao desaparecimento

das rótulas de Vila Boa, nem encontramos outro pesquisador ou documento que disso tratasse. O que podemos supor é que o aprimoramento dos meios de transporte levou à adoção do modelo guilhotina com vidros ou o baixo custo de janelas mais modestas em madeira. O fluxo e rotatividade de pessoas também eram maiores na sede administrativa do que em Pilar, que manteve parte de seu casario original.

Além dessa técnica havia outra descrita por Pohl ao visitar a sede do governo goiano. Ainda existente, desta vez em Jaraguá, como explica Toledo.

uma surpresa é o uso de malacacheta em janelas, no lugar de vidros. A malacacheta, como se sabe, apresenta planos de clivagem que permitem sua extração em finas lâminas. Num arraial, situado a grande distância do litoral, esse material terá sido de grande utilidade dadas as dificuldades de se importar vidro, quando este principiou a ser usado nas construções litorâneas. (2012, p.292)

O viajante Pohl também afirmou surpreso: “São raras as janelas envidraçadas. Habitualmente a mica extraída na capitania substitui os vidros. Tem a vantagem de permitir ver muito bem, através da janela, de dentro para fora, enquanto que de fora para dentro nada se pode distinguir. Mas, após alguns anos, perdem esta qualidade.” (1976, p.141). Notável é que ambas as janelas apresentavam a qualidade de observação da vista pública com total reserva da privada, ao menos daqueles que viviam em ambiente urbano e podiam pagar por sua feitura na parte frontal. Diferente dos casebres de barro afastados do centro, em que as janelas eram somente aberturas nas paredes. Aliás, o posicionamento das janelas voltadas para a rua e para o quintal – posto que as casas eram “coladas” umas às outras lateralmente ao longo das ruas estreitas – reforçam o aspecto de vigilância sobre o que ocorria em cada área. E, principalmente, sobre aqueles quartos ausentes de janelas. Logo, ausentes das influências do mundo exterior. Se consideramos o sertão como fator de isolamento, este modelo arquitetônico era a sua alegoria sob fachada de influências ibéricas e orientais distantes. Contempla o espírito barroco em que a “mistura dos díspares não constituía contradição”. (TINHORÃO, 2000, p.110)

Flusser concebe as janelas como meio político entre o espaço público e o privado³⁴. Nesse sentido foi notória a instrumentação política das janelas vilaboenses. Na verdade, a falta delas corroborou na justificativa para a mudança da capital em Relatório do Governo Provisório de 1930. “Aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da população da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca recebem sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior”. (CHAUL, 2015, p.239).

³⁴ Segundo sua leitura do movimento pendular que Hegel julgou triste, “quando saio para o mundo me perco, quando volto para casa para me encontrar perco o mundo”. Logo, a janela permite estar em casa e ainda ter o mundo ao alcance dos olhos.

A segunda questão do livro de Coelho trata da monumentalidade da Casa de Câmara e Cadeia, inaugurada em 1766. Hoje é o local do Museu das Bandeiras.

O que se buscou em princípio com tais características foi a obtenção de uma visualidade que impusesse ao espectador o cenário próprio da teatralização do poder. É a utilização da arquitetura como pressuposto para essa encenação, na qual o que realmente importa não é demonstrar a funcionalidade, mas caracterizar o visual cenográfico. (2013, p.119)

Nas circunstâncias do Cerrado colonial, era este o edifício público mais imponente. Dois aspectos do barroco confluíram para isso: o ilusionismo e o espectador.

Um outro uso do ilusionismo [...] consistiu na superação das limitações materiais; fazia-se com que mármore parecesse cabelo ou vestuário; metal dourado, raios de luz ou moldura pintada dessem a ilusão de ser real. O ilusionismo tampouco estava limitado à pintura e escultura. Na arquitetura, o projeto de um edifício não correspondia necessariamente à sua estrutura, e fachadas e paredes falsas foram livremente usadas para mascarar um aspecto irregular ou desagradável atrás delas. (KITSON, 1979, p. 16)

Com relação à parte interna, Coelho afirma que o casarão de pavimento duplo com grossas paredes de taipa de pilão interfere na interpretação sensorial do espaço como sólido e austero sobre o vazio dos cômodos de composição despojada (2013, p.119). Edificado distante da fonte de materiais nobres, como mármore e de construtores e artífices experientes, não possui ornatos externos. O próprio governador Luiz de Mascarenhas demarcou a sua localidade na fundação das estruturas institucionais, em 1736. No alto do Largo do Chafariz, próximo a rua de acesso em declive. Assim, o mais importante foi a justaposição do objeto. O que se encontra ao redor pode ou não valorizar, consoante a linguagem visual. A sua monumentalidade era um somatório das dimensões com uma posição espacial privilegiada. A visão dos passantes coloniais era impactante. Já a simetria “barroco de fase renascentista” funciona como estratégia de comunicação por meio da posição das janelas por repetição de elementos, cujo objetivo rítmico das partes completa o significado maior. Um jogo ótico bem sucedido a favor do Estado. A definição estilística vulgar do barroco, como profusão das formas, não exclui sua capacidade de absorver outros elementos visuais como a simetria em prol da comunicação.

Por isso, o espírito barroco não poderia estar fundado meramente em um conjunto de regras estilísticas – em uma espécie de cartilha que envolvesse soluções formais, ornamentais, tipológicas, tecnológicas, iconográficas, criadas no *Seicento* italiano e que deveriam ser repetidas invariavelmente. Pelo contrário, para a cultura barroca qualquer estratégia utilizada para a composição de obras cuja expressão artística estivesse vinculada à construção de cenográficas e poderosas máquinas de persuasão seria imediatamente acolhida, já que, naqueles contextos de crise, os fins justificariam os meios. Assim, o objetivo máximo do arrefecimento das massas através do encantamento e do entretenimento pela arte sempre acabaria autorizando as mais insólitas ações empregadas. (BAETA, 2012, p.209)

Dessa maneira, todo o conjunto de técnicas ilusionistas e retóricas do barroco estava canalizado para persuadir o espectador desse teatro social e urbano promovido pelo Estado absolutista e pela Igreja, o que explica, na visão de Kitson, a força e potência do barroco em países católicos e majoritariamente rurais. (1979, p.12). O Estado deve despertar a empatia e obediência dos súditos por meio de festas, desfiles, passeios públicos e obras grandiosas. Se o rei não estava presente de forma corpórea, cada signo de poder devia aludi-lo.

Saint-Hilaire, vindo de uma sociedade e época ulterior ao barroco, não conseguiu compreender a funcionalidade e a estética da arquitetura de Vila Boa.

Há um chafariz. A arquitetura deste me pareceu bastante medíocre, mas pelo menos não é grotesco. Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se veem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez. [...] Quanto ao tamanho o palácio do Capitão-geral talvez seja uma exceção, pelo menos pelos padrões da região. Entretanto, é um prédio de um pavimento só e sem ornamentos externos. Achando-se um pouco acima do nível da rua, para chegar a ele sobe-se uma ridícula escada de uns poucos degraus, mas não sem que se passe antes por um portão que avança inesteticamente sobre a praça. (1975, p.51).

Se considerarmos a expressão alemã *treppenhaus*, traduzida como escada-casa, que se originou nos palácios germânicos do século XVIII devido ao destaque das escadarias (KITSON, 1979, p.68), de fato, a escada do Palácio Conde dos Arcos era ridícula aos olhos europeus. Contudo, sua escala seguia a medida de seu povoado, por circunstâncias parcialmente expostas no capítulo anterior.

Na terceira e última questão pertinente à obra *Iconografia*, está a decadência. “Interessantes detalhes de grande valor e qualidade construtiva em edifícios descuidados e em certa medida tendendo ao arruinamento”. (COELHO, 2013, p.50). Há três vertentes historiográficas sobre o conceito de decadência, respectivamente: Palacin, Chaul e Bertran. O primeiro pensa a partir da decadência da produção mineralógica. Essa ocorreu de maneira mais rápida e letal à sociedade goiana por não possuir uma economia mais sólida e um maior quantitativo populacional do que a mineira. O autor leva em conta o alto custo dos escravos, das bestas e dos artigos no comércio para criar um estado desolador, já sem a mesma circulação de ouro em pó para efetuar as compras. A agricultura era desolada pela cobrança dizimista, a qual era preferível não plantar do que ter de pagar o famigerado imposto. A sociedade aristocrata desprezava o trabalho manual, cuja atribuição era do escravo. Desse modo, Palacin ressalta que a *ruralização* foi a única opção para sobreviver em núcleos isolados e baseados na pecuária, alimentando um persistente sentimento de fracasso, de *regressão cultural* e de pobreza. A proposta de decadência a partir da *ruralização* concebida

por Palacin, nos leva a pensar numa sociedade que seguiu seus animais para os pastos a ruminar com eles a tristeza de dias áureos findos.

A leitura de Chaul buscou nas entrelinhas dos registros escritos de autoridades e viajantes, as palavras que pudessem desconstruir a noção de decadência. Com isso, exhibe uma sociedade que, a despeito das falhas de comunicação, da inépcia administrativa da Coroa e da inação que lhe foi creditada, estava satisfeita e condizente com o seu horizonte de possibilidades numa capitania do sertão, onde não urgia o capital. Sua economia era de plantar somente o necessário para viver. Seus hábitos se formavam à base de memórias indígenas e negras alheias às expectativas de desenvolvimento econômico dos viajantes e dos governadores portugueses, que não entendiam os costumes e o imaginário da população. O autor posiciona que se não houve um ápice social no período aurífero, não é possível falar então em decadência.

E, por fim, Bertran lamenta as adversidades formadoras de uma sociedade ensimesmada, porém festiva nas celebrações do campo e da igreja. O que lhe parecia uma vantagem de levar a vida na marcha lenta como passo de boi, semelhante ao passado freyriano que escorre como melão³⁵. Assim se mostra entusiasta de uma visão romântica e utópica.

O tempo social amoldara-se às lentidões do calendário agrícola e ao lento crescimento vegetativo dos rebanhos. Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inumeráveis festas do campo ou do arraial – a sociabilidade do tempo –, para pescarias e caçadas, enfim, numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples. [...] Há povos avançadíssimos e agonizantes na Europa e na América do Norte que tudo dariam para atingir aquele estado zen de vida que nós perdemos. (2015 p. s/n).

Ao final o romancista goiano, Élis, mais próximo do quadro histórico construído por Palacin do que de Chaul e Bertran, reafirma a paisagem triste, permeada de povoados que se constituíam num amontoado de taperas.

Taperas estavam por toda parte: fazendas abandonadas ou minúsculas e paupérrimas casas que não possuíam nem currais, nem paióis. O mais impressionante eram as povoações abandonadas, algumas com um número considerável de casas relativamente bem-construídas, com igrejas, altares ornamentados, imagens e paramentos, sinos e missais – tudo abandonado, sem um único habitante. Reino de fantasmas e lendas, das quais o povo fugia apavorado e para as quais afluíam morcegos e corujas. (ÉLIS, 1998, p.101).

³⁵ Na obra de Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, o autor deixa no panorama do texto um tom nostálgico em relação ao passado canavieiro e patriarcal do Brasil. A dimensão temporal desse passado era devagar para com as mudanças sociais, arraigado às tradições ibéricas, principalmente se comparado ao tempo de muitas expectativas estadistas da década de 30, quando a obra foi lançada. Metaforicamente o tempo escorre lento como melão na perspectiva do senhor de engenho, na varanda da casa grande, local de onde Freyre narra este passado. Por isso, a comparação ao nosso aspecto regional em que Bertran exalta um passado ocioso em pescarias e tão tranquilo quanto boi no pasto, quase “zen” frente à miséria das condições goianas.

Os classicistas do Iluminismo mergulhados num otimismo progressista da consciência e da sociedade, ao encontrar tal situação, tanto Pohl quanto Saint-Hilaire tentaram inculcar o pensamento moderno nas pessoas, aconselhando novas formas de produção para sair daquele estado de pobreza (ou abundância, na visão de Bertran) por meio do senso de responsabilidade peculiar ao homem iluminista. Entretanto, isso não adiantou e se viram portadores de uma civilidade inútil aos habitantes de Goiás.

O espírito barroco estava entranhado na arquitetura, nas paixões, na instrução e nos hábitos sociais do cotidiano. E a face melancólica que Benjamin trabalhou na personagem do príncipe, a qual traçamos paralelamente aos capitães-gerais, manifesta-se também no homem cortês noutra perspectiva. Para o filósofo, o homem que participa da corte no drama barroco é particularmente atraído pelos objetos simbólicos do poder: o cetro, a coroa e o manto. Esse desejo fatal o torna destinado a seguir o cortejo dos soberanos ou vencedores. Não porque seja fiel vassalo de sua majestade, invertidamente o é das coisas: vão-se os dedos e ficam os anéis. “A sua infidelidade aos seres humanos corresponde uma fidelidade às coisas, que verdadeiramente o mergulha numa entrega contemplativa”. (BENJAMIN, 2013, p.164). Assim, a submissão às coisas o faz trair seus próximos e a si mesmo porque cede a sua vontade para seguir a dos outros que portam o cetro e a coroa.

Na identificação afetiva com os vencedores, encontramos uma relação entre a melancolia e a (auto) traição – a mesma que, segundo a intuição de Lacan, estaria na origem da culpa depressiva daquele que “cede de seu desejo”. A disposição fatalista a colocar-se sempre a favor dos “vencedores de turno”, identificamos pelo artifício historicista como se fossem os detentores do Bem, leva o sujeito a “trair a própria via”. (KEHL, 2015, p.259).

Essa valorização dos objetos materiais em detrimento das ideias espirituais é importante para compreendermos homens e mulheres agarrados aos objetos de poder. Pelas mesmas vias alegóricas dos aventureiros e aristocratas, o homem barroco, habitante dos pequenos núcleos urbanos de Goiás, desejava se enobrecer para abraçar este mundo de signos de poder, mesmo que de forma teatral por meras aparências. Ao estar na fronteira entre um mundo histórico e outro a-históricos (na leitura de Flusser) ou entre um mundo de vencedores e outro de vencidos (na leitura de Benjamin), esses “cortesões” goianos precisavam segurar o mundo nos braços, porque o temiam perder. Enquanto a outra parcela de viventes, os melancólicos erradios [vadios, ciganos, quilombolas, caboclos] têm o mundo às costas. Não o sabem, não desfrutam dele embora o tenham por encargo.

Saint-Hilaire narra os jantares do palácio de Vila Boa, providos de fartura à mesa, mas numa sala de refeição sombria e pequena. Havia uma bandeja de uvas moscatéis e garrafas de vinho (1975, p.55). Exceto pelo governador e pelo convidado francês, ninguém tomou uma

taça sequer durante toda sua estadia. Quanto às uvas frescas, apenas Saint-Hilaire provou e gostou. A presença intocada desses elementos denunciou o teatro dos convivas e funcionários. Como produtos caros e considerados de luxo, uma garrafa custava 1.500 réis, (idem) não era hábito dos locais os consumir. Nem havia a intenção, dada à oportunidade porque seria estragar o cenário montado para a recepção do visitante.

Em outro momento revelador do jogo de aparências, Saint-Hilaire, com o seu olhar voyeurístico dentro da igreja, reparou que as mulheres depois de acomodadas nos bancos e iniciada a missa tiravam discretamente os sapatos para ficarem de pés no chão. (idem, p.44) Imagina ele que, se as mulheres libertavam os dedinhos sôfregos daquele item civilizatório era porque tinham o hábito de ficarem descalças dentro de suas casas. A necessidade de se apresentar condignamente à posição social, segundo Pohl, levava as mulheres brancas e empobrecidas a não sair para a igreja no mesmo horário dos demais. Sobretudo para não encontrar as mulheres negras adornadas e cientes do significado das joias, pois até as santas tinham brincos de pingente nos altares portugueses. Dessa forma compareciam altivas com muitas correntes de ouro e humilhavam aquelas de camadas superiores por tradição da cor. (1976, p.142).

As maneiras de agir consistiam em ganhar a aprovação ou a inveja, ou pelo menos, a tolerância da opinião alheia graças ao aparecer: isto é, à honra. Conservar ou defender a honra significava salvar as aparências...Tudo era usado para alcançar esse fim: o gasto excessivo, a prodigalidade (pelo menos nos momentos oportunos, escolhidos com discernimento) a insolência, a ostentação...(ARIÈS & DUBY apud AGNOLIN, 2005, p.171)

O desejo de ostentação, porém, esbarrava nas limitações modestas daqueles que acompanhavam o governador na missa da Semana Santa. Pohl não compreende o motivo de colocarem no altar baixelas, terrinas, açucareiros e outros utensílios de prata. Vigiadas por seis soldados, todas essas peças mundanas causavam um efeito faustoso pelo brilho, mas não deixava de ser excêntrico para o austríaco. (1976, p.143). Além do aspecto religioso de querer enfeitar a Casa de Deus em dia especial, existiu também a questão de expor na igreja a frente de todos o que havia de mais bonito em casa.

No vestuário feminino, os tecidos fortemente coloridos e mantilhas grossas eram o comum para sair às ruas, enquanto os raros vestidos de seda eram usados somente em ocasiões muito especiais como as celebrações de Páscoa e Natal. Isso observado nos arraiais, pois na zona rural, conforme Saint-Hilaire, constava a penúria das vestimentas. “Quando o vigário percorre as fazendas, para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido”. (1975, p.27). E era a mesma condição sobre a pouca mobília presente nas

casas e estalagens da capitania. Qualquer objeto de uso pessoal de melhor qualidade tinha o cunho de ser público e sua funcionalidade estava atrelada à persuasão da opinião alheia sobre o seu portador.

Segundo o costume adotado pelas pessoas ricas, eles vieram acompanhados por um moleque também a cavalo, o qual trazia ao pescoço um grande copo de prata preso a uma corrente do mesmo metal. As esporas dos homens eram de prata e o canhão de suas botas orlado com aros desse metal. Placas de prata enfeitavam as rédeas dos cavalos e, finalmente, via-se um facão com cabo de prata metido no cano de suas botas. Essa exibição de riqueza é comum, e na maioria das vezes as pessoas que ostentam todo esse luxo quando viajam a cavalo ou vão fazer visitas não têm em sua casa um único móvel. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.102).

Diferente da casa do escrivão da Fazenda Real, Raimundo Nonato Hyacintho, que encantou o viajante. Dotada de extrema limpeza, móveis, decoração e conforto, as peças de madeira e prataria todas confeccionadas em Vila Boa levaram o francês a elogiar, raridade os artesãos goianos que, sob orientação de Raimundo, produziram ótimo trabalho copiando com habilidade os modelos fornecidos. (1975, p.57). No entanto, acrescentou em rodapé posterior, a ausência crônica de artífices para serviços manuais no período da província, conforme os relatórios de governo, indicando que o que testemunhou na casa do escrivão fora uma excepcionalidade. (idem). Igualmente Pohl reclamou da falta de móveis, itens básicos ao conforto, quando hospedado numa estalagem extremamente mal provida em que teve de pedir emprestadas mesa e cadeiras ao vigário local para poder acomodar suas visitas. (1976, p.117).

Outro aspecto importante para caracterizar o espírito barroco goiano é a tese de Flusser, do barroco enquanto exercício de tradução, surgida ao estudar o exemplo mineiro. Tomando como referência a herança barroca de sua cidade natal, Praga, Flusser avaliou as estruturas barrocas do sertão brasileiro como ridículas e decadentes. Em termos de técnicas ornamentais, Flusser observou que somente a elipse e o espiral estão disponíveis na cidade barroca mineira. Os santos têm gestos dramáticos, vestimentas cheias de dobras, mas conservam ares modestos. Imagina a altivez de um imaginário rei em cortejo por Praga e suas vestes e cetro inspiram reverência. Por outro lado, um imaginário rei mineiro percorreria as ruas bucólicas exageradamente colorido, de manto rasgado com coroas tortas e não inspiraria majestade. E este exagero da indumentária arrancaria risos do turista europeu. No entanto, quem conseguir ir além da pilhéria, poderá ver algo mais profundo: o mineiro é o rei verdadeiro fantasiado de rei. (Flusser, jornal do comércio, 03/04/1966)³⁶.

O exercício de tradução de Flusser se inicia na cultura-fonte, o “barroco europeu” como texto original e deságua na cultura-alvo, o “barroco brasileiro” como texto cópia. O

³⁶ Disponível em: <http://www.flusserbrasil.com/art148.pdf>. Acesso: 23/05/2017.

texto cópia é uma tradução caricatural do texto fonte. Porém, Flusser inverte o jogo. A artificialidade da cópia revela o que também há de artificial na construção do texto original. O barroco europeu retraduzido a partir do brasileiro também é uma versão, quando a cultura-alvo passa a ser o texto original. A “tal engenhosa leitura transcultural”, como Guldin definiu o trabalho de Flusser, (GULDIN, 2008, p.77) constituiu num deslocamento de perspectiva que possibilita enxergar novas e diferentes faces dos objetos.

Na cultura-fonte, Flusser (jornal do comércio, 03/04/1966) demonstra as dissimulações empregadas pela igreja católica como estratégia de atrair fiéis, num contexto de concorrência protestante. Embora a dissimulação fosse vista como uma atribuição diabólica, os padres a utilizaram por causa de sua eficácia na teatralidade dos ritos, nos ornamentos e nos cenários compostos por artistas contratados para embelezar as igrejas. Era preciso iludir o homem barroco de sua pretensa fé, já abalada pelo racionalismo. Na Europa, esse projeto foi executado com esmero e com sofisticados materiais e ornamentos. Já no contexto do sertão (cultura-alvo), ornar em pedra sabão, barro e madeira constituiu uma reinvenção de técnicas, levada a cabo pelo aprendiz mulato e pelo mestre portugueses.

Observa o autor tcheco o excesso de santidades e anjos pintados no forro das igrejas que, por meio de amadorismo ingênuo, criaram madonas coradas e carnavais, altares coloridos, dourados e floridos refletindo o anseio dos novos-ricos que queriam tudo ao mesmo tempo no patrocínio de suas capelas. O que pode ser interpretado como uma oferenda genuína de gratidão por estarem vivos mesmo contra todas as adversidades. O português já trazia consigo uma religiosidade metade cristã e pagã profundamente atada às necessidades corporais, o que explica a profusão de festas da colheita e do culto à fertilidade, dos santos da fartura, dos demorados rituais de matrimônio, de práticas sagradas voltadas para resolver problemas ligados ao parto, a objetos perdidos, à navegação, à dor de cabeça, dos olhos, dos dentes etc. E o africano vivenciava sua sacralidade na natureza (a atribuição sagrada de uma árvore ou uma nascente d'água), uma hierofania ao encontrar sentido especial e misterioso no ambiente ou ainda na memória de tradições maometanas, assim, portanto, mescla signos e cores vibrantes ao interior das igrejas.

Desse modo, sob o pretexto de copiar o barroco europeu, o barroco brasileiro alcançou a autenticidade com suas imperfeições de taipa e pedra porosa. Nesse aspecto foram artesãos virtuosos em dupla perspectiva, uma vez que deram dignidade aos materiais profanos da terra e possuíam fé de que produziam sagrado. O barroco europeu fingia ser religioso, mas acreditava no Iluminismo. O barroco mineiro pretendia ser manifestação sacra da Europa, sem

desconfiar de que essa era um teatro deliberado. Então, o barroco nacional é manifestação teatral de fé inconsciente.

As igrejas mineiras são monumentos que festejam uma ingenuidade autêntica com uma técnica inautêntica que lhes é estranha. São aparentemente pecaminosas, mas fundamentalmente puras. Os pecados do espírito que fizeram do barroco o estilo diabólico que é, não podem ser nem imaginados, e muito menos praticados, pelos artistas mineiros. O que estes artistas fazem é copiar, ingenuamente, os truques diabólicos do barroco europeu, sem talvez desconfiar da sua infernalidade. O resultado é este: igrejas aparentemente pecaminosas e corruptas, mas na realidade pias e castas. E isto deixa o intelecto profundamente perturbado. Porque prova a limitação do intelecto. O barroco mineiro prova que o intelecto é apenas leve verniz, mesmo quando mascarado em alma, e que a verdadeira alma pode reduzi-lo ao ridículo e ao absurdo. O barroco mineiro prova o ridículo e o absurdo do barroco europeu. (FLUSSER, jornal do comércio, 03/04/1966).

O barroco mineiro é original, porque constitui no ápice de síntese cultural a assimilação de elementos negros e brancos que tornou o barroco configurável à interface cultural brasileira. Conforme Flusser, a defasagem temporal entre um e outro justifica a cópia das alegorias. Todavia, não justifica o caráter de cópia, pois enquanto alegoria possui significado diferente.

Quando as igrejas de Ouro Preto erguem as suas torres contra o céu exótico, já deixaram na Europa de ser construídas. O barroco europeu já cedeu lugar a outros estilos quando floresce o barroco mineiro. Mas esse florescimento retardado é o verdadeiro florescimento. O espírito barroco encontrou no Brasil o seu habitat apropriado. A despeito dos positivismos e outros ismos posteriores, será o Brasil sempre uma terra barroca. (idem)

Essa tradução e retradução do movimento barroco nos remete ao conceito de origem em Benjamin, quando coloca “o que é próprio da origem nunca se dá a ver no plano do factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo, que o reconhece, por um lado como restauração e reconstituição, e por outro como algo incompleto e inacabado”. (2013, p.34). É o barroco restaurado no trópico austral em tempo e espaço distinto do trópico boreal. Contudo, Flusser descobre esse “barroco-cópia” como revelação de algo autêntico, o novo inerente a toda manifestação de originalidade.

Nesta leitura transcultural entre Praga e Ouro Preto, cabe aos povoados de mineração goianos também a alcunha da autenticidade em seus elementos barrocos. O argumento não busca cobrir com eufemismo ou bairrismo o aspecto de cópia ruidosa de alegorias europeias. Isto porque os ruídos dessa tradução cultural fundamentam as especificidades do barroco em Goiás. O senso de luxo com apelos ao sensível e a política de aparências foram traduzidos, apesar das dificuldades de sustentar tais formas mediante as limitações de recursos materiais e humanos, como nos exemplos citados do vestuário e do mobiliário. Quanto às igrejas, muitas ruíram por ausência de capacidade ou de orçamento durante a construção. O que deixou

diminuto o acervo arquitetônico de antigos arraiais goianos se compararmos a Ouro Preto. Da rusticidade das fachadas de barro e telhado colonial irregular sem forro, os detalhes decorativos se concentravam nos altares. A ostentação desejada era muito pontual quando a maior parte dos recursos era consumida pela própria sobrevivência em isolamento cheio de ameaças. Uma vez que, o barroco era uma manifestação artística voltada para os espaços públicos e comunicativa de centros urbanos e de cortes reais, no sertão com almas diluídas em longos territórios a sua tradução se deu noutra frequência estética. As alegorias eram menos profusas como fragmentos ou ruídos entre tantas distâncias. Nisso consiste a característica específica do barroco em Goiás.

2.2 ESPAÇO SAGRADO – RITOS E ALEGORIAS DAS RELIGIOSIDADES BARROCAS.

Ao tratar da organização da igreja católica na capitania de Goiás, aprofundamos no “florescimento retardado e verdadeiro” do barroco, mas iniciamos logo com um exemplar que não vingou, a Igreja Matriz de Santana em Vila Boa. A estrutura arquitetônica dessa igreja não apresenta qualquer elemento barroco em razão das muitas reformas pelas quais atravessou. Entretanto, serve de gatilho para pensar que não é a ausência de um volume quantitativo de materialidade que pauta o descarte de uma categoria de análise cultural. Com relação a sua origem, podemos destacar em palavras “ruínas, catástrofes, irregularidade” e “dourado” que se perdeu. Nas opiniões dos viajantes Saint-Hilaire e Pohl, há uma divergência quanto ao altar-mor. O francês afirma: “A igreja paroquial, a única que visitei, é consagrada a Santana. Seu teto não tem forro, mas o altar-mor e outros que se veem de cada lado da nave, são decorados com douraduras e enfeitados com certo bom gosto”. (1975, p.50). Pela descrição, o altar teria uma ornamentação interna conforme o espírito da época, contudo Pohl ressalta a aparência decadente.

A igreja Matriz ou Prelazia é bastante grande, em parte de pedra, tendo sido construída em 1743 no local da antiga Capela de Santana. O teto desabou em 1759 e, por muitos anos, a igreja ficou nesse estado de ruína, de modo que dentro cresceram arbustos, mas afinal, foi restaurada a duras penas. Ambas as torres baixas estão de novo a cair. Este templo aliás é escuro, não tendo vidraças nas janelas; o altar-mor é pobremente arranjado. (POHL, 1976, p.141)

Após o segundo desabamento em 1872, nada sobrou dos altares dourados ou dos demais elementos barrocos. Aliás, das muitas igrejas que existiam na capitania, outras tantas deixaram não mais que fragmentos arruinados. Somente em Vila Boa havia oito templos e

destes, consoante o artigo de Coelho sobre o simbolismo barroco³⁷, dois podem ser classificados dentro da arquitetura barroca: a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e de Nossa Senhora do Carmo, construídas respectivamente em 1779 e em 1782, possuindo plantas em formato de octógono³⁸. Uma simbologia numérica do judaísmo-cristão, que representa a comunhão do número perfeito “sete” somado ao “um” de Deus. (1997, p.134). Ainda segundo o autor, a igreja da Boa Morte contém características decorativas do barroco tanto na parte externa quanto interna, o que a torna única em todo o território goiano.

Para Coelho, a igreja do Carmo apresenta “um movimento de formas e de volumes no interior da nave que complementam o sentido visual do Barroco expresso de forma extremamente modesta”. (1997, p.144). E conclui que, diante das circunstâncias goianas, o barroco não expressa erudição nem monumentalidade³⁹. Sua presença se encontra nos detalhes e nos símbolos próprios do movimento.

Convém lembrar ainda, que mesmo diante dos centros de cultura da Colônia, e principalmente da Metrópole; mesmo não contando na composição de sua população com elementos de interesse cultural mais elevado; mesmo que a economia aurífera já plenamente esgotada transformasse a cidade em núcleo urbano de atividades quase que exclusivamente administrativas, é esse período ainda o século XVIII, o século da construção dos grandes e expressivos monumentos barrocos, o século de Aleijadinho, e por mais pobre e insignificante que possa parecer a arquitetura goiana no contexto geral, também aí tais influências se fizeram presentes. (COELHO, 1997, p.145).

Malgrado o aspecto insignificante da arquitetura barroca em Goiás, a importância simbólica era muito grande dado o número de templos nos arraiais, que Saint-Hilaire, ao criticar este excesso, indicou como razão uma vaidade infantil dos habitantes em levantar obras inúteis para tão poucos cristãos (1975, p.25). Ao comentar os edifícios religiosos goianos, Castro foi mais enfático que Coelho, “extremamente simples, com características que, de forma alguma, se vinculam aos elementos decorativos e estéticos que definem os edifícios próprios das ordens religiosas estabelecidas no litoral da colônia”. (2006, p.144). E justificou a observação crítica do francês em dois pontos: a competição entre as irmandades e

³⁷ COELHO, Gustavo Neiva. Igrejas de Planta Octogonal: o Simbolismo Barroco em Goiás no século XVIII. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, vol. 3, n.1. p.132 a148, jan-jun.1997. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/issue/view/208>
Acesso: 19/04/2017.

³⁸ Apesar dessa classificação de Coelho, Toledo também inclui nas construções religiosas do barroco, na antiga Vila Boa, as igrejas de Nossa Senhora d'Abadia e de São Francisco, ambas do século XVIII.

³⁹ Não obstante a afirmação do autor neste artigo datado de 1997, quando exclui o caráter monumental do barroco goiano, em postagem (06/09/2009) de sua autoria em blog próprio atribuiu esta qualidade à Casa de Câmara e Cadeia. E, realiza - em seu livro supracitado - uma argumentação desse valor estético calcado no discurso da teatralização do poder régio sobre o mesmo edifício. Disponível em: <https://casaabalcoada.blogspot.com.br/2009/09/iconografia-vilaboense-xiv.html?m=0> .
Acesso em 12/05/2017.

a destinação de heranças a erigir igrejas na falta de herdeiros que, “numa economia em recessão acelerada” (2006, p.143) resultava em muitas igrejas, quase a toque de caixa, sem qualidade e sem fundos suficientes para tanta construção. Contudo, o paralelo entre as igrejas das ordens religiosas e as goianas feitas por irmandades de leigos, logicamente favoreceu as igrejas litorâneas que contavam com receitas regulares e mais vultosas, convertidas em profusos ornamentos de altares e fachadas. As circunstâncias de Goiás eram outras, por conseguinte, a estética também. Em Santa Luzia, donde Saint-Hilaire descreve a aparência dos templos sagrados em consonância com as relações profanas do arraial:

Seu interior é razoavelmente ornamentado, mas o teto não tem forro. Além da igreja paroquial, existem outras duas, uma em cada extremidade do arraial. Uma delas é a de Nossa Senhora do Rosário, que foi construída pelos negros à época em que se encontrava ouro em abundância nos arredores. Agora que o número de negros diminuiu bastante, e os que ainda restam – tanto os livres quanto os escravos – vivem na indigência, sua igreja está em ruínas. A outra começou a ser construída pouco antes de minha passagem por lá, e as obras ainda estavam em andamento, apesar da extrema pobreza a que se achavam reduzidos os habitantes de Santa Luzia. (1975, p.25)

Isto é, o templo principal não contava com estrutura suficiente e tinha porte singelo. Outra igreja era levantada, apesar do estado frágil da própria matriz e da pobreza econômica dos habitantes seguida de despovoamento gradual. E a igreja dos negros, provavelmente de melhor aspecto pela construção em período econômico favorável, encontrava-se em ruínas por falta de manutenção e fiéis. Ao percorrer outros povoados, Pohl observou que as igrejas dedicadas à N. S. Do Rosário [padroeira popular dos mancípios] apresentavam uma configuração melhor. Consideramos a competição entre as irmandades de pretos e brancos como gatilho para essa manifestação estética. Assim como a questão de comportamento econômico dos negros, pois se lhes cabia o exercício do trabalho, forros ou não, com direito à remuneração aos prestados nas folgas de suas atividades como escravos, portanto, eram despertados para um sentido de acumulação de receita tendo em vista a própria alforria ou de seus entes próximos e o pagamento de taxas para suas irmandades. Essas pequenas reservas dos negros, cativos ou livres, revertidas para os templos conferem com os relatos do viajante sobre três localidades.

Uma das melhores igrejas [de Vila Boa] é ainda a da Boa morte, construída em 1799 no local onde esteve a casa do descobridor de Goiás, pertencente aos mulatos; depois a Nossa Senhora do Rosário com duas torres, construída pelos negros livres. (POHL, 1976, p.141)

A matriz [de Traíras] está em quase completa decadência; a torre já desabou. Os ornatos dos altares são muito berrantes [...] A igreja mais bem conservada é a capela de N.S. do Rosário, pertencente aos negros livres. (p.194)

A igreja matriz de Nossa Senhora da Natividade [arraial de Natividade] já há oito anos (ao tempo de nossa presença) se acha em estado tão deplorável que nela não se podia celebrar nenhum serviço divino. [...] uma terceira capela, a de N.S. do Rosário dos Pretos superaria a todos os demais templos da Capitania se fosse terminada. A

edificação dessa igreja foi iniciada pelos negros livres segundo uma grandiosa planta, mas só a metade ficou concluída; por falta de meios sobretudo pela diminuição da produção de ouro, a construção teve de ser abandonada. Obstinadamente, recusaram o oferecimento dos habitantes não negros de contribuírem em comum para o término do belo edifício, embora, pela sua pobreza e tênue perspectiva de futura prosperidade, lhes seja absolutamente impossível terminarem a edificação. O orgulho dessa gente não lhe permite aceitar a bem intencionada contribuição de seus concidadãos e o que já se construiu, breve estará em ruínas. (p.271)

Além das matrizes decadentes e que ruíram de fato, as capelas da camada inferior da sociedade colonial também tinham problemas na época do visitante e desapareceram. Das supracitadas somente a capela da Boa Morte permaneceu, cuja fundação realizada por uma confraria de militares teve de ser interrompida e, desse modo, foi doada à Irmandade dos Homens Pardos em razão de um decreto régio que proibia mais capelas de regimentos militares. (COELHO, 1997, p.142). Quanto ao agravo econômico que refletia no campo religioso, novamente nos valem da carta de Antônio de Souza Teles e Menezes, desta vez sobre as cobranças paroquiais da capitania.

Também concorre muito para a decadência e pobreza desta Capitania as excessivas Conhecenças e Benesses Paroquiais, que os Vigários, Visitadores e pessoas Eclesiásticas, sem Lei nem Regimento certo, e sim por costume introduzido desde o princípio das Minas, quando a riqueza dela o permitia, ainda hoje cobram com vexame público e principalmente dos pobres, para se encherem de cabedais contra a primitiva da Igreja, e como se as riquezas fossem o principal objeto de seu ministério. [...] são tão excessivos como da maneira seguinte: Por desobriga de cada pessoa, 300 réis – Por uma missa cantada ao celebrante, 9.600 réis – Dita do corpo presente, 2.400 réis – Dita rezada, 1.200 réis – Por assistência do pároco a um ofício solene, 9.600 – De acompanhamento em enterro público, 4.800 – De cada procissão, 4.800 – De vésperas ou matinas cantadas, 9.600 – De cada dia de novena, 1.200 – De enterro de escravo ou qualquer pessoa pobre, 2.400 – De publicar declaratórias, 1.200 – De cada certidão, 600 – De publicar Banhos, 900 – sendo tudo isso somente pertencente aos Párocos. (1996, p.39)

Mediante tamanho gasto tabelado por Menezes, era compreensível que o povo se escusasse de pagar as taxas da igreja. Aquilo que os viajantes denominavam indolência seria mais incapacidade de arcar com tantas cobranças. Por outro lado, Castro defende os párocos - sendo um deles, claro - com exposição das dificuldades enfrentadas e acusa o Estado pela espoliação dos habitantes, que os impedia de contribuir para a igreja e seu sacerdote.

A ganância da fazenda Real, com o quinto do ouro e os graves impostos sobre as importações, penhorava os mineradores de uma certa forma que deixavam de pagar as conhecenças e os pés-de-altar, sacrificando as receitas dos sacerdotes. O vigário colado da Freguesia do Pilar, Pe. Antônio Fraga de Meireles, reclama de seus fregueses por dever-lhe os seus direitos paroquiais. O sacerdote chega ao extremo, escrevendo à Coroa pedindo uma provisão para confiscar os bens dos paroquianos. (2006, p.97)

Para entender o manejo destes recursos é preciso antes explicar o sistema de padroado, o qual tornava Lisboa o *axis mundi* dos católicos coloniais e não exatamente a Santa Sé em

Roma. O papa tinha a prerrogativa de dispor concessões a representantes monárquicos, assim o padroado era um instrumento jurídico para obter privilégios da Igreja e em contrapartida, esta recebia proteção e recursos dos reis na realização de seus trabalhos missionários. Especificamente, os reis portugueses se tornaram chefes da igreja católica em suas colônias e possuíam o título de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, por isso podiam distribuir títulos de cavaleiros de Cristo à nobreza da terra que se formava na colônia brasileira. E para administrar também a vida religiosa, a Coroa criou a Mesa de Consciência e Ordens.

A respeito dos direitos do Estado, estes podem ser resumidos nestes pontos: nomeação para todos os benefícios, admissão ou exclusão de missionários pela Coroa e controle de todos os negócios eclesiásticos. Nenhum missionário poderia sair das missões sem autorização da Coroa. Por outro lado, o Estado português tinha também seus deveres com a Igreja Católica. Devia escolher e enviar os missionários para instruir na fé os habitantes das terras conquistadas. Além disso, devia arcar com todas as despesas do culto, sustentar as viagens missionárias, cuidar da construção e manutenção dos edifícios religiosos. (CASTRO, 2010, p.23)

Na teoria, o governo português deveria promover e custear as atividades religiosas através de paróquias coladas [criadas e sustentadas pela Coroa, na qual o padre assumiria por meio de concurso feito pela Mesa de Consciência e Ordens]. Na prática, de acordo com Castro, a maioria era composta de paróquias encomendadas [criadas pelos bispos, nas quais os padres viviam apenas das ofertas dos fiéis]. Isso devido à burocracia do padroado que protelava a colação de igrejas no interior do sertão, pois não lhe interessava aumentar os gastos. A Prelazia de Goiás foi criada em 1745 e Vila Boa era a sede do vigário que esteve sob jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro até 1805. Ao norte da Capitania, coordenava o Bispado do Pará. A cômputo tinha de suprir todas as despesas da prelazia, o que era insuficiente, conforme a carta escrita pelo governador Luís da Cunha Menezes à Coroa, datada de 1783.

Para ele, a Igreja matriz de uma capital, onde “são caríssimos os viveres” e que o vigário necessita de cinco sacerdotes para atender a Igreja de Ouro Fino, a Igreja de Barra e a aldeia de São José de Mossâmedes, precisa ter uma cômputo suficiente para a sustentação, o reparo das igrejas e ajudar a pobreza. Vejamos um trecho da carta: “nestes termos, que são com toda verdade expendidos, como pode passar o pároco só com uma pequena quantia de 400 até 500/ 8 as que é o que soma o que até agora tem recebido com a cômputo do decurso de cada uma ano? É Aquela freguesia trabalhosíssima, e muito numerosa; pois compreende a multidão de 9.000 almas dispersas pela longitude de vinte até trinta léguas.” (apud CASTRO, 2010, p.97)

A fim de garantir o próprio sustento, os padres colados ou encomendados desempenhavam outras atividades no comércio ou na agricultura. Também se tornavam dependentes de doações e auxílios dos grandes proprietários de terras. (CASTRO, 2010, p.77). Indiretamente, porém, Castro ratifica a revolta de Menezes contra os valores cobrados pela igreja, pois afirma que os tratos funerários caríssimos despertavam o interesse dos padres

em serem capelães de irmandades. Ali desfrutavam de melhores receitas. (CASTRO, 2010, p.99). As irmandades eram organizações leigas e atuantes em todo o território brasileiro na assistência social de seus integrantes em casos de pobreza, doença e morte. Algumas mantinham casas de misericórdia e obras de caridade em favor de doentes e desvalidos. Em virtude do padroado, essas associações foram determinantes para a promoção da fé católica, através da construção de igrejas e atividades de culto sob jurisdição da Coroa ou da Igreja. Para Castro, “as irmandades constituem uma forma de sobrevivência na esfera religiosa das antigas corporações de artes e ofícios”. (2010, p.159). Noutra perspectiva, Hoornaert disse que eram representantes da “verdade racial, social e ideológica da sociedade”, pois existiam irmandades de brancos, pretos e pardos. (1994, p.21). Em sua obra, *Do corpo Místico de Cristo*, Cristina de Cássia P. Moraes afirma que as irmandades e confrarias⁴⁰ formavam um místico governo.

O fundamento teológico para a origem dessas associações é a doutrina do corpo místico de Cristo, consoante o ensinamento de São Paulo (1ª Cor.,15,27;Ef.1,22-23) segundo a qual todos os batizados no Senhor são seus membros, os quais, irmanados entre si, constituem um corpo único e uno, cuja cabeça é Cristo. Todos são responsáveis uns pelos outros, tanto para a conservação e expansão desse corpo, por meio da prática do bem, quanto por seu enfraquecimento e estagnação, ou por meio da omissão ou da prática do mal.”(2014, p.13)

Uma das primeiras irmandades fundadas em Goiás foi a Irmandade de São Miguel e Almas⁴¹, em Vila Boa, datada de 1733. Segundo Moraes, esta era exclusiva de brancos, aqueles que se autodefiniam por “homens bons” ou “principais do arraial” (2014, p.62), e que pleitearam na Câmara aprovação para construir nova igreja de Santana em 1739, com doações voluntárias dos fiéis. Neste requerimento constam os nomes dos míticos fundadores, Bartolomeu Bueno Silva e João Leite da Silva Ortiz. (idem)

⁴⁰ Segundo Castro, as Confrarias eram associações leigas e religiosas de origem medieval e subdividida em dois tipos: irmandades e ordens terceiras. O autor avisa da ausência de ordens terceiras em Goiás e utiliza dos termos confrarias e irmandades como sinônimos ao longo do texto. (2010, p.159) Consoante Moraes, irmandades e confrarias eram distintas. As primeiras eram organizadas em torno de um regimento próprio, chamado termo de compromisso, aprovado por autoridades régias e eclesiásticas; elegiam um orago e construíam igrejas. As confrarias não tinham termos de compromisso, mas também tinham padroeiros e espaço de devoção nos altares laterais de algumas igrejas. (2014, p.16) Não nos interessa tomar partido na discussão das confrarias, pois o objeto deste estudo são termos de compromisso de irmandades goianas.

⁴¹ Cabe uma observação sobre a escolha do orago, como chefes do arraial, das famílias e bandeirantes dotados de cargos e benesses importantes não poderiam escolher uma entidade menor do que *o arcanjo* guerreiro de Deus. Por diferentes passagens bíblicas protagonizou combates contra Satanás e segue venerado nas três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Em determinadas interpretações cristãs, Miguel é a plena autoridade sobre os demais anjos e, por conseguinte sobre as *almas* dos descendentes de Adão. Patente acima, somente Cristo.

Porém, infere Moraes que as arrecadações foram pífias ante as necessidades da obra, pois em 1742, solicitaram ao Conselho Ultramarino, por meio da Câmara, uma espécie de auxílio para reforma. A resposta de D. João V com autorização para a Fazenda Real calcular o orçamento e desenhar a planta chegou dois anos depois, quando a capela estava quase arruinada. O orçamento inicial foi de 13 mil cruzados, mas foi alterado pelo Intendente da Fazenda para 120 mil cruzados, quando foi contratar carpinteiros e pedreiros para a obra. O salto numérico foi justificado: “a Magnificencia da dita obra e que em nenhuma mina se acha tão grandioso templo ainda nas mayores povoações de Beyramar não haverá outro mais vantajoso” (idem). Retórica e imagem eram tudo no barroco.

Posteriormente outra ajuda financeira surgiu para a obra da igreja, as “sobras da contribuição popular para dizimar o indígena Caiapó [...] arrobas de ouro que haviam sobrado do pagamento efetuado ao Coronel Antônio Pires de Campos”. (2014, p.63). Esse recurso oriundo da face violenta da capitania, provavelmente não deu liga suficiente para sustentar a taipa, que voltou a ruir no decorrer do século XVIII. Moraes cita outros pedidos de esmolas ao rei para concluí-la. E, mesmo depois de eventos fantasmagóricos e de mais uma reforma dada como definitiva, conforme os viajantes que a visitaram [tanto Pohl quanto Saint-Hilaire permaneceram no Brasil entre 1816 e 1821] a igreja ainda possuía aspecto precário e inacabado.

Em documento de 28 de maio de 1760, o governador João Manoel de Melo relatou ao conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, que a igreja havia caído, após o povo ter aprisionado nela o pároco, que se encontrava demente. [...] Depois do desmoronamento de 1759, a igreja foi abandonada e “assombrada” até 1777, quando o mestre Manoel José do Nascimento concluiu a reforma do prédio e foram colocados em suas torres dois galos de metal e um sino, batizado com o nome de Paulo. (2014, p.64)

Além do curioso batismo do sino, os galos de metal em cumes de casas e igrejas tinham função apotropaica contra raios, granizo e incêndios. Simbolicamente, para os cristãos, o galo desperta o sentido de vigilância e anunciação da luz, tanto a solar quanto a Nazarena. (LUCKER, 2003, p.283). A Irmandade de São Miguel era vigilante quanto ao preceito cristão de praticar caridade para com os pobres e enfermos. Quando mortos, a irmandade providenciava o sepultamento digno, bem como, a guisa de caridade, para os condenados à morte pela Justiça. Moraes explica que os irmãos em São Miguel e Almas os acompanhavam ao local de suplício, doando vestimentas apropriada à solenidade, corda para o enforcamento e as velas a serem acendidas para o sufrágio de suas almas. Terminada a execução, os condenados eram enterrados num cemitério específico para os justicados. Por conta dessas

ações era reconhecida pela Coroa como irmandade de Misericórdia, exercendo um papel que atualmente seria designado de assistência social. (2014, p.66).

Sobre as regras de organização das irmandades em geral, Moraes apresenta a existência de quatro cargos importantes, seguindo uma hierarquia decrescente que ia do juiz, seguido pelo escrivão, tesoureiro, até o procurador. Estes eram anualmente eleitos junto aos irmãos de mesa, na presença de todos os agremiados. Cada cargo eletivo, assim como o ingresso na irmandade, exigia o pagamento de taxas em ouro. Competia ao juiz comandar as reuniões da irmandade e organizar as festas e procissões em louvor ao padroeiro. Os irmãos de mesa atuavam na arrecadação das esmolas, as quais eram contabilizadas pelo tesoureiro, que administrava as construções, bens e paramentos do acervo da irmandade. O procurador, além da atribuição de representante dos interesses daquela organização no contato com agentes externos, tinha também o papel de zelador do espaço sagrado, caso a irmandade não destacasse alguém para esta função. Por fim o escrivão, que poderia atuar como juiz na sua ausência, cuidava dos livros de regimento, receitas e despesas, atas de eleição e demais registros. (2014, p.67-69).

As irmandades da capitania de Goiás, conforme o tipo de seus associados, poderiam ser divididas em três grandes grupos: o exclusivista, somente para os brancos ou para os pretos; o condicional, admitia indivíduos de qualquer cor desde que fossem livres e aquele que podemos chamar de “geral do estádio”, aceitava brancos, pardos, mulatos, pretos escravos e forros. A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Cativos de São Joaquim do Cocal era uma daquelas que admitiam pessoas de qualquer etnia.

A origem da irmandade das Mercês estaria relacionada à extinção do convento da Ordem dos Mercedários em Belém do Pará, na segunda metade do século XVIII, por causa da cobiça real sobre o patrimônio da ordem que foi incorporado ao Bispado do Pará, após sua dissolução. Moraes acredita que alguns representantes da ordem teriam se instalado no arraial de Cocal, onde havia a irmandade de devoção a Nossa Senhora Das Mercês desde 1772. (2014, p.157). Além dos cargos citados, a hierarquia desta irmandade possuía rei e rainha, pretos ou crioulos a revezar nas eleições anuais, dois juízes e duas juízas e doze irmãos e doze irmãs de igreja. E mais um procurador preto, o qual zelava pela capela. Um sacerdote era contratado para realizar as celebrações e ministrar os sacramentos. A escolha da santa padroeira justificava-se pelo fato de os frades mercedários atuarem na libertação e resgate religioso dos escravos, o que para Castro impulsionava o culto à Virgem das Mercês entre os negros, pardos e mulatos na colônia brasileira.

Se, num primeiro momento, o que importava ao negro era encontrar consolo num santo ao qual se transmitissem as lamúrias das pesadas jornadas de trabalho, determinando a proliferação das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, com o correr do século, o interesse se voltou para Nossa Senhora das Mercês, cujo orago se identificava com a redenção dos cativos, a quem, oficialmente, se delegavam poderes de resgatar irmãos cativos. (2010, p.165)

A realidade de sofrimento encontrava paralelo no âmbito da igreja católica. O martírio é a expressão nuclear através da figura de Cristo que ressuscitou e dos inúmeros santos que superaram os limites corpóreos em busca da redenção do espírito. Sobre esse período em que se extravasaram alusões pictóricas agressivas ao campo religioso, Benjamin expõe a obsessão terrena que arrasta todas as coisas do céu para o chão.

Quando o próprio Cristo é empurrado para o plano do provisório, do cotidiano, do precário, estamos perante um gesto da mais radical sensorialidade. [...] e Merck escreve que “a glória de um grande homem em nada é afetada pelo fato de ele ter nascido num estábulo, deitado nas fraldas entre a vaca e o burro”. E também o que há de agressivo e de mais surpreendente nesse gesto é um traço barroco. (2013, p.195).

Nesta colônia portuguesa era cotidiano aplicar pequenos martírios às imagens santas, em vista de benefícios particulares. Segundo Mello e Souza, “castigar Santo Antônio, colocando-o de cabeça para baixo ou detrás da porta era procedimento usual” (1986, p.374), hábito que ainda pode ser testemunhado neste século. Não que cultuar ou manipular imagens fosse exclusividade barroca: trata-se de tradição anterior que, no entanto, adquire naquele momento os contornos lúdicos do catolicismo popular brasileiro. Tinhorão complementa a afirmação, com o exemplar festejo de São Gonçalo do Amarante, relatada pelo francês Le Barbinais, em visita a Salvador de 1717.

O que mais impressionaria o visitante francês seria, exatamente, o que estava destinado a caracterizar sempre a relação mais lúdica que espiritual assumida pelas maiorias no Brasil, em relação aos símbolos da fé criados pela Igreja Católica para a comunicação com o seu rebanho; “Em seguida, pegaram uma pequena imagem do santo de sobre o altar e começaram a jogá-la para o alto, de um lado para o outro: a bem dizer, faziam o mesmo que os antigos pagãos no ritual que costumavam realizar todos os anos em honra a Hércules, durante o qual açoitavam e enchiam de xingamentos a estátua do semideus”. (2010, p.135).

Já em Vila Boa, Pohl presenciou castigos sobre corpos humanos em rituais purgativos de pecados e heresias. Nas comemorações da Semana Santa, os escravos acompanhavam a procissão de Nosso Senhor dos Passos carregando pedregulhos sobre a cabeça, correntes e ferros nos braços ou cruces de 2 metros. Apesar de o austríaco desconfiar da sinceridade dos flagelados, porque “se açoitavam tão cuidadosa e lentamente que não se podiam notar grandes consequências, embora se esforçassem por expressar as dores por mímica”. (1976, p.144).

Souza nos apresenta o reflexo cruel do sistema escravista, em que negros eram tidos por demônios potenciais e feitores de cultos mágicos. Bastava uma acusação qualquer ou

comportamento suspeito para aplicação de violência. “No Brasil, esta crença no poder redentor, purificador da violência física, encontrou poderoso aliado na necessidade escravista do castigo exemplar. Escravos podiam ser legitimamente castigados porque eram feiticeiros”. (1986, p.205). O que se configurava feitiçaria, mais uma vez, era o medo paranoico da elite colonial. Por causa disso, muitos os senhores, sob o incentivo da Igreja, empenharam no batismo e no ensino de preceitos cristãos aos seus escravos e aceitaram a devoção de santos “africanos”: São Benedito e Santa Efigênia.

Pohl, numa visita ao arraial de Traíras, descreveu um desses momentos de protagonismo negro no teatro social, exatamente na festa em homenagem à Santa Efigênia.

Na tarde do mesmo dia, vários negros, vestidos de uniformes portugueses, a cavalo (ornados os animais de campainha e fitas), primeiramente galoparam um pouco pelas ruas e depois dirigiram-se à igreja. Lá receberam uma bandeira com a imagem da sua Santa e içaram-na num alto mastro [...]. Sob o contínuo rufar de tambores, disparos de espingardas, ressoar de vários instrumentos nativos do Congo, além de outros sons, seguem os participantes para a casa do imperador, onde um negro grita continuamente “Bambi” e o coro em uníssono responde “Domina”, o que significa: o rei tudo governa (1976, p.203).

O tempo festivo concedia aos negros a utilização do vestuário dos brancos, a compra de pólvora para disparos de salvas, a liberdade de percorrer as ruas do povoado em grupos a cavalo e ainda serem recebidos em cada porta que batiam para desejar boa festa. Embora, quando encerrada, retornassem à condição de estrato inferior, valia a experiência de ocupar diferentes espaços numa hierarquia tão demarcada que se reproduzia nas igrejas. Nem todos podiam se sentar ou mesmo aproximar do altar no decorrer do ano litúrgico, fora as datas especiais. Castro aponta que “essa distribuição de lugares revela uma situação de separação, discriminação, de fronteiras que ninguém ultrapassa. O homem não vai para o recinto central (das mulheres), o pobre não entra nos recintos laterais, o leigo não penetra no recinto clerical”. (2006, p.157).

Por vezes, a diversão de tocar instrumentos de percussão típicos da cultura africana gerava represálias dos visitantes, que os ameaçavam de excomunhão por paganismo ao realizarem batuques “semelhantes àqueles que a Gentilidade fazia aos seus falsos deuses.” (LOIOLA, 2009, p.66). Entretanto, para encenar o cortejo do imperador negro, seguido de cavaleiros e nobres, tinham a permissão das autoridades eclesiásticas. Podiam até varar a noite em festas animadas e barulhentas, como a relatada pelo viajante austríaco.

Ao troar dos tambores e ao desagradável som de outros instrumentos, vários bandos de negros percorreram as ruas das 11 horas ao amanhecer. A gritaria e o contínuo disparar de morteiros e espingardas mais aumentavam a bulha que era verdadeiramente ensurdecedora. Em todas as casas queimavam-se fogos de artifício que ardiam no ar. Mais tarde, ainda por cima, os brancos e mulatos entraram na festa, somando-se ao barulho dos negros o som dos instrumentos europeus. Ai tudo

se misturou numa algazarra caótica e indescritível. Até respiramos melhor quando o sol saiu e o barulho cessou. (POHL, 1976, p.204).

Pohl não conseguiu aceitar bem um exemplo de interação etnocultural no Brasil colonial e ficou assombrado pelo fato de os brancos se misturarem e aproveitarem o momento de festa. Pohl ficou ainda mais assombrado com as posturas corporais e danças africanas realizadas nas ruas e dentro da igreja. Uma teatralidade: a estimulação dos sentidos, a propagação das etiquetas e modas da corte. Enquanto ritual tinha por objetivo último a salvação das almas, mas permitia ao corpo desfrutar de todas as delícias dentro da Casa de Deus.

Dentro da igreja, cantavam e rezavam. A “imperatriz” teve a gentileza de oferecer-me um prato de frutas em conserva [...] Depois apareciam o príncipe negro e a princesa da festa, ele com uniforme português, ela em longo vestido branco e – o que dava um aspecto bastante bizarro – com os cabelos bem empoados. Estava quase inteiramente coberta de joias. [...] levantou-se o monarca negro e ordenou em voz alta que se comesse, com cantos e danças, a festa de Santa Ifigênia. Neste momento surgiu um negro que representava o papel de general, e gritou com muita ênfase e com olhar feroz, que observara a distância um estrangeiro suspeito (POHL, p. 203 e 204).

A bizarria no penteado da princesa negra ocorreu por se encontrar o sertão de Goiás em descompasso com a moda pós-revolução francesa, a qual era parâmetro de avaliação estética para Pohl, que permaneceu no Brasil entre 1817 e 1821. Provavelmente, com alguma referência do Rococó francês nas vestimentas e penteados, quando se usava generosas camadas de pó-de-arroz sobre os cabelos, então empoados e brancos, estruturados em até um metro de altura com arames, esponjas e mechas artificiais, configurando um fabuloso criatório de piolhos. Não há dados históricos que revelem uma provável fonte visual para composição, pois não consta na historiografia goiana circulação comercial de almanaques ou gravuras importadas nesta época. Talvez uma transmissão oral de concepções estéticas num território isolado conservou esse mínimo e delicado aspecto. Ademais, a ostentação da princesa não impediu que Pohl continuasse a vê-la como uma negra, mesmo receptiva às informações do que seria considerado bonito e elegante aos europeus, a jovem não possuía qualquer vivência com tais objetos, o que tornava sua artificialidade berrante aos olhos estrangeiros. Todavia, no jogo barroco de representações cabia a liberdade de usar dos signos de poder brancos por parte dos negros e mulatos, porque indicavam nobreza.

No caso das artes, a forma sempre é produzida segundo critérios retóricos ou técnicos de adequação das matérias à presença que deve ser efetuada. No caso dos comportamentos, a forma também é adequada ao valor social que se representa: como disse, uma peruca ou fala esganiçada, em falsete, significam “nobreza”. (HANSEN, 2005, p.182)

Quanto aos olhos locais, Tinhorão apresenta o comportamento dos mestiços cujo esforço de assimilação, tratado em capítulo anterior, evidencia a vontade de ascensão e, para tanto, o afastamento de origens negras cativas. Em 1745, em Pernambuco, iniciaram-se as comemorações do considerado santo pardo, São Gonçalo Garcia, um missionário cristão indiano martirizado no Japão. Na morenidade do santo, mulatos e pardos de Recife se identificaram e instituíram junto à igreja um calendário de homenagens à imagem trazida de Portugal em 1720, pelo mulato Antônio Pereira. (TINHORÃO, 2010, p.121)

E o curioso é que, tal como faziam os brancos em suas procissões, também os mulatos, agora dignificados com a representação devota de seu irmão de cor São Gonçalo Garcia, entregariam aos negros a dura tarefa de puxar o pesado carro alegórico da Senhora do Bom Parto (“22 palmos de longitude e 14 de altitude”). (TINHORÃO, 2010, p.123)

Além do carro alegórico da Senhora do Bom Parto, os negros puxaram mais três carros alegóricos. Em cada um, a média de seis negros “de Guiné” bem trajados e enfeitados, mas no serviço pesado. A exceção de um grupo jovem que, ricamente paramentado, dançou como comissão de frente noutro carro. Esta segregação era equivalente em Goiás, apesar de terem se misturado na festa de Traíras, em Vila Boa celebraram separadamente oito dias depois da procissão de Nossa Senhora dos Passos, os mulatos organizaram a Procissão dos Pardos das Dores de Nossa Senhora. (Pohl, 1976, p.144). Portanto, o fenômeno de teatralizar as festas públicas, entre os séculos XVII e XIX, foi um legado do barroco. Quanto às manifestações cotidianas, a religiosidade setecentista era uma profusão sincrética sob vigilância da igreja.

Uma vez que o catolicismo barroco se comprazia com as imagens e seus diversos meios alegóricos, Freyre indica a importante influência muçulmana da escrita nas práticas religiosas do Brasil. Algumas culturas permitem ícones, outras somente textos, então “encontramos traços de influência maometana nos papéis com oração para livrar o corpo da morte e a casa de ladrões e dos malfeitores; papéis que ainda se costumam atar ao pescoço das pessoas ou grudar às portas e janelas das casas no interior do Brasil”. (2006, p.394). As intersecções religiosas de Roma e Meca atingiram também as matrizes africanas, no caso de um curioso ritual mágico citado por Freyre.

Manuel Querino fala também de uma “tinta azul”, importada da África, de que se serviam os malês para seus feitiços ou mandingas: escreviam com essa tinta sinais cabalísticos sobre uma tábua preta. Depois lavavam a tábua, e davam a beber a água a quem quisesse fechar o corpo; ou atiravam-na no caminho da pessoa que se pretendia enfeitiçar. (FREYRE, 2006, p.395)

Esta potencialidade mágica da escrita foi trabalhada por Mello e Souza de maneira mais aprofundada. No século XVIII, consistia como parte das vivências sagradas da colônia o

uso de bolsas de mandinga. Nos documentos da inquisição, a autora encontrou muitos exemplos de patuás, cujas forças sobrenaturais emanavam de pequenos manuscritos ou objetos. O primeiro registro, ainda no século XVII, segue para ilustrar a sua definição.

Utilizava bolsas o barbeiro maranhense Manuel João, que aos 16 anos se mudou para a casa de seu avô no Grão-Pará. Acusado de feiticeiro, supersticioso, invocador de diabos, trazia ao pescoço uma bolsa que o ouvidor apreendeu em 09 de maio de 1668, data em que foi preso. Dentro dela, foram achados um papel com a oração de Nossa Senhora de Monserrate (encontrada no sepulcro de Jerusalém) para livrar de perigos, e “tinha quatro regras riscadas”; um bocado de papel rasgado; um embrulho de papel com muitas migalhas de Agnus-Dei; um alho íngreme (?); dois raminhos de arruda; um osso do tamanho da cabeça de um dedo, embrulhado num papel e parecendo ser “de algum defunto, porquanto o papel em que estava embrulhado tinha uma nódoa, porque parecia o osso ser embrulhado nela fresco”(SOUZA, 1986, p.211)

Composta de múltiplos itens que combinavam entre si as mais variadas crenças, a bolsa de mandingas era reminiscência de amuletos medievais em terras sul-americanas. A autora afirma que os escravos malês, originários do reino Mali, eram considerados mestres em feitiçaria. Tal qualidade teria contribuído para a disseminação dessas bolsas, pois tinham o hábito de trazer ao pescoço papéis com versículos do Alcorão. (1986, p.213). As palavras de proteção proferidas ou escritas e guardadas junto ao corpo compunham o imaginário colonial. Para além de textos muçulmanos, poderiam conter orações católicas transcritas corretamente ou versões vulgares adaptadas ao dialeto local. Uma terceira opção era às avessas, como chamavam as “intervenções do diabo”, nas quais se negava ou invertia as lições e dizeres cristãos. Outros conteúdos que participavam do ritual eram os signos de Salomão, trechos do Evangelho e a estrela de seis pontas que remontam aos primeiros tempos do Cristianismo. (SOUZA, 1986, 215).

A popularização desses feitiços na colônia surtiu o efeito inesperado de exportação. A autora relata que as bolsas de mandinga fizeram o caminho inverso, rumo a Portugal. Muitos escravos que seguiram seus proprietários para a metrópole implantaram o uso mesmo entre os brancos lusitanos, sendo que alguns foram denunciados por seus sortilégios à Inquisição. O fato mais curioso está no processo datado de 1730, de José Francisco Pereira. Escravo e morador de Lisboa Ocidental, ele era analfabeto e para confeccionar suas bolsas tinha de pedir ajuda a um letrado para que copiasse as orações.

As bolsas eram feitas de pano, quase sempre branco, e serviam basicamente para que seus portadores não fossem feridos por facas ou tiros. Continham pedra de corisco, olho de gato, enxofre, pólvora, uma bala de chumbo, um vintém de prata, um osso de defunto e os famosos escritos que deveriam ficar sob a pedra d'ara [pedaço de mármore onde se consagrava a hóstia e o vinho nas missas]. Eram papéis cheios de letras e figuras escritas com sangue de frango branco, às vezes preto, ou então com sangue do braço esquerdo do próprio José Francisco. Neles, escrevia-se a oração de São Marcos [...]. Depois de pronta, a bolsa era defumada com incenso. (SOUZA, 1986, p.218-219)

Não bastasse oferecer o próprio sangue nos manuscritos das bolsas de mandinga, o escravo José Francisco também comercializava as “cartas de tocar”. Ou seja, o feiticeiro prometia fechar o corpo contra as agressões físicas e abri-lo para as paixões lascivas. A autora admite não ter clara a origem das cartas na colônia, embora práticas afrodisíacas ou de feitiço amoroso fossem frequentes em Portugal. As cartas de tocar brasileiras prometiam conquistar a pessoa amada desde que ela fosse tocada pela carta. “No Grão-Pará, Adrião Pereira de Faria sofreu um processo enorme por ter escrito cartas de tocar com conjuração do Demônio; prometia-lhe sujeição e, em troca, desejava ser “valente e namorado”, não podendo ser preso, ferido e conseguindo sempre a mulher que desejasse”. (1986, p.229-230).

Todos os exemplos utilizados de outras capitanias colaboram para formar o panorama religioso da América Portuguesa. Infelizmente não constam dados ou pesquisas que tratassem de forma direta e exclusiva das alusões sagradas dos manuscritos em campo religioso ou mágico. Em Goiás, podemos nos acerrar de um esboço do passado com base em práticas atuais de escrever nomes ou intenções em bandeiras de folias, fitas que estejam sob pedestal de santos e pedidos ou agradecimentos anotados pelos fiéis são queimados em determinado momento da missa. Nas brincadeiras juninas, a busca das iniciais do cônjuge futuro na resina amanhecida de uma bananeira perfurada a facão. Ou o ingênuo passatempo amoroso, chamado “sapino”, cuja análise combinatória entre nomes do possível casal, datas e a palavra citada revelaria os sentimentos dos envolvidos entre saudade, amizade, paixão, indiferença, namoro e ódio. Amiúdes do imaginário popular que conserva vestígios do primitivo fascínio das letras e seus poderes sobre os indivíduos.

A magia ao redor da escrita suscitava até mesmo expectativas nefastas, “acreditava-se que sobrevinha a morte para alguém quando um escriba divino gravava o nome dessa pessoa num mítico Livro do Destino”. (MEGGS e PURVIS, 2009, p.22). Flusser afirma que Ovídio já era cômico do horror que o alfabeto desencadeava. “Antigamente, ainda não havia a exigência de ler palavras ameaçadoras fixadas em bronze, e a massa trêmula, de joelhos, ainda não temia o juiz, quer dizer o escriba. Ao contrário, ela era segura de si sem tribunal”. (2014, p.139). A partir da normatização das atividades religiosas e, posteriormente do Estado, os homens passaram a temer o que era escrito, pois aquilo lhes revogava a autonomia.

Flusser atribui ao poder ordenador a máscara de escriba. Ele grafou o regimento comportamental do Onipotente contra a adoração de figuras míticas e animais. Depois, por meio de leis civis, ataca por linhas alfabéticas o pensamento mágico que regia a massa de indivíduos ainda mergulhados nas tradições cíclicas e encantadas do mundo. Já Oliveira, que

também elabora as relações de medo e as ações de resistência na sociedade colonial goiana em oposição ao Estado, o reveste de jardineiro a podar as expressões naturais e instintivas dos indivíduos e extraindo os similares às ervas daninhas que insistiam em desordenar o projeto paisagístico civilizado. (2006, p.73)

Entre palavras e imagens Tinhorão destaca uma mudança sutil, mas importante ao entendimento do século XVIII. Do apelo visual ao intelectual por decorativas formas textuais e retóricas, que Benjamin tratou de conhecimento enciclopédico e alegórico. O autor a percebeu, no periódico da igreja, a divergência entre as formas narrativas das solenidades religiosas de Minas Gerais em 1733, uma descrição simples quanto às celebrações em Vila Rica. Após quinze anos, noutra solenidade, desta vez em Mariana, outro periódico local realizou uma narrativa enfática “sobre os sonetos, discursos e sermões dedicados ao homenageado pelos literatos locais durante saraus, então chamados outeiros” (TINHORÃO, 2010, p.111). O motivo da mudança, Tinhorão atribui ao emergente grupo de letrados que queria aproveitar a chance das festas religiosas e públicas para obter brilho pessoal.

Se as comemorações de rua chegaram a atingir o nível de suntuosidade e contorno do maravilhoso peculiares às expansões festivas de sociedade barroca, nem por isso se constituíram elas no aspecto mais significativo da promoção. Ressalta, com efeito, de toda a diversificada promoção, mais do que o mero objetivo da diversão pública e do regozijo religioso, uma notória preocupação com o brilho intelectual, com a introdução de elementos e formas cultos nas várias solenidades. (ÁVILA apud TINHORÃO, 2010, p.111)

Após percorrer tantas manifestações de fé e diferentes espaços sagrados, a crítica que Buarque de Holanda fez, em *Raízes do Brasil*, à cordialidade do brasileiro e que tocava o campo religioso pode ter outra perspectiva. Quando passa pela tangente ao evitar um contato mais profundo com o rigor da fé que exorta a mudança de comportamento, controle das vontades e atenção para fugir aos pecados por palavras, atos e pensamentos conforme a doutrina cristã: “uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e a pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto” (2015, p.180). Em complemento a ideia da supremacia do catolicismo, Buarque aponta que esse tendeu a ser muito mais próximo das práticas místicas de indígenas e africanos, através de seus ritos mais teatrais com músicas, imagens e cores. Enfim, era a dramaticidade dos sentidos em oposto ao Verbo abstraído da forma palpável oferecido pelos protestantes holandeses, que não vingou nas terras do litoral nordestino. As manifestações religiosas no Brasil não se sustentavam apenas com o Verbo e era necessário muito mais para garantir senão a conversão total ao menos um encantamento pela igreja.

Flusser contesta essa visão do sagrado atada ao que se acredita ou pensa crer. A postura dogmática, intelectual e questionadora de seus atos, valorizada por Holanda, não seria vivência de fé, mas vestimenta histórica e racional sobre o corpo da religiosidade. O homem brasileiro, que recriou o barroco para si, vive a experiência do sagrado intensamente no seu universo profano.

Religião não é o que se crê, mas como se vive. O brasileiro vive o ritmo sacral do corpo e dos sentidos do corpo, e vive a beleza do corpo e dos sentidos ritualizada, portanto sacralizada. A sua vida é constante hierofanização do imanente. E, para o cristianismo, o corpo não passa de vaso da alma, desprezível e sacrificável em relação com a alma. (FLUSSER, 1998, p.137)

Assim, nesta valorização do corpo e dos seus gestos é que partimos para a observação dos manuscritos. A seguir esses rastros caligráficos para ver aonde nos levam.

3. CAPÍTULO – O LEGADO DAS AVES PLUMADAS: ANÁLISE DOS MANUSCRITOS COLONIAIS

Neste terceiro capítulo abordaremos os documentos manuscritos, enquanto manifestação cultural e estética da sociedade colonial de Goiás. A seleção é composta por livros de compromisso pertencentes às irmandades de Vila Boa e Arraial de Cocal, bem como alguns mapas de rendimentos adornados pertencentes à administração régia da capitania. Contamos com o auxílio dos fundamentos teóricos de Flusser e Barthes, para pensar as mudanças na forma de escrever como indício da mudança do comportamento humano. O título deste capítulo faz referência exatamente a uma expressão de Flusser sobre os escreventes ocidentais: “aves plumadas”. (2010, p.36)

Para a análise dos documentos manuscritos do período setecentista em Goiás, valemo-nos da hipótese de que fazem parte do “espírito barroco”, influente nos discursos e nas insígnias de poder monárquico e clerical e nas percepções benjaminianas sobre os sistemas de escrita oriental em analogia ao ideal barroco de texto imagético, os quais condensou no termo *Schriftbild* [imagem-escrita]. Valemo-nos também das produções acadêmicas de Almada e Gonçalves sobre os livros de compromisso mineiros, que aludiram sobre a permanência da tradição medieval de iluminar e decorar textos sagrados, reconfigurada pela concepção moderna de escrita, principalmente a partir dos manuais de caligrafia ou “bem escrever”.

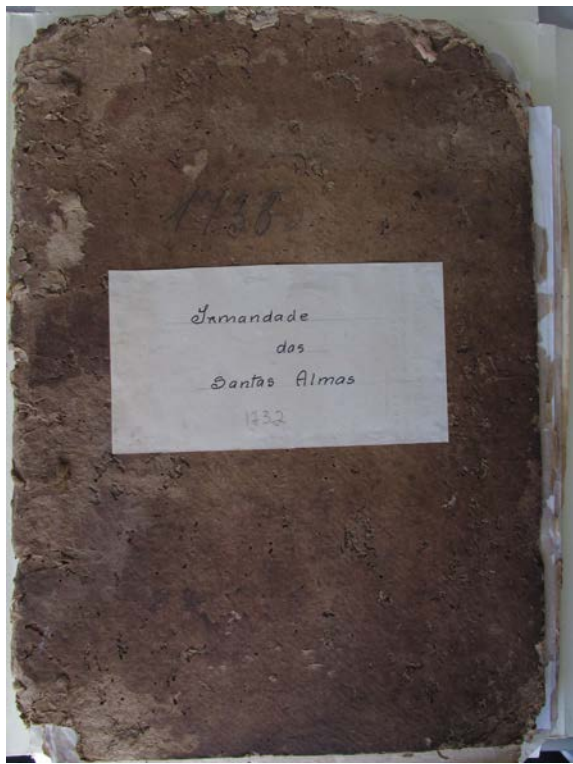
Organizamos a análise dessa documentação manuscrita por grupos, na tentativa de tornar mais eficiente as análises comparativas. Alguns termos técnicos são imprescindíveis para a abordagem dos manuscritos, porém nos esforçamos bastante para não cair num tecnicismo vazio, evitando abordar assuntos muito específicos, como por exemplo, a produção de papel e seus tipos de fibra no século XVIII, tema frequente em publicações sobre a história dos códices. Na verdade, a ausência de dados na historiografia local sobre volume e variedade de artigos comercializados na capitania, principalmente artigos de papelaria, educação e artísticos, torna difícil e vaga a explanação do tema. De qualquer forma, procuramos contribuir para a construção de uma história panorâmica sobre os anônimos homens de pena em Goiás.

Para tanto, dividimos o capítulo em dois tópicos: o primeiro trata dos livros de irmandades, no qual abordamos os detalhes de composição estética em que a utilização de manuais de caligrafia ibéricos foram importantes para a tradução de uma cultura da escrita ocidental para o contexto colonial goiano; o segundo tópico trata dos mapas de rendimento da administração da capitania enquanto signos de pompa e rebuscamento tão imperativos às

sensibilidades setecentistas, sendo que o conteúdo (dados contabilizados da Fazenda Real), sob o olhar contemporâneo racionalista, parece oculto em formas ornamentais.

3.1 LIVROS ÁUREOS – A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DOS LIVROS DE COMPROMISSO.


Os livros de compromisso das irmandades utilizados foram: O *Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas* de 1732, ao qual trataremos pela abreviatura de ISMA, e ambas as versões do *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Cativos do Arraial de São Joaquim do Cocal* de 1772 e 1788, são abreviadas em INSM72 e INSM88. Esses termos de compromisso possuem o formato de códex, com folhas não pautadas e uma encadernação rígida. As partes internas correspondem inicialmente aos paratextos editoriais, cujo frontispício continha normalmente uma ilustração do santo de devoção, seguida de folha de rosto com nome da irmandade e/ou data do compromisso. Porém os três livros selecionados não possuem frontispício. Pelos vestígios, cremos que essa falta não foi intencional, pois em ISMA há a ausência da página número dois, entre a primeira com uma solicitação dos irmãos e a página número três com a folha de rosto onde se apresenta o nome da associação religiosa. Nas imagens 3.A, 3.B, 3.C e 3.D, apresentamos as primeiras páginas de cada livro e um fôlio cotejado como exemplar do texto regimental interno.

IMAGEM 3.A: ISMA	
FONTE: IPEHBC	
3.A.1) Encadernação	3.A.2) Abertura (página primeira)
	
3.A.3) Folha de rosto (página terceira)	3.A.4) Fólio cotejado
	

No caso das duas INSM, apesar de não enumeradas, guardam muitas semelhanças em relação ao *Compromisso da Irmandade de São Joaquim*, também do Arraial de Cocal, datado

de 1767. Neste foi preservado o frontispício com a ilustração do santo colorida⁴². Igualmente antecede ao regimento os discursos laudatórios e os requerimentos de interesse da irmandade. Apesar de não ser a princípio objeto de pesquisa, optamos por incluí-lo e o abreviamos em ISJ. Através da sua reprodução virtual, observamos que o mesmo apresenta uma composição visual exuberante e podemos afirmar que serviu de parâmetro aos outros dois da mesma localidade. Esta encadernação em tecido carmim semelhante a um veludo [imagem 3.B.1] acomoda as duas versões do INSM no IPEHBC e duas fitas azuis presas na capa e contracapa fechavam o códice, atualmente bastante puídas não enlaçam mais. Não consta registro de qual termo pertencia originalmente a capa, 1772 ou 1788.

⁴²Na dissertação de Luana Duarte Silva, *Irmandades de Pretos: edição e inventariação lexical em manuscritos goianos do século XVIII*, UFG-Campus Catalão, 2013; foram obtidas as imagens do Compromisso da Irmandade de São Joaquim. O documento original está arquivado no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e mesmo faltando algumas páginas, o estado de conservação se encontra superior aos arquivos goianos.

IMAGEM 3.B: INSM72		
FONTE: IPEHBC		
3.B.1) Encadernação	3.B.2) Folha de rosto	3.B.3) Fólio cotejado
 		

Esta folha [imagem 3.C.3] foi classificada pelo IPEHBC como “segunda abertura”, embora contenha uma margem de bordas em traços triplos de espessuras diferentes, distinta da Abertura laudatória com bordas duplas de espessuras iguais [imagem 3.C.2] e de todas as demais que formam o conjunto regimental de 1788 de dupla moldura, conforme exemplo do fólio cotejado [imagem 3.C.4]. Além disso, inicia com numeral e letra indicando “quinta” sem qualquer outra marcação antes ou depois que lhe fosse sequência da contagem. Provavelmente algumas páginas foram perdidas, o que impede a compreensão desses detalhes.

Por fim, as regras dessas organizações eram distribuídas em capítulos breves de um ou dois parágrafos. As eventuais anotações acerca do trâmite legal do documento eram postas ao início do códex ou nas últimas páginas com o nome dos irmãos de mesa e dos ocupantes dos demais cargos solenes. Não constam no arquivo digital de ISJ a folha de rosto nem os dois primeiros capítulos do termo.

IMAGEM 3.D: ISJ	
FONTE: SILVA, 2013.	
3.D.1) Frontispício	3.D.2) Abertura laudatória (primeira página)
	
3.D.3) Fólio cotejado	
	

Tanto Flusser quanto Barthes dividem as formas técnicas de produção manual em duas vertentes distintas. O autor francês as denomina “in-scrição” e “de-scrição”, assim com os prefixos separados para evidenciar o critério do movimento. De acordo com os prefixos latinos, “in” traduz movimento no sentido interior da matéria, tal qual o verbo incidir, enquanto “de” como movimento de cima, em defluxo tal qual o verbo descer. No segundo grupo se encontram os instrumentos como pincel e juncos mascados⁴³. Esses objetos descrevem uma ação pacífica que Barthes chama de “acariciadores” (2002, p.127). Diferente do primeiro grupo em que estão os instrumentos de cunho violento, estiletes, buris, juncos e penas de ponta talhada, os quais perfuram e riscam o suporte durante o processo. A ação agressiva se configura mais difícil de corrigir e exige perícia.

Exceto por dois detalhes diferentes, Flusser se pauta na mesma dicotomia, “inscrição” e “sobrescrição” – relembrando a aplicação de sinais *sobre* uma superfície plana – mas, além do termo diferente, classifica as penas no mesmo grupo dos pincéis como instrumentos de sobrescrição. O critério está no procedimento técnico, os cinzéis e buris escrevem de forma primitiva em comparação às penas. Estruturalmente um estilo (haste afiada) é uma ferramenta simples que funcionalmente exige complexidade no manuseio. Ele pode danificar o material (argila, pedra) e as mãos do usuário se houver imperícia no processo de inscrição. Na pena (de origem aviária) se dá o inverso, estruturalmente mais complexa e funcionalmente mais simples. A relação entre a física e a química de reter uma determinada substância líquida dentro do compartimento de reserva (tubo da pena) e distribuir quantidade suficiente na superfície, conforme pressão e direção gestual foi a grande mudança técnica. O que alterou a consciência do escrevente ao fixar seus pensamentos de forma mais rápida, sem muito esforço, como aves riscando o céu, a mão do escrivão riscava sobre o papel. (FLUSSER, 2010, p.36).

A partir deste ponto de vista, as inscrições produzidas lentamente em placas seriam monumentos de contemplação e as sobrescrições feitas no fluxo da mão em papel, documentos de instrução. O que fez da produção ocidental uma escrita para o ensino dinâmico e formação de doutores, não de sábios que carecem de circunspeção. Não obstante, o próprio autor reconhece que esta argumentação serve às primeiras linhas da era moderna, não aos

⁴³ Objetos de escrita contemporâneos como canetas de ponta esférica e feltro também estão classificados neste grupo. As pontas de fibras soltas formam feixes que absorvem a tinta e que, conforme a movimentação e pressão do gesto manual, essa desce para a superfície do material de suporte.

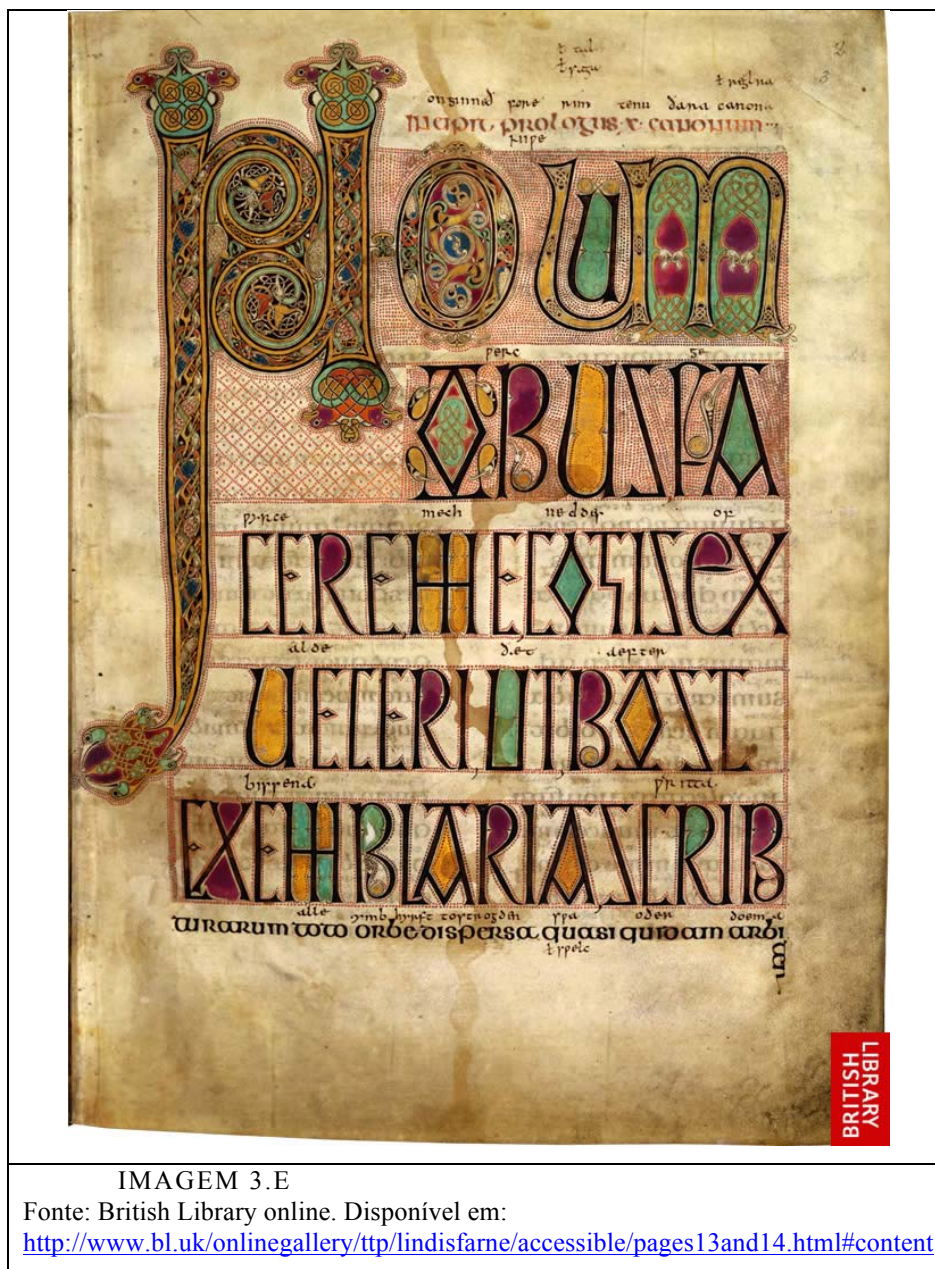
monges copistas que trabalhavam com ardor e cautela em escrituras de devoção medieval a fim de erguer um monumento em códex para louvar.

No interior de conventos e mosteiros havia o *scriptorium*, oficina dos escribas (MCMURTRIE, 1969, p.80). O acesso ao recinto não era para qualquer pessoa, exceto os altos dignitários da ordem religiosa regente. No desempenho de suas atividades, o escriba trabalhava em silêncio absoluto, seis horas por dia somente sob luz natural vinda das janelas para evitar incêndios com velas, responsáveis por causar grandes perdas no acervo das primeiras oficinas. O zelo do espaço estava a cargo do *armarius*, funcionário que abastecia de materiais e instrumentos os escribas regulares, membros da comunidade monástica. Escribas seculares eram convidados aos mosteiros por competência em técnicas específicas.

O chefe do *scriptorium* era o *scrittore*, estudioso com boa formação, que entendia grego e latim e era tanto editor como diretor de arte, com responsabilidade geral pelo projeto e produção dos manuscritos. O *copisti* era um letrista de produção que todo dia se curvava sobre uma mesa escrevendo página após página num estilo de inscrição de letras disciplinado. O *iluminator*, ou ilustrador, era um artista responsável pela execução do ornamento e da imagem em apoio visual ao texto. (MEGGS e PURVIS, 2009, p.64)

Nesse ambiente, a composição da página empregava muitos elementos decorativos e a percepção da sacralidade dependia de signos cristãos e pagãos assimilados pela expansão do movimento religioso. A produção laboriosa do livro no período medieval desenvolveu novos estilos caligráficos, como o alfabeto uncial⁴⁴ que surgiu no interior dos mosteiros sob vontade política da Igreja em demarcar os textos sagrados daqueles considerados profanos. (MEDIIVILLA, 2005, p.125). E a invenção de pigmentos e técnicas de coloração e iluminura [aplicação artesanal de ouro e prata em forma de folhetos ou pó com aglutinante em áreas específicas das páginas], que formam o consenso de que “os manuscritos iluminados eram produzidos com extraordinária atenção e sensibilidade em relação ao design”. (MEGGS e PURVIS, 2009, p.63). Na imagem 3.E, uma página do livro de *Lindisfarne*, século V. O texto evangélico em letras semiunciais irlandesas (localizadas em duas linhas, acima e abaixo das capitulares. Estas últimas estão escritas em cinco linhas com desenhos de influências “rúnicas” e ornamentos de origem céltica. (MEDIIVILLA, 2005, p.125).

⁴⁴ Para Mediavilla, a uncial e semiuncial seriam escritas irmãs descendentes da Epitome, suas formas arredondadas e robustas inspiraram posteriormente a criação das letras minúsculas no alfabeto carolíngio.



A tradição dos manuscritos religiosos da Idade Média influenciou os livros de irmandades mineiras pesquisadas por Almada. “O sentido dos *códigos* não é estável; pelo contrário, é historicamente produzido [...]. Busquei na herança do livro medieval ilustrado as origens do livro moderno ilustrado. É claro que a arte da iluminura não foi incorporada sem modificações ao mundo barroco”. (ALMADA, 2006, p.15). Podemos aventar como fatores de incentivo ao fausto colorido desses documentos [imagem 3.F], a proximidade e quantidade de arraiais e vilas mineiras que permitiam maior fluxo de comércio e fornecimento de pigmentos e gomas para fabricação das tintas. Também de profissionais estrangeiros e possíveis aprendizes brasileiros e mais, a competição das irmandades e ainda das ordens terceiras que

existiam em Minas, por destaque social em exibir melhores igrejas, procissões, paramentos e por extensão o capricho visual nos termos de compromisso.

IMAGEM 3.F



Folha de rosto e fôlio do compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de N. S. Do Pilar das Congonhas de Sabará, 1725. (ALMADA, 2006, p. 86)



Folha de rosto e fôlio do compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Matriz de N. S. Do Pilar (Ouro Preto), 1735. (ALMADA, 2006, p. 93)

Quanto aos compromissos de Goiás, não encontramos a mesma versatilidade cromática e decorativa. Os quatro compromissos podem ser considerados monocromáticos, se excetuarmos os poucos pontos de iluminura dos três livros de Cocal e a cor dominante é o vermelho. Segundo Freyre, o encarnado era a preferência nas três bases da formação social brasileira, o índio, o português e o africano. As motivações partiam das mais diferentes ordens: místicas, profiláticas, fortuna e fertilidade e ritos de passagem.

Sem desprezarmos o fato de que pintando-se, ou antes, untando-se de oleoso urucu, parece que se protegiam os selvagens durante a caça ou a pesca, da ação do sol sobre a pele, das picadas de mosquitos e de outros insetos e das oscilações de temperatura [...] encontramos a pintura do corpo desempenhando entre os indígenas do Brasil função puramente mística, de profilaxia contra os espíritos maus, e, em número menor de casos, erótica, de atração ou exibição sexual. E como profilaxia contra os espíritos maus era o encarnado cor poderosíssima. (2006, p.173)

A tendência para se pintar a casa, as telhas e os utensílios domésticos, além dos trajes femininos, remontam também às memórias quase inconscientes do vermelho em Portugal.

É a cor de que se pintam os barcos de pesca, os quadros populares dos milagres e das alminhas, os arreios dos muare, as esteiras; de que se debruam vários produtos da indústria portuguesa; a que se usa por virtudes miríficas, nas fitas em torno do pescoço dos animais – jumentos, vacas, bois, cabras. Embora já um tanto perdida entre o povo a noção profilática do vermelho, é evidente que a origem dessa predileção prende-se a motivos místicos. E, é ainda o encarnado entre os portugueses a cor do amor, do desejo do casamento. (2006, p.174)

Já nas religiosidades de matriz africana é a cor que também prevalece, principalmente associada a Xangô. “Nos turbantes, saias e xales das mulheres de Xangô domina o vermelho vivo. Ortiz nos seus estudos sobre a mítica afro-cubana diz que o culto de Xangô corresponde entre os negros de Cuba a cor encarnada”. (idem). Anterior à formação colonial do país, o vermelho se apresenta como uma cor sedutora desde o princípio da humanidade. A vivência com o sangue e com o fogo tornaram o vermelho a denominação cromática mais antiga do mundo e dominante em todas as manifestações de força, vida, juventude ou nobreza. Em pesquisa sobre materiais e técnicas de manuscritos do século XVIII, Gonçalves explica que o composto utilizado para obtenção dessa cor era o denominado “vermelhão”, de sulfeto de mercúrio [HgS]. (GONÇALVES, 2015, p.145). Visto que os mesmos aspectos de transparência e vivacidade de cor são ainda presentes nos arquivos goianos, julgamos que este pigmento também foi aqui utilizado⁴⁵.

Entretanto, quais as motivações para esse acervo encarnado em Goiás? Se houve compromissos coloridos tais como os exemplares mineiros ou não sobreviveram ao tempo ou

⁴⁵ Exceto pelas margens em tom escuro de INSM72. Como não utilizamos de análises fotoquímicas nessa pesquisa, apenas instrumentos fotográficos e lentes de aumento, não podemos afirmar que se trata ou não de carmin; outro pigmento fabricado no período derivado do vegetal Pau Brasil ou do inseto Cochonilha.

estão fora do circuito arquivístico consultado. O trâmite de autorização dos compromissos era bastante complexo, segundo Almada, e alguns termos não retornaram da metrópole e provavelmente se perderam, enquanto outros se desviaram dos arquivos públicos. As outras hipóteses seguem a linha da capitania de poucos recursos civilizados ou sofisticados: o vermelhão era um pigmento sintético relativamente simples de fabricar, a partir da extração mineral dos compostos de mercúrio. Portanto, o seu valor não seria tão caro quanto um azul ultramar importado e extraído de lápis lazúli. Os livros de Cocal seguiram de certa forma o modelo do primeiro a ser confeccionado: o ISJ de 1767, cuja ornamentação toda foi realizada com vermelhão e detalhes de iluminura em ouro como metal representante de todas as virtudes. E, ISMA contém algumas partes pintadas em vermelho e outra semelhante a um tom alaranjado bastante claro, que não pudemos identificar se isto se tratava de um processo de despigmentação natural.

IMAGEM 3.G: ISMA

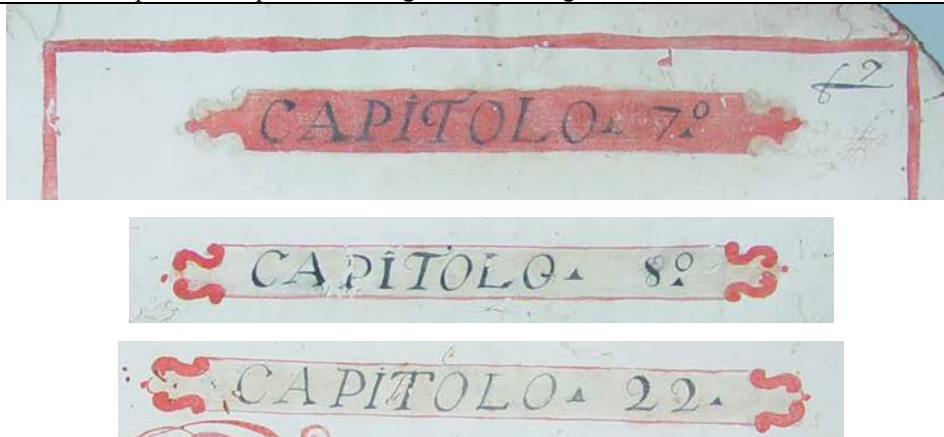
3.G.1) Adorno da folha de rosto

A pintura realizada na folha de rosto não foi executada por um profissional. A tinta ou passa das linhas de contorno ou fica aquém, deixando espaços vazios. As bordas da página também apresentam irregularidade na aplicação.



3.G.2) Adorno das vinhetas de capítulo:

Há um erro na coloração do adorno do capítulo 7, em que se inverteu a ordem presente nos demais capítulos, no interior a cor vermelha e nos extremos uma coloração indefinida. Além de irregularidade na pintura das letras da palavra “capítulo” ao longo de todo o regimento.





Nos detalhes das páginas de ISMA, podemos identificar as etapas de produção desse documento. Primeiramente, tanto Moraes quanto Almada afirmam que o texto regimental das irmandades era elaborado pelos irmãos e seguia para aprovação no bispado responsável pela região ou para a Mesa da Consciência e Ordens para reconhecimento legal, por meio do padroado régio dos monarcas portugueses. No entanto, Almada afirma que as irmandades contratavam artistas do desenho e das letras para montar tal documento antes. O planejamento visual em ISMA foi todo marcado em grafite, há pautas para o corpo textual escrito em tinta de pigmentação preta, também chamada de “tinta para arquivos” pela maior fixação. (MEDIIVILLA, 2005, p.47) As capitulares ou letras iniciais foram pintadas de vermelhão sobre linhas-guias em grafite. Porém, algumas permaneceram inacabadas, sem a coloração. Na tradicional técnica de ilustração, somente após a formação da mancha textual são feitas as iniciais nos espaços previamente estipulados. Apesar das outras capitulares estarem coloridas, aparentemente de forma aleatória, algumas não receberam o devido tratamento. O que confere ao termo de Vila Boa um aspecto precário.

IMAGEM 3.H: ISMA

Os fólhos de ISMA que não tiveram acabamento cromático nas letras iniciais de cada parágrafo. No capítulo 19, a letra T; no capítulo 7, letra O; e capítulo 2, letra H.



Ainda que outras capitulares estivessem pintadas, a execução foi sofrível se comparadas aos modelos presentes nos manuais de caligrafia. Na inabilidade de escrever as letras, fizeram cópias dos modelos com grafite ou ponta seca marcando no papel linhas-guias e depois pintaram por cima de vermelho. Os capítulos e seus algarismos também foram pintados, mas de preto seguindo a cor do texto. Antes de prosseguir nas análises dos termos de compromissos das irmandades goianas é necessário esclarecer mais sobre os manuais de caligrafia e os profissionais da escrita.

No longo processo de vernaculização das línguas latinas e anglo-saxônicas em seus respectivos estados nacionais, a escrita de chancelaria ou diplomática⁴⁶ promoveu a

⁴⁶ “é uma escrita fluída e cursiva, possuindo ascendentes [hastes das letras d, f, t] e descendentes [hastes das letras p, q, j] muito elaboradas. Surgiu com o propósito de ganhar velocidade sem deixar de manter uma forma proporcional e elegante. Sua característica principal é a forma eliptizada, com ligeira inclinação à direita”. Definição extraída de BOMENY, 2010, p.52

profissionalização da prática caligráfica fora do ambiente monástico. Após a popularização da imprensa e na ausência de uma estruturada rede de ensino, a publicação de obras sobre noções de ortografia e aritmética, catálogos de alfabetos, como manuais de caligrafia ou cartilhas técnicas para o “bem escrever”, supriram uma demanda de formação profissional letrada e ofereceram a oportunidade de desenvolvimento autodidata entre indivíduos periféricos às cortes ou nobrezas locais. Para compreender este mercado voltado para amanuenses, escrivães, copistas, escritores e mestres da arte de escrever, Almada descreve uma espécie de escala hierárquica dos “homens de pena” consoante às capacidades técnicas e criativas demandadas pelo ofício. Na base estavam os copistas, amanuenses e qualquer escrevente habilitado para reproduzir um texto por encargo. Pela lógica flusseriana seriam aves de voo curto, não iam além das exigências mínimas e inconscientes dos princípios óticos e estéticos de uma boa letra.

Para o exercício dos cargos de escrivães, tabeliães, notários e secretários, os candidatos deveriam possuir características muito específicas a depender também do ambiente onde teriam de voar. Aos tabeliães e notários era exigida uma visão de águia e demais sentidos apurados para exames organolépticos de documentos, cujas finalidades poderiam ser ilícitas. Como peritos da autenticidade de firmas e papéis públicos, deveriam possuir conhecimento científico das propriedades das tintas, habilidade nos manejos de penas para retoques, coberturas e emendas dos manuscritos a fim de evitar fraudes que cresciam com o volume de contratos e ofícios de governos e negociantes durante o século XVIII.

para falsificar um documento havia uma série de recursos, tal como usar das técnicas de escritura para renovar a tinta de letras velhas ou envelhecer a tinta de escritos novos. Estas receitas se encontravam nos mais diversos livros de “segredos das artes” ou mesmo em manuais destinados a jovens, nos quais estas receitas eram descritas, certamente para outras finalidades. José Lopes Baptista de Almada, seguindo alguns de seus contemporâneos, instrua em como fazer tal tratamento: para as tintas que perderam a cor com o tempo, dever-se-ia cozinhar em vinho algumas galhas de árvore em pedaços e aplicar o resultado desse cozimento sobre o papel, com uma esponja. Outra técnica faria aproveitar o resultado de uma mistura química para dois efeitos diversos: destilar em um vidro, em fogo brando, pedra-ume, vermelhão, salitre e caparrosa romana, na proporção de 5:4:3:1; deste cozimento tirar-se-iam duas soluções: a primeira, branca, que se usaria pra renovar as letras, e a segunda, verde, que se usaria para tornar a tinta com aspecto envelhecido, devendo-se passar o papel sobre o vapor proporcionado pelo aquecimento desta água. (ALMADA, 2011, p.106)

Portanto eram admitidos nestes cargos somente aqueles que, além de reputação ilibada, obtinham aprovação em exames coordenados pelo governo português. Outros que pertenciam ao ambiente público eram os escrivães, uma espécie de aves domésticas, seguindo a analogia estabelecida por Flusser.

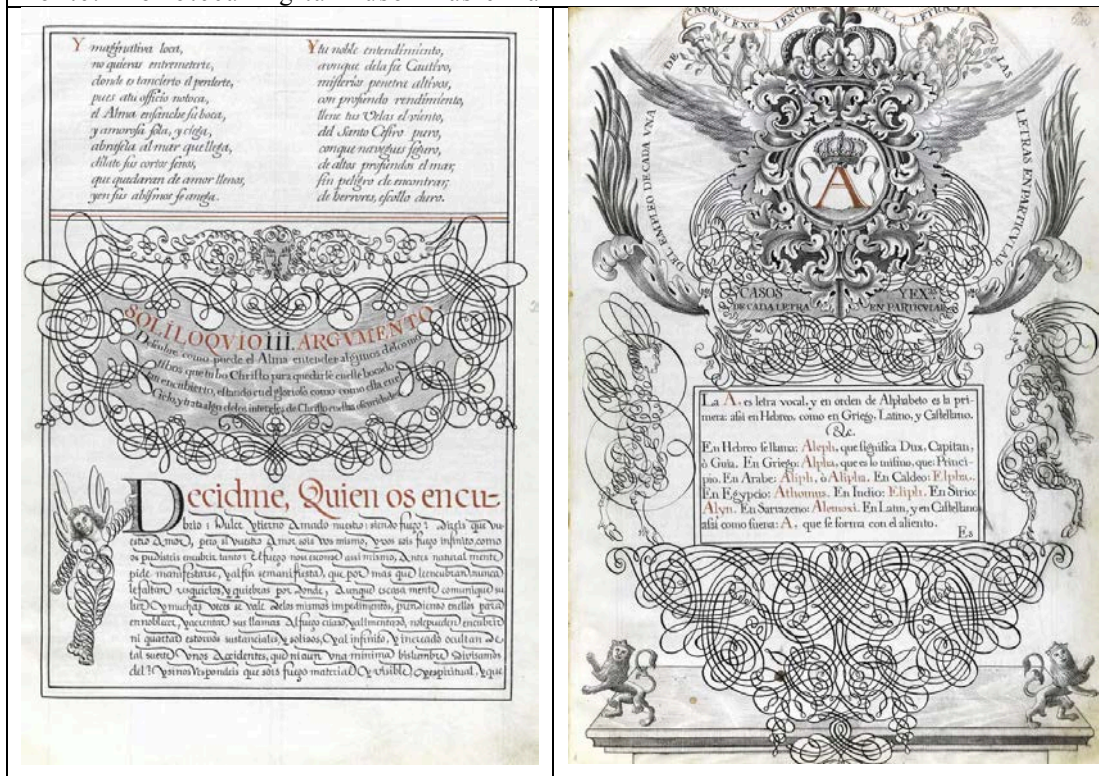
Como apresentamos no primeiro capítulo, não era necessário ser um letrado de

profunda erudição para obter vagas na administração da capitania. Bastava uma escritura razoável e um trato cordial das autoridades locais para ser empossado em nobre serviço do rei. Nas irmandades, o cargo de escrivão era importante e atarefado pois tinha de registrar toda a movimentação contábil, as atas de reunião e eleição da mesa e os guardar junto ao termo de compromisso. Somente brancos o ocupavam, mesmo nas irmandades de pretos escravos ou forros, tal qual em ISJ, quando verificamos que o escrivão Antônio da Silva Leite, constava dentre os proprietários de lavras no Julgado de Traíras, em 1783 e possuía 54 escravos. (BERTRAN, 1997, p.158). Já os escrivães do meio privado eram denominados secretários. Nas suas qualidades com a pena exigia-se apresentar rapidez, elegância e discrição; enfim, encantar os padrões aristocratas do século XVIII. Estes os apreciavam pelo prestígio de “enviar uma correspondência escrita inteiramente pelo secretário pois este hábito no máximo sinalizaria um remetente ‘sumamente ocupado’”. (ALMADA, 2011, p.110)

Nos voos mais altos, a casta de calígrafos que dominavam a arte da escrita ao ponto de desenvolverem um estilo próprio e digno de publicação. No mundo ibérico, Almada citou os exemplos de Dom Marcos de Las Roelas y Paz - mestre espanhol que foi contratado em 1718 para instruir os irmãos menores de D. João V, D. Miguel e D. José – e o português Manoel de Andrade de Figueiredo, autor do manual *Nova Escola de Aprender a Ler, Escrever e Contar*, publicado em 1722. Na Imagem 3.I, duas páginas do livro *Estímulos do Divino Amor, se agudos, suaves e doces em Doze Solilóquios Eucarísticos, em Prosa e Verso*. Datado de 1729, trazia além de textos religiosos e aforismos, informações sobre letras do alfabeto latino e orientações para bem escrever.

IMAGEM 3.I:

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira



Outra obra de exposição caligráfica [imagem 3.J] é a *Prática de nobre e primorosa Arte de Escrever vários Caracteres e distintas formas de Letras*, datada de 1718, era dedicada ao Rei D. João V. O vermelho era também utilizado para compor alguns textos e arabescos. Ambos criados pelo calígrafo espanhol Roelas y Paz.

IMAGEM 3.J:

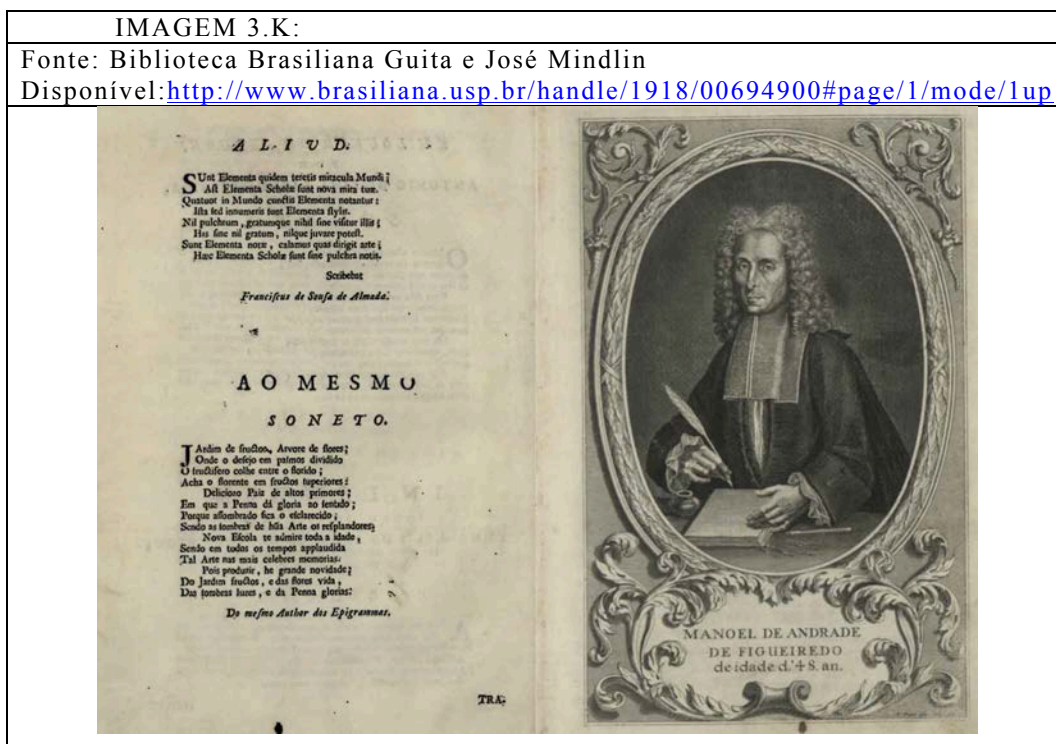
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal
Disponível: <http://purl.pt/27118>



É importante salientar que, mais do que a questão estética, a caligrafia cumpria neste período uma função social. Como afirma Almada⁴⁷, numa sociedade majoritariamente analfabeta, possuir a habilidade da bela letra era um atestado visual de erudição e virtuosismo técnico.

Se por um lado os elementos decorativos da página eram considerados soluções práticas para os problemas da informação, por outro agregavam valor ao documento, que se tornava suporte para a prática artística, relacionando-se aos valores estéticos de um dado período. Os elementos decorativos não são triviais. Manuscritos, sejam livros ou documentos, sempre foram itens de alto valor social. Representavam o poder do conhecimento e exigiam o aporte de recursos financeiros e humanos custosos em sua produção. Eram considerados bens de prestígio e conferiam status a seus proprietários. (ALMADA, 2011, p. 174)

O manual de Figueiredo possui uma série de prelúdios: dedicatórias, sonetos, autógrafos, pareceres e ofícios, como disse Benjamin sobre as publicações barrocas: “era raro o olhar capaz de se satisfazer com o próprio objeto” (2013, p.193). Isto é, uma obra não valia tanto por seu conteúdo se este não estivesse cercada de homenagens. Roelas y Paz fez fartamente nas duas obras que produziu, não só escrevendo como retratando majestades e os símbolos da monarquia, [imagem 3.J]. Já as palavras favoráveis ao autor, Figueiredo as recebeu em muitas laudas antes de adentrar nos seus ensinamentos de aritmética, ortografia e técnicas de caligrafia, conforme o soneto que lhe antecede o retrato pomposo. [imagem 3.K].



⁴⁷ ALMADA, Márcia. Caligrafia artística no século XVIII: Brasil e Portugal enlaçados nas letras de Manoel de Andrade de Figueiredo. *Navegações*, v. 4, n. 2, p. 172-178, jul./dez. 2011.



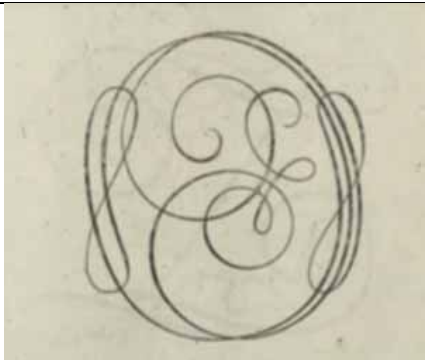
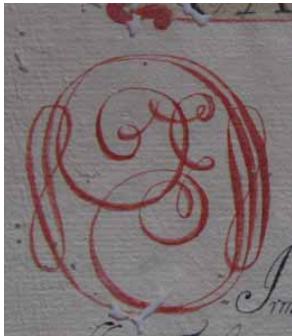


Esses excessos visuais de livros e textos em geral, estão longe de ser uma trivialidade qualquer, Benjamin abarca a perspectiva da imagem-escrita: em que a escrita possa ser contemplada como uma imagem e a imagem compreendida como um escrito.

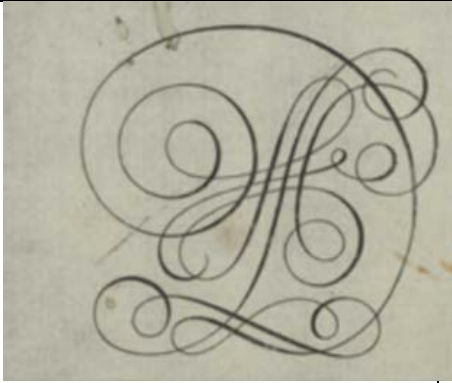
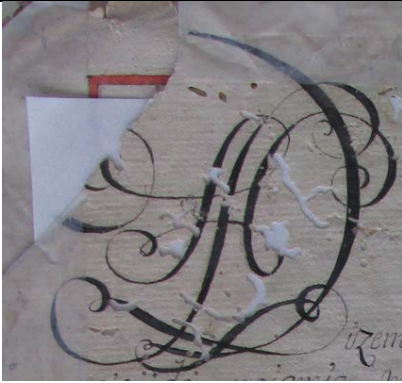
O caminho para o entendimento desse conceito inicia com a noção de hieróglifo enquanto sistema difícil de decifrar ou enigmático. Os usos dos elementos da natureza representados em hieróglifos do passado foram retomados no barroco, porém ressignificados pela fragmentação alegórica, o que os tornava enigmáticos novamente sob outra perspectiva temporal. O termo grego “hierogluphiká” traduz a ideia de “esculturas sagradas”. Segundo Fischer, “poucos sistemas de escrita no mundo foram tão belos e cativantes. Nenhum teve um efeito tão amplo sobre a humanidade”. (FISCHER, 2009, p.35). Esse fascínio desencadeou em Benjamin uma forma de pensar e de escrever que conjugasse uma dialética entre texto e imagem, profano e sagrado, revelação e mistério análoga ao contexto barroco. Assim, a temporalidade histórica não comporta mais um significado universalista aos signos, mas uma torrente de significados cambiantes, pois “no barroco o peso recai, no entanto, não no elemento universal-simbólico, mas sim sobre seu ser imagético-enigmático”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.128). Já sobre o contato de Benjamin com o sistema de escrita chinês, Seligmann-Silva afirma que o pensador alemão entendia a caligrafia oriental como a unidade do pensamento e da imagem. A própria tradução do termo “Hsie-yi” refere à “pintura de ideia”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.130).

Aos chineses exercer a caligrafia, a “arte da escrita”, é a própria escrita. Cada caractere deve conter a mensagem, a habilidade e o estilo artístico do calígrafo, conforme adágio chinês, “que a palavra chuva caia como chuva”. Observa Fischer que dizer a um calígrafo oriental que sua escrita é legível, pode configurar insulto como se o mesmo não tivesse sofisticação e beleza em seu trabalho. “Em séculos passados, a caligrafia igualava em importância a música, a pintura e a poesia. De fato, grandes calígrafos com frequência tinham maior prestígio na sociedade chinesa do que os melhores pintores e poetas do país”. (FISCHER, 2009, p.161). Dessa maneira, Benjamin encontra em ambas as experiências certa semelhança “o ideal do barroco [...] realiza-se na imagem gráfica da escrita (*Schriftbild*). Quase como na China, uma tal imagem não é apenas signo de objeto a conhecer, mas em si mesma objeto digno de conhecimento”. (BENJAMIN, 2013, p.196). Embora Benjamin não tenha tratado exatamente da caligrafia do período barroco e sim da composição estética dos livros de emblemas, que conjugavam textos e imagens por métodos de gravura e impressão tipográfica. Todos os meios de escrita, manual ou mecânica, estavam sob égide dessa fusão utópica entre texto e imagem, exposta por Novalis.

será a era de ouro [...] quando todas as palavras se transformarem em *Figurenworde* [palavras-figura] – mitos – e todas as figuras em *Sprachfiguren* [figuras “linguais”], hieróglifos – quando se aprender a falar e escrever figuras e a musicar e a tornar plástica as palavras de um modo perfeito”. (NOVALIS apud SELIGMANN-SILVA, 2005, p.129)

Assim, os termos de compromissos goianos também expressam esses elementos que tentam entrelaçar texto e imagem inspirados nos livros dos calígrafos ibéricos. Há um esforço para manter o padrão de escrita metropolitano, muito embora faltassem aos calígrafos de Goiás, asas suficientemente longas para voos tão desafiantes. Na análise do compromisso mais antigo ISMA, observamos que as capitulares foram copiadas do livro de Figueiredo, conforme o recorte comparativo.

IMAGEM 3.L:		
		Letra P Estes volteios foram mal traçados. O que confunde os olhos segundo os parâmetros de execução caligráfica de Mediavilla. Um enlaçamento muito estreito e uma linha muita fina mal posicionada.
		Letra O Excesso de peso nas linhas mais grossas e irregularidade na transição do contraste dos traços.
		Letra C Falta de paralelismo entre as linhas finas e grossas [cetras]. Deformidade na composição que não projeta o formato de arco da letra.

		<p>Letra D Redução da quantidade de arabescos, embora o traço esteja mais firme e de contrastes mais limpos.</p>
---	--	---

Desses quatro exemplos podemos resumir que houve uma simplificação dos traços e volteios, não relacionada à liberdade criativa do escrevente, mas sim à falta de domínio na execução das letras. Mediavilla afirma que os arabescos, embora fluidos exigem um firme controle do traçado da mão, pois qualquer vacilo no processo de execução põe toda a estrutura do floreio a perder.

Deve-se prestar especial atenção ao lugar onde se cruzam os traços. Os cortes devem ser claros e sem hesitação. Para evitar confusões, os traços grossos não devem passar todos pelo mesmo ponto. Os arabescos devem ser traçados respeitando o paralelismo. Para criar um sutil contra-equilíbrio, as curvas menores devem se opor às de maior tamanho. O arabesco pertence a uma categoria de coisas que não admite meias cores: quando corretamente realizado pode ser sublime ou, do contrário, se torna um golpe execrável. (MEDIIVILLA, 2005, p.251- tradução nossa)

Na imagem 3.N, o comparativo das vinhetas de Figueiredo e ISMA apresenta uma simplificação e o floreio a partir da haste ascendente da letra “d”, cujos traçados estão melhores do que os realizados nas letras de cor vermelha. Os detalhes deste documento de cultura corroboram para nossa hipótese da dificuldade de desenvolver hábitos de erudição em território goiano. Os golpes caligráficos indicam mau planejamento e desconhecimento das regras sofisticadas.


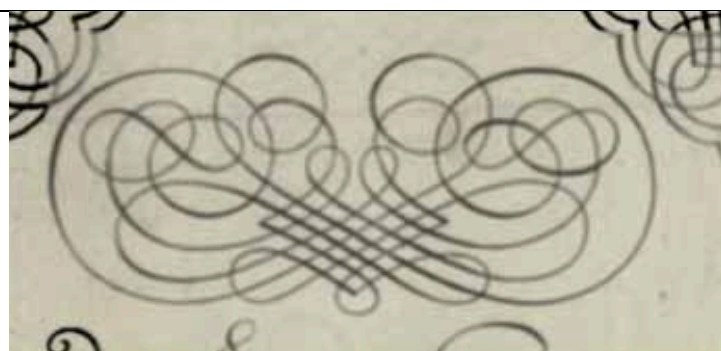
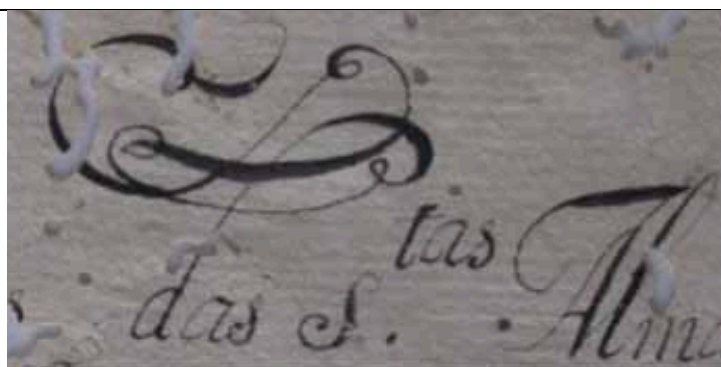
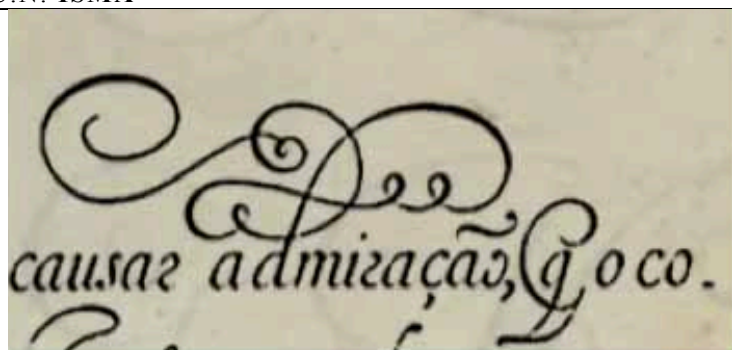
IMAGEM 3.M	
	<p>Exemplo de palavra com floreio de execução equivocada. Os números 1,2,3 representam as linhas grossas sem paralelismo. As setas indicam pontos de confusão no cruzamento dos volteios. E, a haste da primeira letra L interfere no arabesco, além do acento da letra I que ficou mal posicionado. (MEDIIVILLA, 2005, p. 251 – a fonte da imagem é a mesma da citação).</p>

IMAGEM 3.N: ISMA



Na folha de rosto de ISMA há mascarões nos ornamentos, dois em eixo vertical. O que também se encontra na composição barroca da obra “Estimulos do divino amor...” de Roelas y Paz, igualmente dois em eixo vertical. No imaginário estético, as máscaras estão associadas aos mais diversos conteúdos simbólicos, desde forças ameaçadoras como a morte e o diabo,

às artes cênicas e jogos lúdicos. Nas produções artísticas do período barroco brasileiro, os mascarões foram bastante presentes.

IMAGEM 3.O:



Para finalizar o compromisso ISMA, a definição do estilo caligráfico utilizado no texto é a escrita Chanceleresca, bastante semelhante à amostra contida na obra “Práticas de

nobre...” de Roelas y Paz. Para Mediavilla, a Chanceleresca apresenta uma preocupação tanto com a forma quanto com a velocidade do traçado. (2005, p.16).

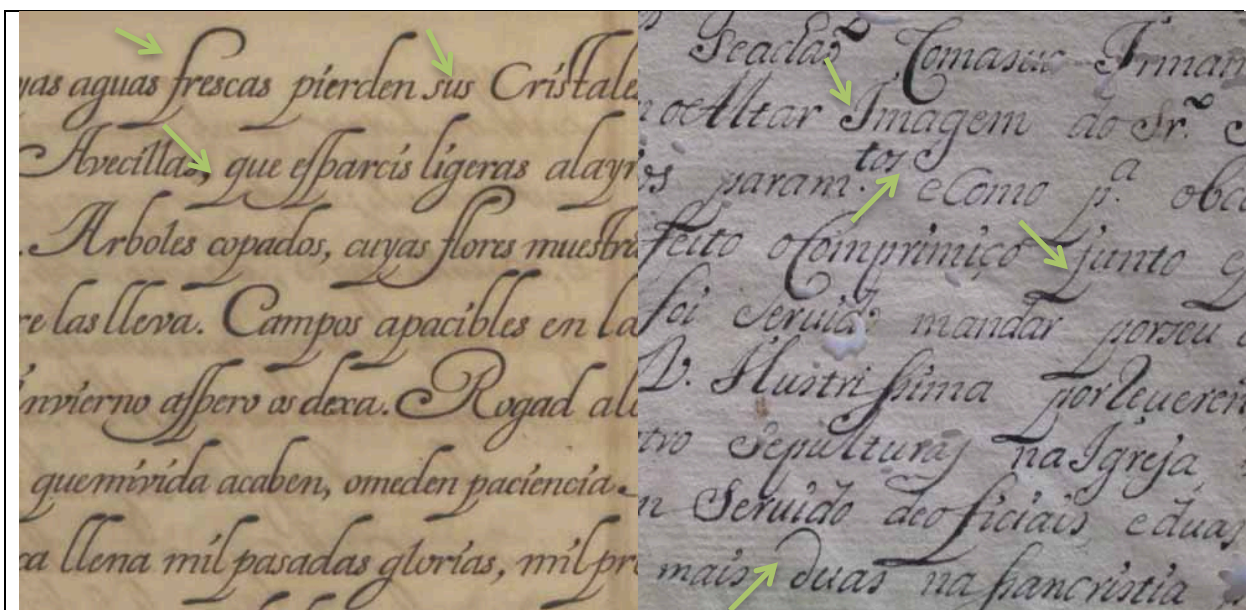


IMAGEM 3.P:

À esquerda recorte da escrita de Roelas y Paz, ao lado direito trecho de ISMA. As setas apontam para uma característica da antiga forma manual, nas palavras “frescas” e “sus” há duas formas de traçar a letra “s”. Da mesma maneira, “duas” e “servido” também apresenta dois traçados da letra “d”. Isso ocorre porque uma única letra podia ter formatos distintos a depender da sua posição dentro do vocábulo e de quais letras estavam ao lado. Assim, cabia ao calígrafo escolher qual traçado encaixaria melhor esteticamente no momento. Quanto ao estilo, as letras com hastes descendentes e ascendentes tinham caudas como na palavra “que” à esquerda e em “junto” à direita, nas letras “p” e “f” também. E as terminações em gota como na letra “g” e “i” de “imagem” em ISMA e em todas as letras “d” e “l” da amostra lateral.

Concluimos que o indivíduo que escreveu o texto e delimitou os espaços para o encaixe das capitulares, desenhou as volutas, frondes e mascarões da folha de rosto, provavelmente não foi o mesmo que copiou o modelo alfabético de letras maiúsculas do manual de Figueiredo e pintou os detalhes encarnados do termo de compromisso. Acreditamos também num intervalo temporal entre essas atividades. Primeiro, do capítulo dez em diante houve a cobertura de algumas palavras escritas com “c”, nas quais se traçou com outra tinta um “s” por cima. Dada a discutível qualidade, a tinta se despigmentou e revelou a tentativa de correção ortográfica. Segundo, a tinta usada para escrever os pareceres sobre a irmandade em 1742 (MORAES, 2014, p.65), no verso da última folha do códice, apresenta o mesmo “tom alaranjado” despigmentado, igualmente presente na coloração da folha de rosto. Portanto, o compromisso da irmandade de São Miguel e Almas passou por um período inacabado tal qual a igreja matriz de Vila Boa, que abordamos no capítulo anterior e depois houve uma preocupação em dar-lhe acabamento com o vermelhão. No entanto, as falhas e as irregularidades dessa pintura apenas reforçaram a composição estética rústica do manuscrito.

Não acreditamos que foi encomendada a produção desse livro, julgamos possível que alguém letrado e com pendor para o desenho se disponibilizou a fazê-lo, mas não terminou os ornamentos.

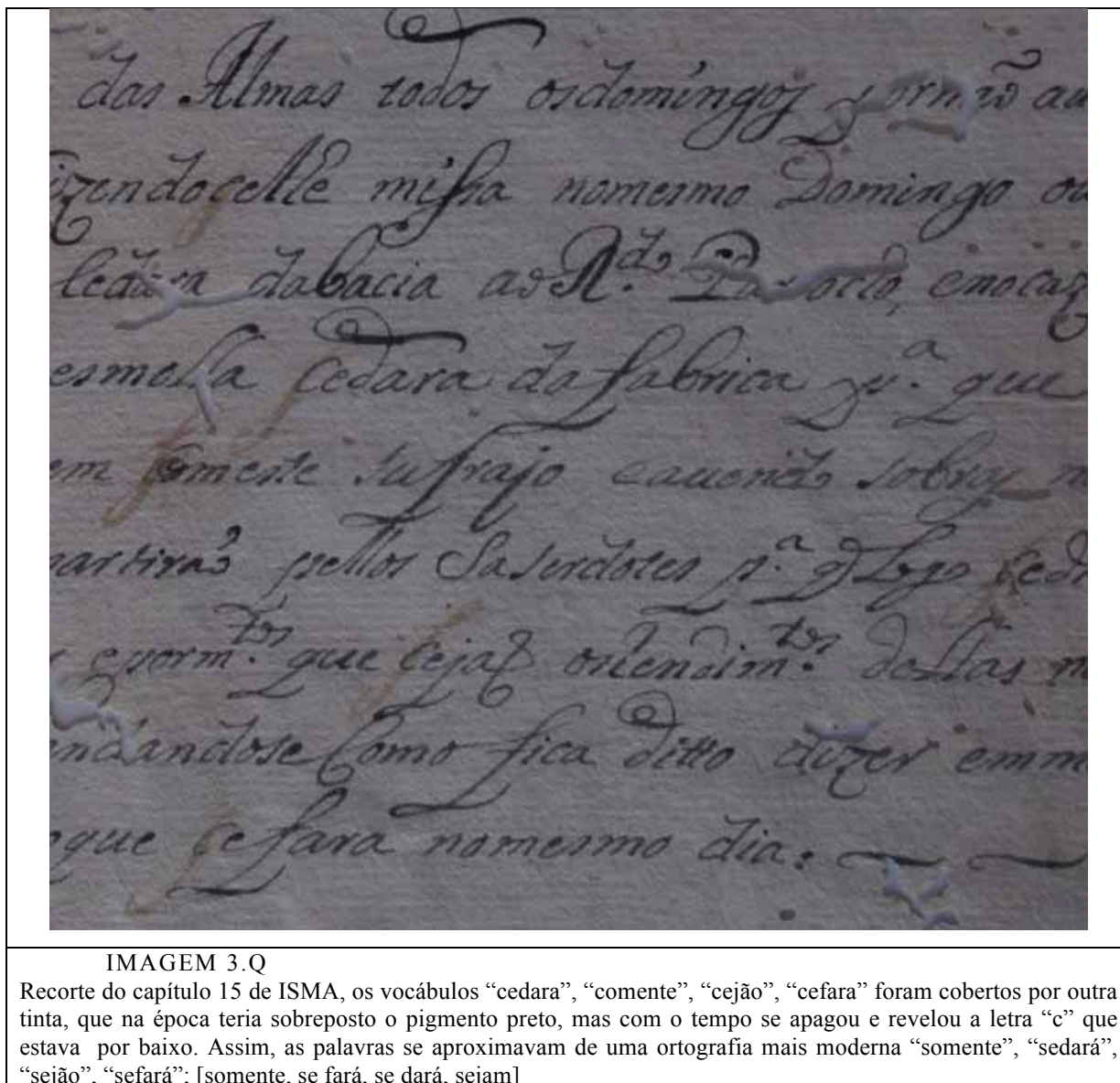


IMAGEM 3.Q

Recorte do capítulo 15 de ISMA, os vocábulos “cedara”, “comente”, “cejão”, “cefara” foram cobertos por outra tinta, que na época teria sobreposto o pigmento preto, mas com o tempo se apagou e revelou a letra “c” que estava por baixo. Assim, as palavras se aproximavam de uma ortografia mais moderna “samente”, “sedará”, “sejão”, “sefará”, [samente, se fará, se dará, sejam]

Diferentemente, o ISJ nos fornece nas páginas finais além de dados sobre os integrantes da irmandade naquele ano, o evento solene de apresentação do compromisso aos componentes da Mesa. Infelizmente não há detalhes sobre a quem foi encomendada a produção, nem valores pagos pelo serviço. Como informamos páginas atrás, Antônio da Silva Leite era escrivão da irmandade de São Joaquim no Arraial de Cocal. Silva, em sua transcrição semidiplomática de ISJ, também observou que Antônio era o escrivão, porém não era o executor do livro, consoante a má qualidade das assinaturas ao final do termo exibido em 06 de janeiro de 1767:

que assim o apresentava, para que fosse visto, e examinado, se estava conforme o Original, que pela Meza se havia mandado fazer: e sendo lido em vóz alta, e intelligivel, achâraõ estar conforme com o Original, que pela Mesa se havia mandado fazer, e o houvêraõ por feito, e acabado; e por todos foy ditto vniformemente que estavaõ pelas determinaçoens nelle expressadas, e queriaõ se observassê como nelle se continha; e que para haver de se lhe dar inteira fê, e credito, e toda a sua observancia, na primeyra occaziaõ, que houvesse, o Irmaõ Procurador fizesse Procuraçaõ bastante, para o que lhe davaõ todos os poderes em direyto neccessarios na forma do *parágrafo decimo primeiro* do Capitulo quinto deste Compromisso, e na forma de parágrafo setimo do Capitulo quinto do Compromisso Velho, por que esta Irmandade se governa athê agora, e se acha aprovado Cannonicamente; e que com a ditta Procuraçaõ fosse remettido ao Tribunal da Mesa da Consciencia para nella ser aprovado; e *que* se sugeitavaõ por si, eseus successores, em tudo, e por tudo às determinaçoens, *que* Sua Magestade Fidellissima, ou Tribunal, fosse servido, tanto de ampliação, como de restricçaõ: (SILVA, 2013, p. 277 e 278)

Por conseguinte, sabemos que a irmandade se encontrava em pleno exercício de suas atividades e já possuía um compromisso anteriormente aprovado pela Igreja. Contudo os irmãos buscavam a jurisdição régia e por isso realizaram um novo compromisso, o qual estava ali pronto e seria encaminhado à Mesa da Consciência e Ordens por procuração. Este compromisso havia sido encomendado com base em documento produzido pela antiga Mesa, o qual denominavam de “Original”. A leitura comparativa entre os dois foi pública e declarada satisfatória. Ao final da solenidade declararam que qualquer que fosse a determinação do monarca, de ampliação ou restrição dessas novas normas da irmandade, a cumpririam fielmente. Essas informações confirmam duas hipóteses: a compreensão dos manuscritos pela ótica do espírito barroco como meio de exposição textual dotada de apelo visual e força retórica. Ou seja, o ISJ era um manuscrito lícito de manejo legal, ricamente ornamentado pelo viés religioso e ainda tinha uma carga de leitura solene e persuasiva, um texto para ser visto, lido e ouvido – quanto a este último aspecto aprofundaremos mais a frente –. Para o momento, a segunda hipótese: como era importante para a irmandade ter um compromisso bonito e bem confeccionado, logo tinha que demandar isso para algum indivíduo competente nas artes da escrita, assim aconteceu com ISJ. O material de qualidade utilizado na sua realização ainda apresenta vivacidade de cor, dadas as condições ideais de conservação. Entre o que foi levantado nesta pesquisa, o avaliamos como o melhor termo de compromisso confeccionado para uma irmandade da capitania de Goiás.



IMAGEM 3.R:

Composição estética superior em complexidade dos ornamentos, pintura com técnicas de pontilhismo e hachura para dar volume ao desenho das capitulares, iluminura em ouro aplicada com precisão, domínio na execução dos floreios caligráficos no texto e nos títulos dos capítulos.

Conforme as imagens do início do capítulo ambos os compromissos de Cocal se assemelham, o que indica uma proximidade entre a Irmandade de São Joaquim e a de Nossa Senhora das Mercês. Uma informação de ISJ corrobora essa ligação ao afirmar que não havia no arraial de Cocal outro lugar para sepultamento senão o templo desta irmandade. Todavia, naquele presente momento, umas “negras induzidas” pelo anterior capelão jesuíta – não cita no texto o nome deste religioso, mas informa que foi expulso da capitania pelo Conde de São Miguel acusado de perturbador da ordem – “fabricavam uma capela em homenagem à Nossa Senhora das Mercês”. Diante deste fato, solicitaram ao monarca português que proibisse o sepultamento de qualquer pessoa nessas “capelas particulares”, como assim as chamavam, visto que não possuíam licença para tal, salvo algum direito da Matriz. (SILVA, 2013, p.141 e 143). Em Cocal havia a capela dedicada a São Joaquim, como filial da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Traíras, cidade cabeça do julgado e da freguesia. Então figura, dentre as várias solicitações ao rei para conceder sua majestosa proteção a essa irmandade, a concorrência pelos direitos de serviços funerários no arraial, visto que em mesmo solo

sagrado os altares dos oragos, São Joaquim e N.S. das Mercês eram espaços potenciais para sepultamento.

Pela datação de INSM72, apenas cinco anos depois, a irmandade das Mercês tinha também o seu compromisso em vermelho com pontos de brilho dourado. E dezesseis anos depois tinha uma segunda versão bem menos vistosa em INSM88. Acreditamos que o mesmo profissional realizou os dois primeiros compromissos, ISJ e INSM72, e outro indivíduo buscou copiá-los em INSM88. Portanto, as reproduções a seguir comparam os três manuscritos.

Irmandade São Joaquim (1767) - ISJ	Irmandade Nossa Senhora das Mêrces de 1772 – INSM72	Irmandade Nossa Senhora das Mêrces de 1788 – INSM88
		
		
		
		

		—
		—
	—	
	—	
<p>IMAGEM 3.S:</p> <p>As três primeiras letras [A, S, O] guardam entre as duas primeiras a boa execução, apesar de também copiados sobre base de grafite. E há na terceira uma queda de qualidade. As outras seguintes [O, F, S] contêm iluminura em INSM72 e somente a letra 'O' em ISJ. As duas últimas imagens da letra "N" e da abreviação de "capítulo seis" completam o quadro comparativo e demonstram a perceptível cópia inferior entre ISJ e INSM88.</p>		

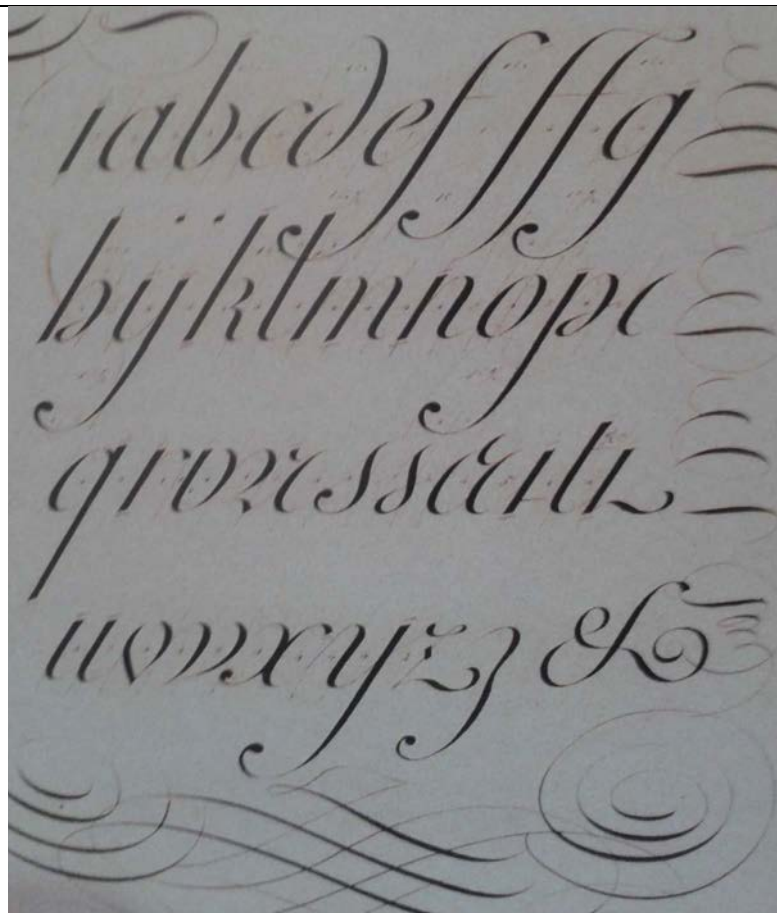
Podemos observar que entre ISJ e INSM72 existem pequenas variações no desenho que não prejudicam a composição final. O mesmo não pode ser dito de INSM88, em relação aos anteriores. Os traços das capitulares são trêmulos, confusos e irregulares. Outro ponto estético é o tipo de escrita utilizada: a bastarda. Mediavilla a considera uma das vertentes da corrente francesa: bastarda, redonda e *coulée*, que se popularizaram nos séculos XVII e XVIII dada a simplicidade das formas que proporcionavam uma legibilidade mais agradável. (MEDIIVILLA, 2005, p.227)

ISJ	INSM72	INSM88
		
		
		

IMAGEM 3.T:

As bordas de ISJ e INSM72 têm o mesmo padrão de forma e cor. A composição da página é similar aos três. Infelizmente, a qualidade de resolução das imagens de ISJ não permite uma exposição detalhada, entretanto, o peso das linhas em ISJ e INSM72 é maior, o que torna o texto mais escuro e denso. Em INSM88, as palavras são compostas por linhas mais suaves e deixam o texto com aparência mais clara. Embora ambos estejam escritos em tipo bastardo, há diferença no peso da mão e na forma de acentuar, por exemplo, entre INSM72 e INSM88. Ainda que em ISJ, haja maior quantidade de caudas ascendentes o corpo das minúsculas é o mesmo de INSM72.

IMAGEM 3.U:



Exemplo de letras minúsculas bastardas semelhantes às grafadas em ISJ e INSM72. Fonte: (MEDIIVILLA, 2005, p.232)






Além das letras ornamentais de abertura para cada parágrafo, no decorrer do texto há várias letras maiúsculas em vermelho nos três códices. Elas são marcadores visuais para a modulação da oralidade em leituras públicas. Como num cortejo barroco, algumas palavras merecem destaque na linearidade do texto, pois possuem mais prestígio, ressalta Benjamin ao responsabilizar o Barroco por instituir o uso das letras maiúsculas na língua alemã. “Nisso se revela, não apenas a vontade de pompa, mas também o princípio da fragmentação e da dissociação, próprio do ponto de vista alegórico. Sem dúvida, muitos substantivos escritos com maiúsculas ganharam desde logo um sentido alegórico para o leitor”. (BENJAMIN, 2013, p.225). E nestes compromissos goianos as maiúsculas sempre surgem nas palavras referentes às instituições do Estado e da Igreja, nos cargos solenes das irmandades, nas celebrações e nomes dos irmãos da Mesa por uma caracterização muito distinta, não só pelo tamanho como também o formato do corpo da letra e a cor. Apesar de não haver mudança cromática em ISMA, algumas palavras no meio das frases começavam com uma maiúscula.

Para Chartier esse recurso era patente nos manuscritos e também nos impressos tipográficos a partir do século XVII, na inovação proposta pelo escritor e cronista francês La Bruyère.

A pontuação musical de La Bruyère não é o único recurso que governa a estética e recepção de seu texto. As letras maiúsculas usadas para as palavras dentro de uma sentença afetavam a construção do significado, dando dignidade a algumas palavras e, conseqüentemente, aos indivíduos, instituições ou conceitos que designavam. E também sugeriam que o leitor deveria destacar aquelas palavras fazendo uma pausa antes delas ou erguendo a voz ao lê-las. Essas maiúsculas, portanto, contribuíram para o efeito visual e semântico produzido pelas formas como o texto era inscrito na página e atestam a sensibilidade tipográfica de La Bruyère. (CHARTIER, 2014, p.161)

Após fecharmos aqui a questão da tríade sensível dos textos barrocos [texto-imagem-som], outra a ser explicada materialmente é o uso de ruínas ou fragmentos de outros períodos históricos que o espírito barroco fez e que lhe conferiu a estética alegórica. A escolha da reprodução de uma página do livro medieval de *Lindisfarne*, logo no início deste capítulo, justifica-se pela presença da letra “A” maiúscula nas folhas de rosto de INSM72 e INSM88. A letra em questão, denominada tecnicamente de ‘letra A de barra horizontal fraturada’, surgiu da linhagem de capitulares rúnicas criadas por abades irlandeses no monastério de *Lindisfarne*, costa norte da atual Inglaterra. Os Evangelhos desse monastério são os originais exemplares desse tipo de letra e foram os primeiros ensaios da combinação fundamental do alfabeto romano: as letras maiúsculas e minúsculas⁴⁸.


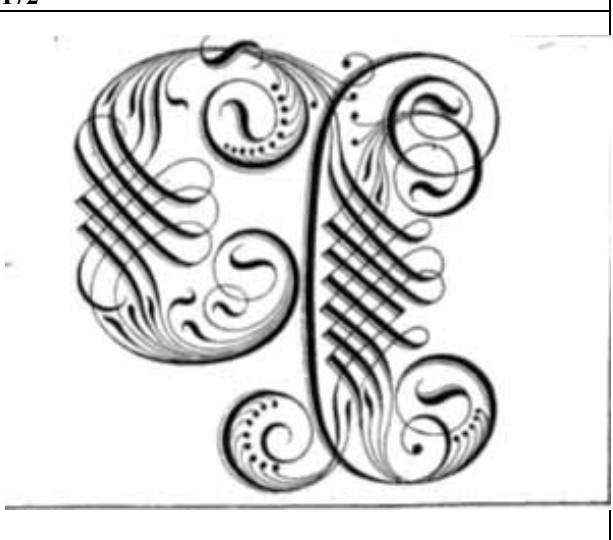
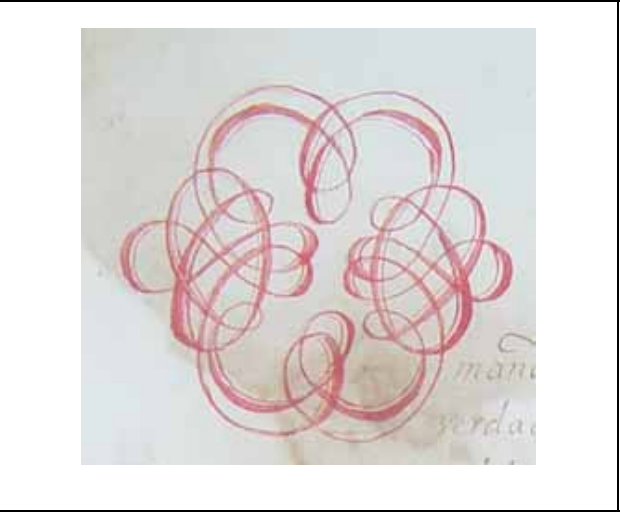
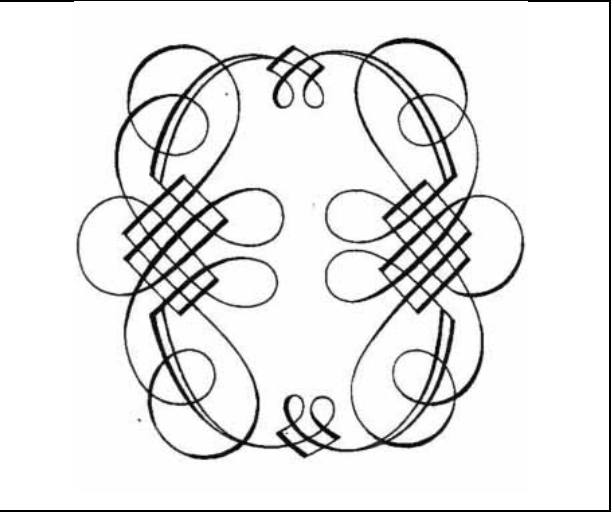
⁴⁸ No livro *Elementos do Estilo Tipográfico*, Robert Bringhurst expõe com clareza a relação do alfabeto romano na caligrafia e depois na tipografia com a política e a história da civilização ocidental. “Enquanto a caixa-alta é um legado do Império Romano, a caixa-baixa é uma herança do Sagrado Império Romano – o sucessor cristianizado do império pagão”. (2005, p.138). O termo caixa-alta na tipografia designa as letras maiúsculas que ficavam em nichos da parte superior do balcão de trabalho. A caixa-baixa era formada de minúsculas que ficavam na parte inferior, mais acessíveis às mãos do tipógrafo para formar os blocos de texto em letras de chumbo.

INSM72	INSM88	
		
		
<p>IMAGEM 3.V:</p> <p>Na primeira versão do compromisso as flores receberam um tratamento de iluminura e aparentemente o calígrafo se esqueceu de seguir o estilo adotado para a letra A ao escrever as palavras “arrayal” e “cocal”. Detalhe percebido e corrigido pelo executor da segunda versão. Acima, uma letra A extraída do evangelho de <i>Lindisfarne</i> comparada às suas descendentes do Atlântico Sul. A linha superior se perdeu na longa passagem das penas medievais às modernas, do século V ao XVIII.</p>		



Quanto aos manuais de caligrafia do Antigo Regime, mais uma vez o de Manuel de Andrade de Figueiredo foi utilizado como modelo para cópia de letras e ornamentos nos três livros de Cocal.

IMAGEM 3.W: ISJ



IMAGEM 3.W.1:	
INSM72	
	
INSM88	
	

As semelhanças entre ISJ E INSM72 não estão somente no campo estético, os anseios de cada irmandade também fazem coro ao rei como protetor de seus interesses e único poder capaz de julgar as ações dessas irmandades. Embora o IPEHBC mantenha a abertura laudatória [imagem 3.X.2] como do livro INSM88 - inclusive nos arquivos digitais que disponibiliza aos pesquisadores -, julgamos que esteja incorreta e que tanto seu aspecto visual quanto o argumento do texto indica pertencer ao INSM72. Dessa maneira, levantamos alguns pontos que consubstanciam uma proposta de classificação documental diferente da disponível no instituto supracitado.

IMAGEM 3.X	
3.X.1) Abertura laudatória - ISJ	3.X.2) Abertura laudatória de INSM (IPEHBC classifica 1788) - (proposta nossa 1772)
	

Primeiramente um resumo dos pontos até então apresentados: o intervalo de cinco anos entre os compromissos, a similaridade da letra do corpo textual e dos ornamentos, as bordas das páginas e as cores. Ambas aberturas iniciam com um vocativo “Senhor” e depois seguem na apresentação humilde dos integrantes das irmandades, respectivamente de São Joaquim e das Mercês.

Desterradas as trevas da ignorancia destes tão fieis, e humildes Vassallos de *Vossa Magestade*, e considerando os in = commodos, *que* lles provêm de terem sugeita à Jurisdição Ecclesiastica a Irmandade de *São* Ioaquim do Cocal: Com o mais submisso rendimento offerecem o seu Compromisso a *Vossa Magestade*,

para *que* debaixo da Regia Protecção possaõ conservar as regalias, que *Vossa Magestade* for servido approvar boas, e vteis a o bom re – gimen della. (SILVA, 2013, p.127)

Buscão os Reaes Pés de *Vossa Magestade* os miseraveis, e mais humildes naturaes da Ethiopia, escravos de *vossa Magestade*, e denomina – dos Confrades da Irmandade de *Nossa Senhora* das Mercês dos captivos, sita no Arrayal de São Joaquim do Cocal, para *que* debaixo da Régia Protecção do seu Monarca Senhor a vejão avultada, e crescida.(transcrição nossa).

Por fim, ambos encerram as aberturas: “incessantemente supplicaõ a Deos pela Vida, Saude, e conservação da Monarchia de *Vossa Magestade* por muytos, e dillatados annos” (SILVA, 2013, p.127) e “seja feliz *por* muytos e dillatados seculos alcançando de Deos a Eterna Gloria!” (transcrição nossa). Nas páginas seguintes de ISJ, os irmãos expõem com detalhes as mercês que desejam e, principalmente, o nome do pároco do qual querem livrar a irmandade de seu jugo eclesiástico e estar somente sob jurisdição régia: o Reverendo Antônio Amaro de Souza Coutinho, visitador geral e vigário da matriz de Traíras. (SILVA, 2013, p.133). Pedem, já antevendo alguma adversidade que o vigário irá tomar ao saber dessa mudança jurisdicional, que “toda e qual quer posse, acto, intrometencia, ou innovaçãõ, que faca o ditto Reverendo, oposta à qual quer acto desta Irmandade, posse ou ponto deste compromisso, Seja nullo.” (idem). Como *Vossa Majestade* se encontrava obviamente além-mar e os irmãos queriam se resguardar de forma categórica dos intrometimentos paroquiais, então solicitaram poderes ao Corregedor da Comarca bem como Juiz de Feitos da Real Coroa para ser um responsável local na averiguação de dúvidas e ações contra a irmandade.

Nos capítulos que fazem parte de INSM72, também existem queixas contra um “Reverendo parcho”, porém, sem identificá-lo nominalmente. A irmandade Das Mercês expressa no Cap. 32, os problemas de taxas e cobranças eclesiásticas abusivas.

Costumaõ os *Reverendissimos* Parochos nesta Terra (cheyos do mayor interesse pecuniario, e maxima ambição) quererem obrigar aos Póvos à *que* paguem duas oitavas de ouro de cada escravo falecido, com o pretexto de *que* se lhe devem pagar por duas Missas de corpo prezente, (...) isto taõ violento e injusto, está praticando o *Reverendo* Parcho com esta *Irmandade* e com todas geralmente desta *Freguesia*. (transcrição nossa)

No Cap. 22, observamos a rejeição a qualquer tentativa de intervenção paroquial nos sepultamentos: “nunca o Parcho, nem o seu Substituto poderaõ vir acompanhar aos Irmaõs fallecidos desta Irmandade com preferencia ao nosso Capellaõ, nem com poder, ou mando mais superior, e só como hum simples Clerigo” (transcrição nossa). No último capítulo, mais uma vez, reiteraram o desejo “há por approvado tudo o disposto neste Compromisso, sendo justo, e necessario como entendem, e sendo *mayormente* vontade e beneplacito de *Sua*

Magestade fidellissima, de cuja Real maõ se espera a approvaõ”. Portanto, com tantos exemplos de interrelação ao contexto de INSM72, nos questionamos por qual motivo da abertura laudatória [Imagem 3.X.2] ser anexada ao INSM88? Compreendemos também que sendo o mesmo executor entre ISJ e INSM72, que utilizou do manual de Figueiredo até para ornar essa lauda, basta comparar a imagens.



Igualmente Moraes, que segue a classificação do instituto, salienta para a diferença na tinta ferrogálica com a qual foi escrita também a página avulsa [imagem 3.C.3 (fólio) e imagem 3.Y.1 (recorte)] e o seu conteúdo de súplica ao rei para que os livre das opressões dos vigários. (MORAES, 2014, p.158). Ao compararmos com as primeiras páginas de ISJ, que continha uma série de requerimentos ao monarca antes de adentrar no conteúdo de seu compromisso, percebemos a similaridade e cremos que INSM72 também possuía algumas laudas de solicitações, pois consta o numeral 5, indicando uma “quinta secção”.

IMAGEM 3.Y.1:



Recorte superior da folha avulsa classificada como parte de INSM88, que defendemos ser de 1772.

Mesmo recorte do fôlio de requerimentos da irmandade de São Joaquim – ISJ (1767)

Ao longo de todos os trinta e três capítulos de INSM88, não há qualquer referência aos problemas com clérigos, nem de busca da aprovação régia e a composição visual é diferente quanto a escrita e má pintura dos ornamentos. Por isso, propomos a reorganização dos livros para evitar confusões para os próximos pesquisadores, conforme a distribuição [imagem 3.Z].

IMAGEM 3.Z:



A sequência que sugerimos para INSM72: folha de rosto>abertura>fólio avulso, cujo conteúdo de solicitações é pertinente ao livro>cap.1>cap.35, parte final com os nomes dos irmãos. INSM88: folha de rosto>cap.1>cap.33, final. Modelo de ordenação visto em ISJ: frontispício>abertura>solicitações de mercês>capítulos do compromisso> encerramento com os nomes dos irmãos e páginas de assinaturas.



Enfim, do estudo sobre os quatro compromissos três restaram do extinto Julgado de Traíras, considerado o mais próspero e povoado do norte da Capitania. As duas irmandades de Cocal recepcionavam qualquer interessado independente de cor ou condição de escravo ou livre. E ordenaram a confecção dos dois compromissos de melhor conjunto estético a um profissional de quem dispomos nenhuma informação. A noção de autoria e criatividade individual ainda não fazia parte do imaginário setecentista em Goiás. Aqueles que exerciam atividades de calígrafo ou desenho e pintura executavam um trabalho artesanal, anônimo como prestação de serviço, logo não tinham a necessidade de assinar seus trabalhos. As pesquisas de Almada e Gonçalves também não obtiveram êxito em identificar algum cidadão como artista das letras em Minas Gerais. No máximo atribuir uma autoria comum aos compromissos que compartilhavam afinidades de composição estética, o mesmo que aconteceu com ISJ e INSM72. Estes documentos interligados foram produzidos em período

de grande vitalidade econômica na região, com grandes engenhos, veios auríferos e fluxo de pessoas. O arraial de Cocal distava quatro léguas de Traíras, onde havia o 2º Regimento da Cavalaria Auxiliar.

O Arraial de Cocal, assim chamado por ter aquele lugar bastantes coqueiros. [...] este dito Coronel [Félix Caetano], que assistia naquelas vizinhanças com algumas fábricas no lugar chamado 7 Ranchos – que tantas casas tinham então – trazia uns pretos a faisqueira, estes deram com esta grandeza e o disseram a seu Senhor, que pediu-lhes segredo e lhes prometeu forrá-los, se não dissessem a pessoa alguma. Enquanto isso foi ele preparando o seu Engenho e plantando Roça, e quando teve o fruto em termos de colher, deu ao manifesto aquele grande descoberto, no qual se levou imenso cabedal [...] A data do Senhor João Manoel de Mello, que já então governava, rendeu 300/8^{as} (trezentas oitavas). (ANÔNIMO, 1783 In: BERTRAN, 1997, p.75 e 76)

Os melhores cargos da Irmandade de São Joaquim eram ocupados por dois homens de posses, além do citado escrivão Antônio, havia como um dos juízes o Capitão Christóvão Garcia de Amaral, proprietário de escravos e lavras. Na Irmandade de N. S. Das Mercês, não identificamos nenhum nome que constasse nas obras historiográficas da nossa pesquisa, mas podemos atribuir à INSM72 a característica de manuscrito irmão bem-feito, mas contido nos adornos em relação ao primeiro bastante profuso. Provavelmente, INSM88 seja uma derradeira manifestação do espírito barroco nalgum habitante que o fez em 1788, antes de findar este julgado do norte. Dos povoados, somente São José do Tocantins sobreviveu. Na descrição do que havia de notável na capitania em 1783, o arraial de Cocal já estava “quase despovoado por falta de Lavras”. (idem). Em Vila Boa, aliás, antes de ser vila, uma das irmandades pioneiras também expressou em seu compromisso as limitações para o desenvolvimento da cultura da escrita. Portanto, temos o panorama de poucos letrados que executavam ruidosamente alguns rasgos caligráficos e, quando ansiavam por algo sofisticado nos compromissos pagavam pelo serviço. Outros manuscritos de apelo visual, fora do âmbito religioso, foram os mapas de rendimento que serão exibidos na segunda parte deste capítulo.

3.2 MAPAS ORNADOS – A COMPOSIÇÃO ESTÉTICA DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS.

As letras nos regem, antes do Estado moderno se apoiar na escrita e arregimentar agentes especializados no manejo de penas, livros e papéis. As leis calcadas em valores “nobres” para organizar o comportamento daqueles considerados “não-nobres”, de forma injuntiva por meio do alfabeto, são descendentes das primeiras prescrições, como Flusser denomina, o meio de controle do comportamento humano desde os “mandamentos” inscritos

em pedras imbuídos de “eternidade”. (FLUSSER, 2010, p.93). Segundo Barthes, desde o princípio a escrita teve um caráter político.

Escrever a mão foi por muito tempo uma habilidade de classe: saber escrever é uma das primeiras formas de seleção social, principalmente, quando o livro [impresso] não existia e todas as atividades de transmissão, informação e reflexão passavam pelos manuscritos e suas cópias, a escrita era puro instrumento de poder. (BARTHES, 2002, p.116 - tradução nossa).

Fischer nos traz, ao traduzir para a linguagem contemporânea, o relato da vontade de um pai em proporcionar ao seu filho a oportunidade de ascensão social no antigo Egito. A admiração pelos escribas, profissional até então inédito para a humanidade, tornava-os mortais próximos aos faraós e deuses.

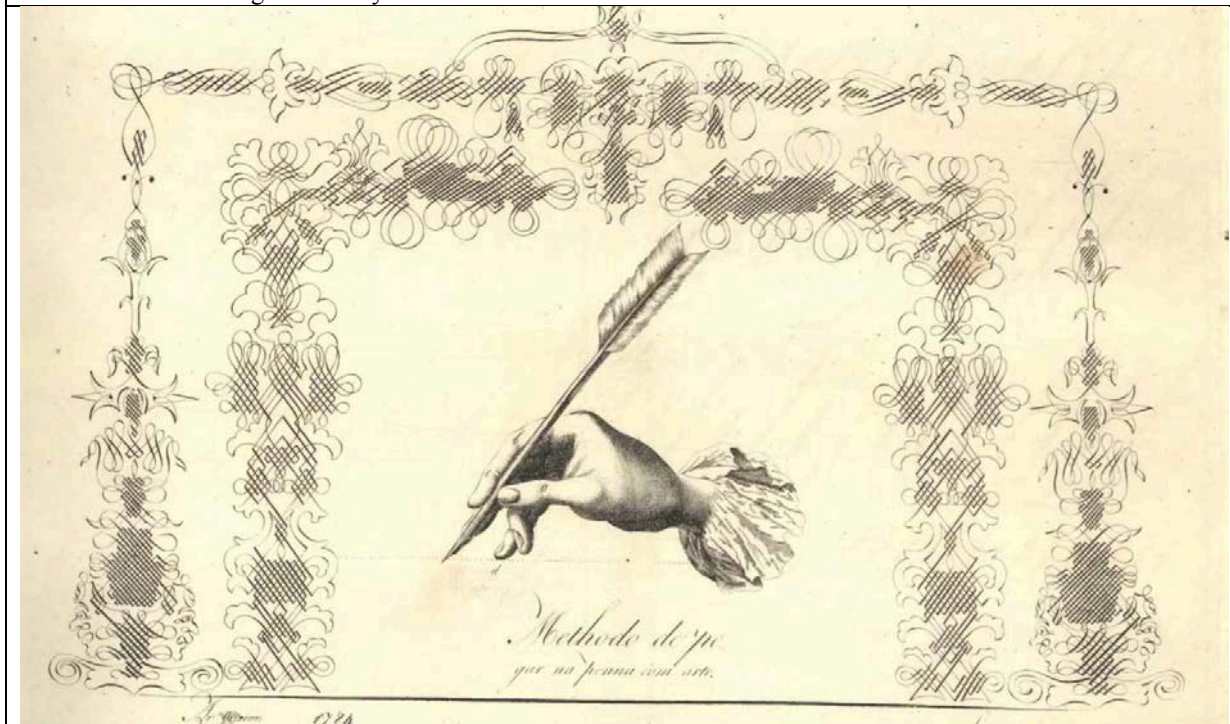
Os escribas eram vistos com mais respeito no Egito do que na Mesopotâmia, onde eram meros escreventes; os escribas egípcios podiam alcançar riqueza, prestígio e posição social. Os mais admirados eram os escribas sacerdotes, posição reservada a poucos. Quando o burocrata egípcio Dua-Khety viajou para o sul ao longo do Nilo, cerca de quatro mil anos atrás, disse ao filho, a quem levava para uma escola para escribas: ‘É para a escrita que você deve se voltar... Eu não vejo um ofício comparável [ao do escriba]... Eu farei você amar os livros mais do que [você ama] sua mãe, e lhe mostrarei a excelência deles’. (FISCHER, 2009, p.43)

A mesma linha de pensamento levou alguns chefes de família da capitania goiana a enviar seus filhos para cruzar não um rio, mas o Atlântico, para estudar em Coimbra a fim de torná-los homens de letras. “Os letrados e o alto-funcionalismo, como cérebro burocrático do governo, alimentavam uma linha direta de fidelidade ao rei”. (MOREYRA, 2015, p.179). No entanto, durante a constituição do Antigo Regime, muitos letrados gravitando ao redor do rei geraram uma preocupação com a habilidade de escrever. Utilizando do exemplo francês, ainda no século XVII, Barthes apontou a demanda do governo pela instituição de uma forma de escrita padronizada contra as irregularidades pessoais. Legalmente se concedia proteção às chamadas “belas mãos”, os colocando a serviço do Estado e, também como mecanismo de repressão às multiplicidades da grafia que perturbavam a administração. (BARTHES, 2002, p.116).

IMAGEM 4.1

Do manual *Nova arte de escrever* de Antônio Jacinto de Araújo, datado de 1783. Na legenda da página reproduzida diz: “método de pegar na pena com arte”. A postura correta da mão deve manter os dedos, principalmente indicador e polegar relaxados. A mão não encosta no papel nem na mesa. O dedo mínimo deve servir de ponto de apoio.

Fonte: Hathi Trust Digital Library



O compatriota, Roger Chartier, também expõe uma espécie de “fetichização” do manuscrito assinado como garantia de autenticidade. Porém maiores detalhes históricos são fornecidos por um terceiro francês, Claude Mediavilla.

Esta profissão [calígrafo] se regulamentou somente a partir de 1569, ano em que Pierre Hamon, primeiro mestre de escrita de Carlos IX, foi enforcado por haver falsificado a assinatura do rei a favor de seus correligionários huguenotes. Para evitar que se sucedesse outro fato similar, Carlos IX criou no ano seguinte a *Communauté des experts jurés écrivains vérificateurs* (Comunidade de especialistas escrivães jurados verificadores), com um cargo de presidente. Em 1762, foi instituída a *Académie royale d'écriture* (Real academia de Escritura), que sobreviveu até 1789 e, foi remontada em 1791 como *Société académique d'écriture* (Sociedade acadêmica de Escritura) que, ao que parece, deixou de existir em 1804. (MEDIAVILLA, 2005, p.244 – tradução nossa)

Portanto, seja através de órgãos públicos, conselheiros e regimentos diplomáticos ou de profissionais individualmente contratados, este poder da palavra escrita se impregnou na cultura ocidental durante os regimes absolutistas. O fascínio exercido pela pena, segundo Flusser, influenciou no comportamento dos indivíduos ao adquirirem artigos de papelaria que preenchem as escrivatinhas de objetos e símbolos de poder letrado. “Que esse desejo por esse poder específico tenha se realizado na forma da cultura ocidental, e que nesse sentido o campo de poder da pena possa ser caracterizado como a “infraestrutura” de nossa sociedade”.

(FLUSSER, 2010, p.193). Nisto encontra ressonância umas expressões que ainda perduram, como: “uma canetada pode resolver tudo!”. Nesta cultura de manuscritos, os meios eram instrumentos frágeis e os fins grandiosos, pois “nenhum apelo ao poder pode, como sempre, privar-se dessa divinização dos meios”. (FLUSSER, 2010, p.195). Almada reitera o simbolismo dos objetos ao destacar nas gravuras, as quais retratavam os calígrafos a postura imponente portando os seus objetos de trabalho. (ALMADA, 2011, p.67).

IMAGEM 4.2	
4.2.a) Tinteiro de 1770, em cerâmica pintada à mão. França. (Fonte: KITSON, 1979, p.95)	4.2.b) Tinteiro do início do século XX, exposto em Pirenópolis, Goiás. (Fonte: acervo próprio).
	

No entanto, o próprio exercício da atividade exigia disciplina corporal para a melhor produção de manuscritos. Mediavilla expõe em seu livro que, a depender do modelo de letra a ser feito, o corpo tinha de assumir diferentes formas de se acomodar à mesa, por exemplo, no século XVIII, para escrever a letra francesa tinha de rotacionar ligeiramente o torso e afastá-lo poucos centímetros da mesa e os pés também poderiam seguir a rotação [conforme a imagem 4.3]. Inclusive o sexo do escrevente interferia, “a forma de ocupar o assento é ligeiramente diferente para as mulheres. Estas devem manter o corpo reto, evitando que o busto toque na mesa, para que uma má postura não seja capaz de enfear sua figura”. (MEDIAVILLA, 2005, p.8 – tradução nossa).



IMAGEM 4.3:
(Fonte: MEDIAVILLA, 2005, p. 08).

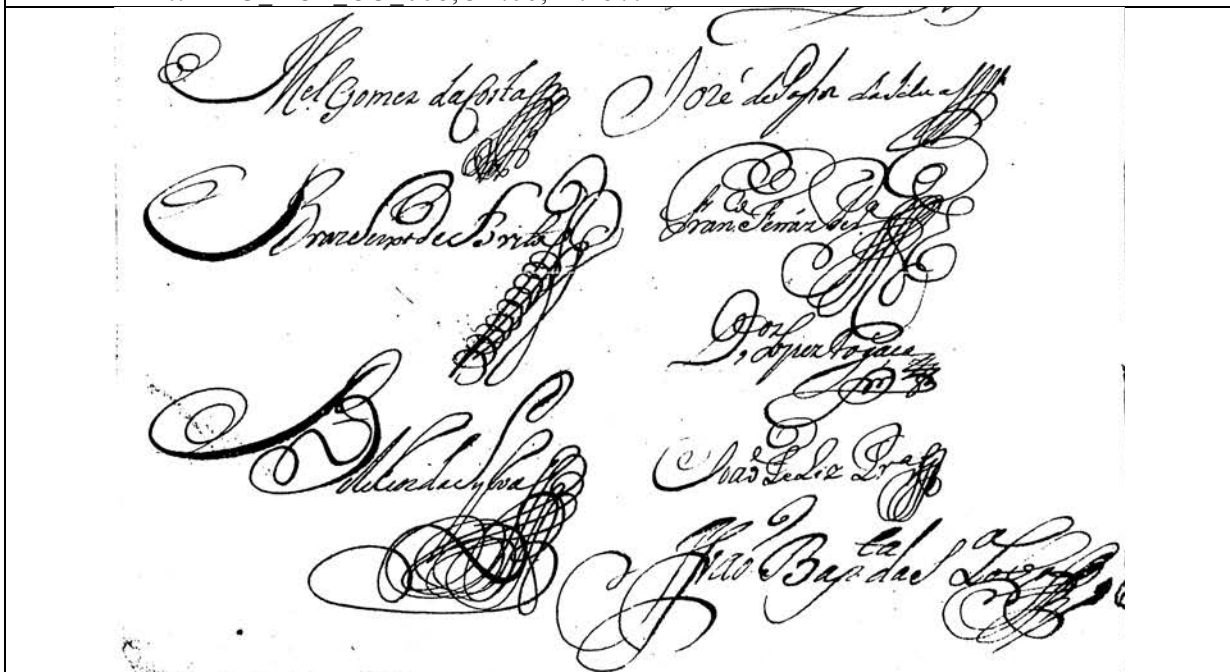
Quanto ao “fetiche da firma”, que Chartier aponta como primeiro sinal de individualidade, encontramos nos manuais de caligrafia de dois calígrafos espanhóis, ambos do século XVII, orientações de cetras e arabescos diversos que cada um poderia tomar para si e praticar bastante até torná-la inerente ao seu nome assinado e dessa forma evitar possíveis falsificações. Em documento da capitania goiana no AHU, destacamos algumas assinaturas que exibem semelhança a esses rasgos ibéricos.

IMAGEM 4.4:

4.4.a) Consulta ao Rei D. José, sobre requerimento de Francisco Tossi Colombina e sócios para abertura de estrada entre São Paulo e Vila Boa até a Vila de Cuiabá.

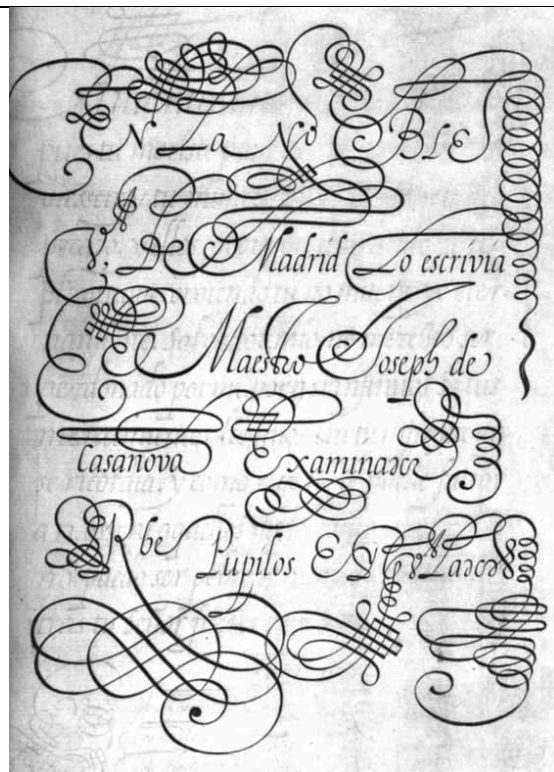
16 de novembro de 1750.

REF.: AHU ACL CU 008,CX.06, D.457.



4.4.b) Recorte do livro *Primeira parte da Arte de Escrever todas as formas de letras pelo mestre José de Casanova*, ano de 1650.

Fonte: Google Books



4.4.c) Recorte da página s/n, da obra *O mestre da escrita, teoria e prática para aprender e ensinar esta utilíssima arte* de Lorenzo Ortiz, ano 1696

Fonte: Internet Achive Org.



Na trajetória da pesquisa em buscar a materialidade da tradução desse poder ao contexto goiano, encontramos nos arquivos ultramarinos alguns documentos que condensam palavras e imagens em composições características do barroco, e que foram acessórios tão caros à construção do Estado moderno segundo a análise de Chartier.

Onde o poder público tem de contar com as populações iletradas, à exceção de uma estreita minoria. Mas, trata-se, igualmente, de explorar os usos diferentes feitos de uma mesma competência e de construir uma história das relações com a escrita de Estado, que não são forçosamente idênticas às que existem com outras categorias de escritos, sagrados, práticos ou de divertimento. Daí – segunda exigência – a necessidade de construir séries homogêneas desses “signos de poder”: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, cetros, vestes, selos, etc), os monumentos que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores) ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado. (CHARTIER, 2002, p.220)

Em território distante da Corte, a administração da capitania mantinha seus esforços para fazer o monarca e sua soberania presentes. Apesar das estruturas de poder fracas e precárias, conseguiram por meio de signos e alegorias solidificar uma hierarquia simbólica que despertava respeito entre os habitantes. Se para o espírito barroco as aparências, a retórica visual e a elaboração de uma pose possuía valor concreto e persuasivo, o estandarte do rei emanava majestade, ainda que fossem vareta e pedaço de pano. Assim compreende Oliveira sobre o fato do quinto arrecadado nas minas de Goiás e enviado para o litoral para ser embarcado para Lisboa não ter registro de roubo, embora houvesse contrabando e falsificações do ouro em pó em diversos arraiais. (2010, p.64)

Uma vez por ano, no começo da seca, era [o quinto] remetido ao Rio de Janeiro para ser embarcado para Lisboa: durante três meses, a caravana de muars guarnecidos de veludo vermelho com armas em ouro do rei de Portugal atravessava, solenemente, após o estandarte régio e com a escolta lateral de um capitão e doze soldados, os desertos de Goiás e Minas. Símbolo e meio do poder político. (PALACIN, 1994, p.106)

A ilustração dos mapas de rendimento [tabelas de faturamento econômico da Fazenda Real] fez parte desse poder constituído por imaginário e troca de correspondências. Dessa maneira, coletamos do AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, os exemplos a seguir ordenados em dois grupos, denominados: torres e poligonais. Infelizmente, dada a digitalização dos arquivos em canal preto/branco, não foi possível saber se usaram cores ou apenas a tinta ferrogálica no desenho. Abaixo das imagens as legendas de referência sobre emissários e destinatários com breve descrição do assunto, consoante os registro do AHU. O conteúdo das cartas não nos interessa, apenas os ornamentos dos mapas.

De maneira geral, cada mapa era desenhado numa página e quem assinava como remetente não era exatamente o escrivão executor [o termo calígrafo não pertencia ao

vocabulário colonial registrado em Goiás]. A concentração dos exemplares ocorreu nos três primeiros governos da capitania, após a separação administrativa de São Paulo. Outros documentos fora desse recorte também apresentam tabelas e listas que, no entanto, não possuem uma ornamentação estética. A leitura que tratamos ao final de cada imagem retoma as considerações de Benjamin sobre a arte heráldica e os livros de emblema, em que cada alegoria era convenção criada e válida pela sua expressão. (BENJAMIN, 2013, p.186). Ou seja, figuras mitológicas, zoomórficas, símbolos cristãos tudo estava ao alcance do barroco para que desses fragmentos de sociedades anteriores fossem reconfigurados sob novos significados.

Neste mapa, em duas versões que apresentam pequenas diferenças no cabeçalho [imagem 4.5], temos a caligrafia cursiva com as iniciais em volteios e nos vocábulos de localização letras maiúsculas com eixo vertical. As bordas possuem variação nas espessuras das linhas, destacam os elementos textuais e simulam molduras [imagem 4.5.a]. Esse formato chamamos de “torre”, em semelhança aos sete castelos do brasão português [imagem 4.5.c].

IMAGEM 4.5

1754.
Mapa da Remessa
do Ouro do Quarte da
Capitania de
Goyaz

Inveniência de Orlado **Inveniência de S. Felix R.**

GOYAZ. R. **S. FELIX. R.**

Orlado	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Goiaz	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Goiaz
1	62	2	62	128	1	2	62	128
2	62	2	62	128	1	2	62	128
3	62	2	62	128	1	2	62	128
4	62	2	62	128	1	2	62	128
5	62	2	62	128	1	2	62	128
6	62	2	62	128	1	2	62	128
7	62	2	62	128	1	2	62	128
8	62	2	62	128	1	2	62	128
9	62	2	62	128	1	2	62	128
10	62	2	62	128	1	2	62	128
11	62	2	62	128	1	2	62	128
12	62	2	62	128	1	2	62	128
13	62	2	62	128	1	2	62	128
14	62	2	62	128	1	2	62	128
15	62	2	62	128	1	2	62	128
16	62	2	62	128	1	2	62	128
17	62	2	62	128	1	2	62	128
18	62	2	62	128	1	2	62	128
19	62	2	62	128	1	2	62	128
20	62	2	62	128	1	2	62	128

Resumo de toda a Remessa que contém este Mapa

Caravelas	Barcas	Arribas	Moras	Empas	Quartas	Prados
18	32	30	11	2	1	27

[illegible]

4.5.a) mapa versão moldurada

4.5.b) mapa versão traçado simples

Carta de D. Marcos Noronha ao Rei D. José, sobre rendimentos das casas de fundição de Vila Boa e São Félix no ano de 1754.

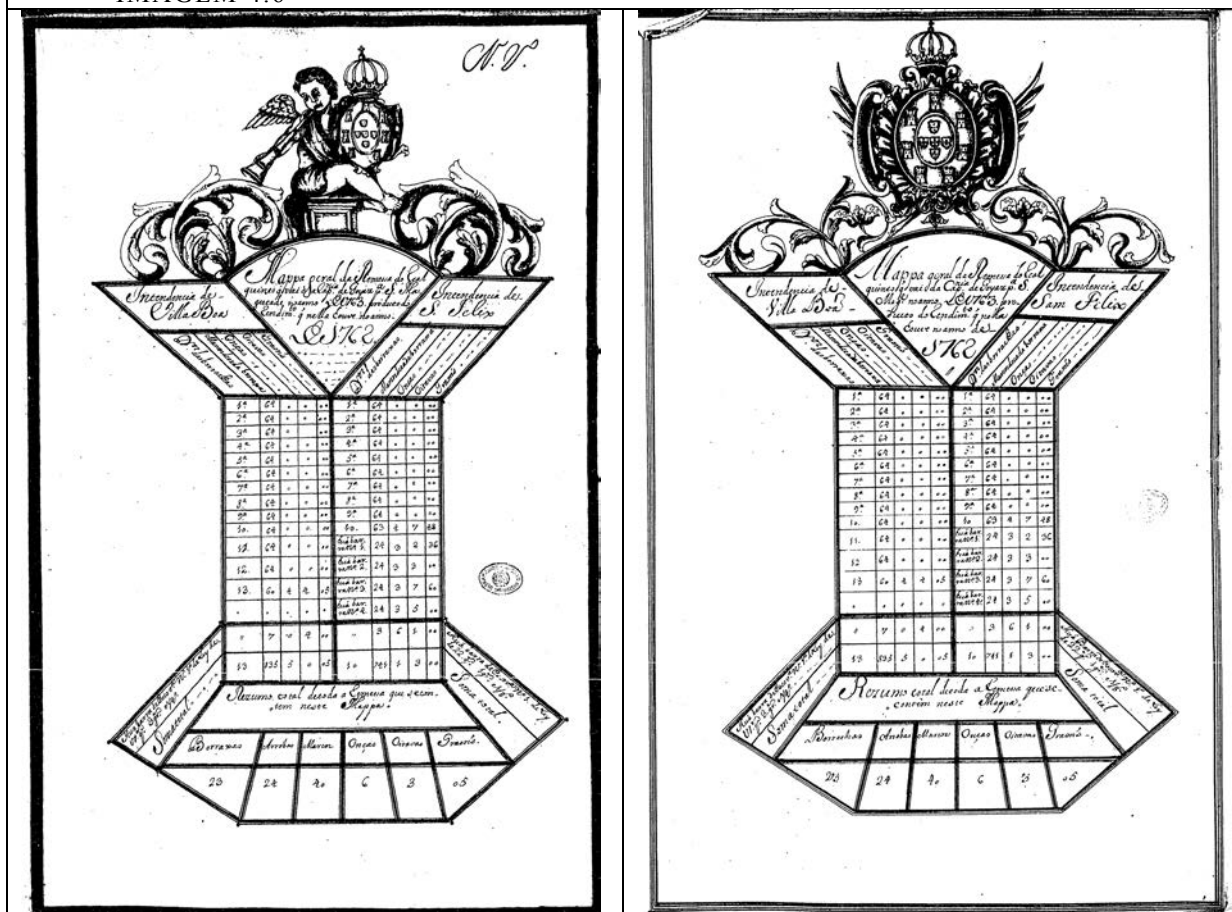
21 de março de 1755.

Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.12, D.718.

4.5.c) Brasão de Portugal.



IMAGEM 4.6

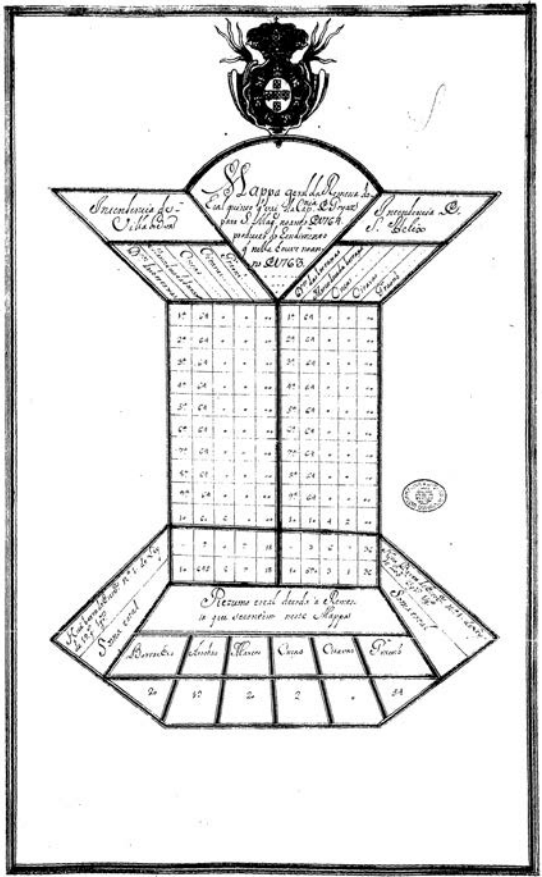
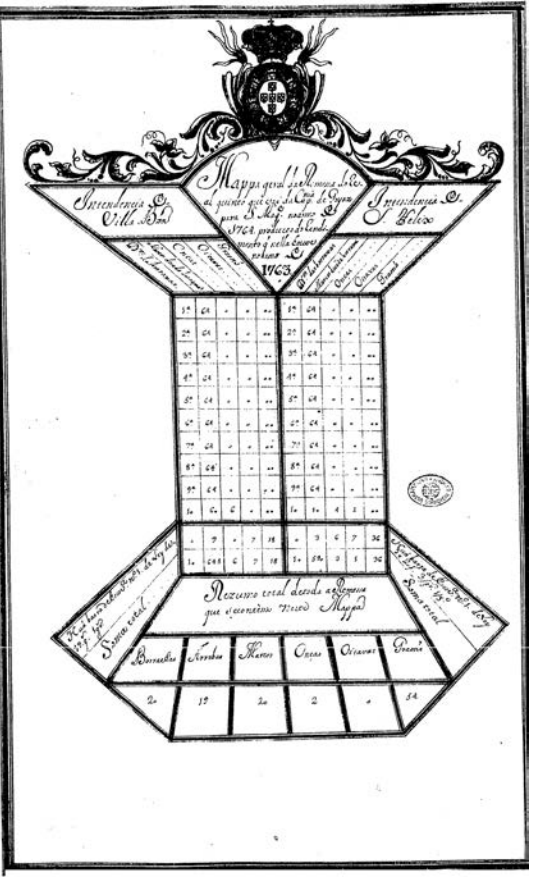


4.6.1) Carta de Antônio Mendes de Almeida, intendente da Fazenda Real de Goiás ao Conde de Oeiras sobre rendimentos das casas de fundição de Vila Boa e São Félix e o quinto real de 1762. 19 de maio de 1763.
Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.19, D.1145.

4.6.2) Carta do governador João Manoel de Melo ao Conde de Oeiras com os mapas de rendimento aurífero. 28 de maio de 1763.
Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.19, D.1155.

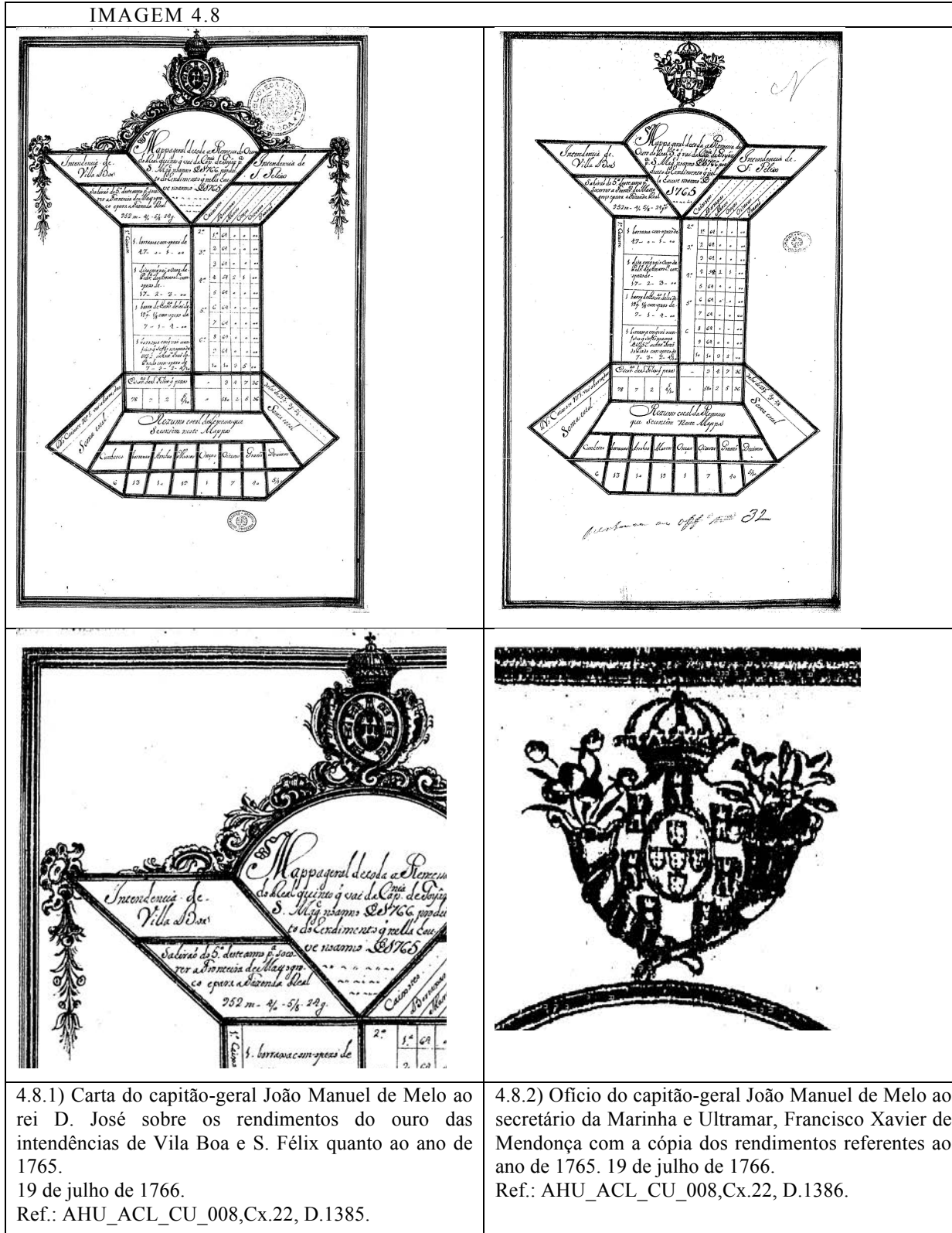
Estes mapas mais verticalizados foram ornados com o brasão de Portugal, coroado e ladeado de frondes. Na imagem 4.6.1, um anjo assenta sobre pedestal com o brasão ao colo tocando trombeta, simbolicamente anuncia bons rendimentos ao rei. Todos esses elementos são característicos do estilo barroco, a destacar a inconfundível robustez dos seres celestiais da iconografia luso-brasileira.

IMAGEM 4.7

	
<p>4.7.1) Ofício do capitão-geral João Manuel de Melo ao secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça sobre rendimentos do ouro das intendências de Vila Boa e S. Félix quanto ao ano de 1763. 09 de junho de 1764. Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.20, D.1226.</p>	<p>4.7.2) Ofício do capitão-geral João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras, secretário dos Negócios Estrangeiros, sobre o mesmo conteúdo ao lado. 09 de junho de 1764. Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.20, D.1227.</p>

Ao comparar os mapas, o topo da cópia [imagem 4.7.2] endereçada ao Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal recebeu maior capricho decorativo. O brasão não está solitário e sim cercado de frondes que apresentam flores e gavinhas foliares.

IMAGEM 4.8



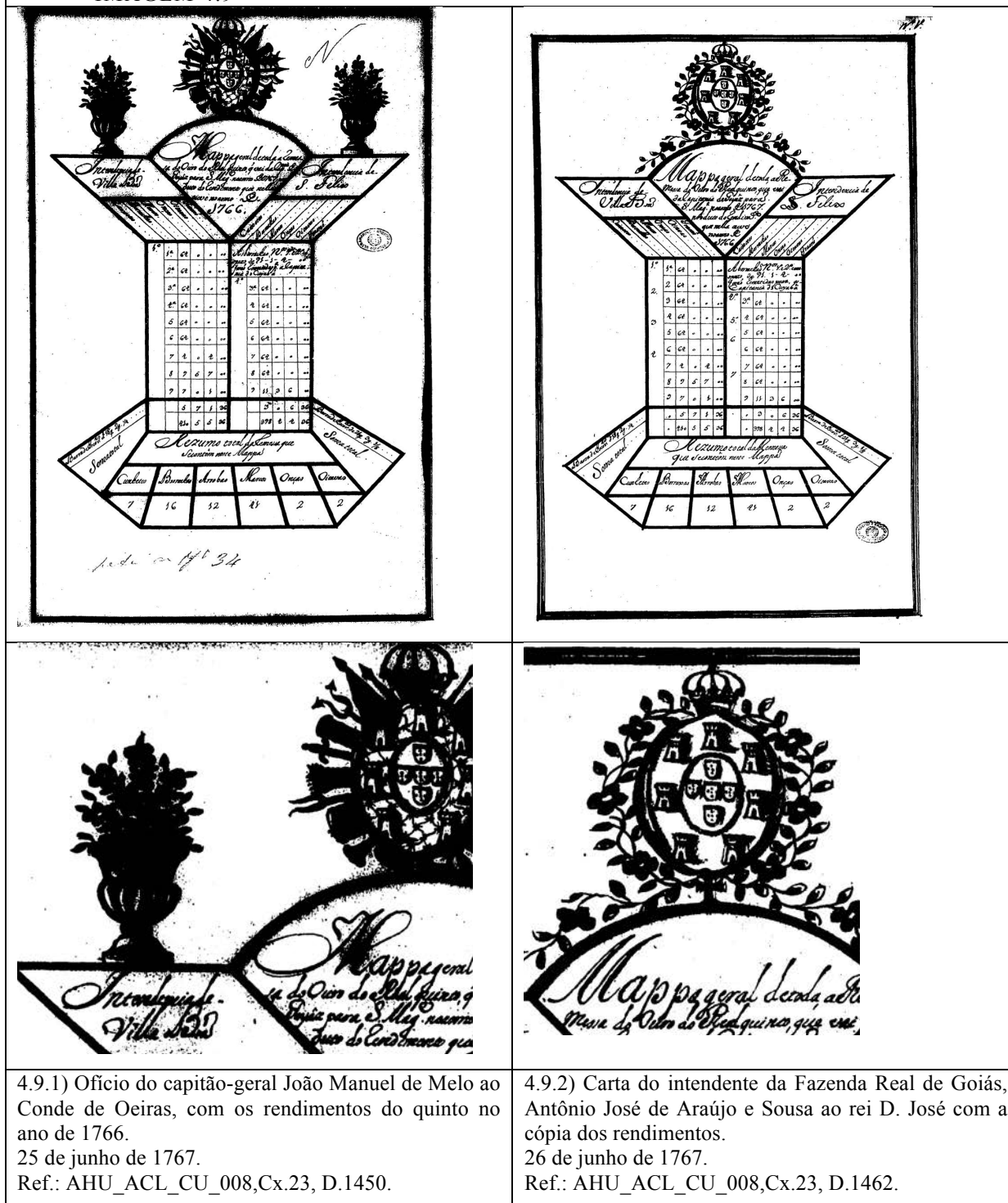
4.8.1) Carta do capitão-geral João Manuel de Melo ao rei D. José sobre os rendimentos do ouro das intendências de Vila Boa e S. Félix quanto ao ano de 1765.
19 de julho de 1766.
Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.22, D.1385.

4.8.2) Ofício do capitão-geral João Manuel de Melo ao secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça com a cópia dos rendimentos referentes ao ano de 1765. 19 de julho de 1766.
Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.22, D.1386.

Ambos os mapas estão emoldurados. A coroa acima do brasão extravasa o limite da moldura [imagem 4.8.1]. Não podemos afirmar se o efeito ótico foi intencional ou acidental, porém certamente atraía o olhar do leitor por fugir do padrão que pudemos observar até aqui. Do símbolo real seguem rocalhas até os extremos da contabilidade aurífera, donde pendentes

arranjos florais conferem uma profusão visual. Além do floreio na caligrafia da letra “M” e do numeral “1”, nas datas do título. Noutra versão mais singela [imagem 4.8.2] constam duas cornucópias, símbolo de sorte e riqueza, plenas de rosáceas e lírios ao lado do escudo.

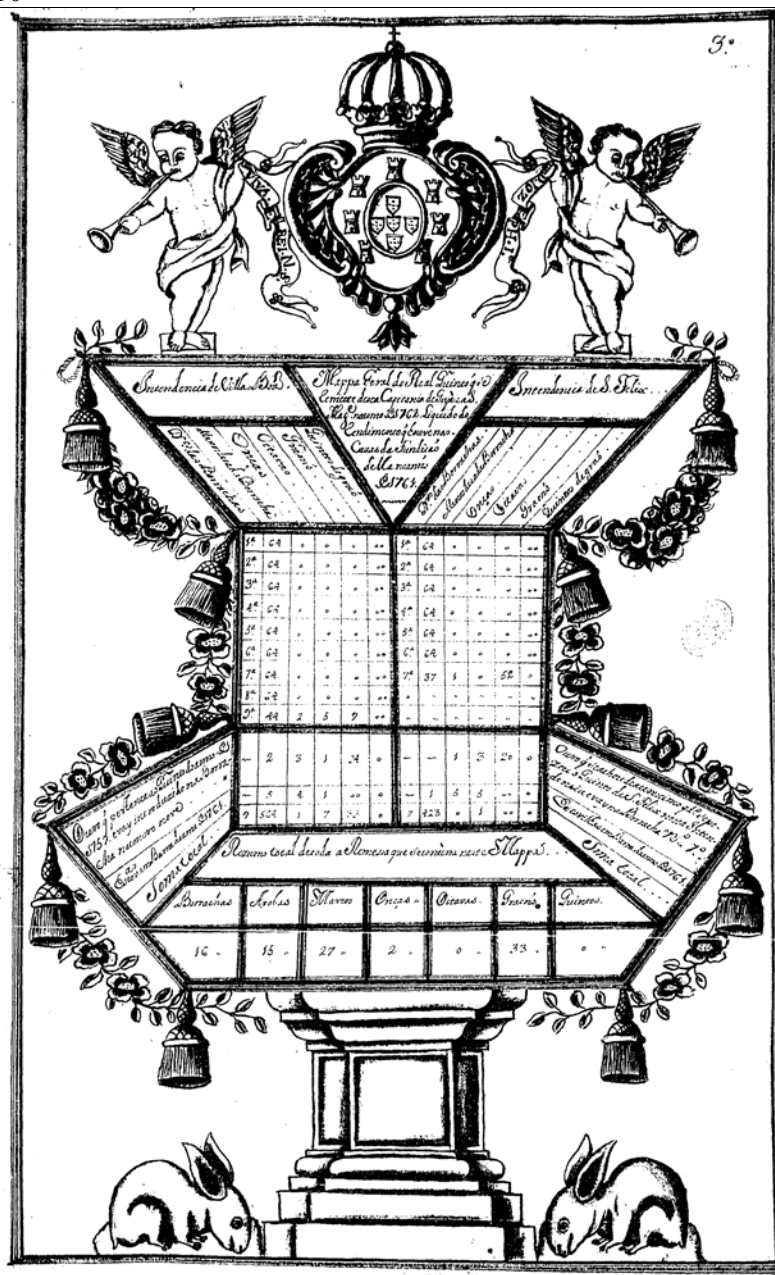
IMAGEM 4.9



Nestes mapas configuram as ornamentações florais, em vasos ou ramas. Apesar da má qualidade da reprodução digital [imagem 4.9.1], o escudo português foi ladeado de

armamentos: espadas, lanças, ponteiros da bandeiras, machados de guerra e outros não identificáveis. O único a ter referências de poder militar nesta pesquisa.

IMAGEM 4.10



Carta do intendente da Fazenda Real de Goiás, Antônio Mendes de Almeida ao Conde de Oeiras remetendo mapas das casas de fundição da capitania referentes ao ano de 1761.

20 de maio de 1762.

Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.18, D.1092.

Para encerrar este primeiro grupo, alterando a ordem cronológica, o mais exacerbado mapa feito para os esclarecimentos do secretário de Negócios Estrangeiros, o Conde de Oeiras. Posto o mapa em forma de torre sobre pedestal, onde se prostram simetricamente dois coelhos, representando os fiéis vassallos que multiplicam as receitas soberanas com fertilidade.

IMAGEM 4.12

imagem 4.12.1

imagem 4.12.2

Ofício do intendente da Fazenda Real Anastácio da Nóbrega ao secretário da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, com mapas da receita e despesa da Provedoria da Fazenda Real.

31 de março de 1756.

Ref.: AHU ACL CU 008,Cx.13, D.788.

As formas octogonais nas plantas das igrejas barrocas de Vila Boa se repetem na exposição dos mapas financeiros. Aliás, na lapidação de pedras preciosas a faceta octogonal configura uma das mais tradicionais. O calígrafo aplicou linhas diagonais que promovem a ilusão de chanfrados tridimensionais e a composição visual aparenta volume, ainda que de maneira irregular com pouco domínio. Nos ornamentos estão os motivos mais comuns: flores. A imagem 4.12.2 apresenta uma forma mais figurativa, sem qualquer pendor botânico, no centro da tabela e como floreio caligráfico da palavra “total” na base. Noutra imagem 4.12.1, em cada aresta e no eixo vertical do escudo português há a forma heráldica do lírio, Flor-de-Lis, o que na linguagem cristã indica pureza, vida e soberania. Há também a feitura de grossas molduras nas páginas e nas bordas das tabelas.

IMAGEM 4.13

imagem 4.13.1

imagem 4.13.2

Carta do capitão-geral João Manuel de Melo ao rei D. José sobre os rendimentos do ouro das intendências de Vila Boa no ano de 1765.

19 de julho de 1766.

Ref.: AHU_ACL_CU_008,Cx.22, D.1385.

Novamente octógonos, mas o importante são as volutas assimétricas que formam uma representação do brasão real no interior de um coração. A simbologia das *Cinco Chagas* no escudo português confere com o fundamento cristão e discurso messiânico do Estado. Entretanto, outros elementos reforçam esse fenômeno como a popularidade dos livros de emblema ibéricos sobre *religio cordis*, que tratavam das etapas a serem cumpridas no caminho rumo à união mística junto ao *Sagrado Coração*. Esse imaginário religioso em torno do símbolo cordial de Cristo aparece noutros elementos portugueses, as medalhas das Ordens de Cristo, de Tiago e de São Bento.

O que podemos dizer deste conjunto de mapas apresentado? Primeiramente, não eram de exposição pública em Vila Boa, eram ofícios direcionados às autoridades da Coroa, logo eram desenhados para o olhar aristocrático de Lisboa. Se fossem vistos por algum iletrado da capitania, este saberia se tratar de algo do governo pelos signos sempre marcados acima dos

mapas. Apesar da pequena amostragem, os destinatários frequentes desse tipo de documento foram o monarca D. José e o Conde de Oeiras, o que caracteriza a importância dos proventos e manutenção de vínculos das minas goianas para a metrópole. O intervalo temporal entre a primeira carta (1751) e a última (1767) contemplou dezesseis anos de trabalho, os quais poderiam pertencer ao serviço de um único indivíduo. Os detalhes das composições que se repetem também reforçam esta hipótese.

Se havia apenas um escrivão com essa capacidade, quais razões para a descontinuidade dessas ilustrações? Podemos levantar duas hipóteses: este indivíduo não mais trabalhou na Fazenda Real e ninguém mais estava apto a realizar este “capricho visual” em seu lugar; ou se perdeu o interesse na produção dessas ornamentações pela queda na produção aurífera que Palacin indica: “o ano de 1766 como o início da decadência, no ano anterior, a receita chegou a 87.078\$402 e a partir deste momento começou a deslizar pelo plano inclinado, não alcançando em 1802 senão 32.978\$330”. (1994, p.108). A decepção com as receitas teria desestimulado a arte decorativa nos ofícios. Mas quais as motivações das flores e dos anjos? Em defesa do valor das alegorias, Benjamin afirma: “É este o pressuposto, no plano da teoria da linguagem, da unidade entre o Barroco da palavra e o Barroco da imagem.” (BENJAMIN, 2013, p. 232). Portanto, os manuscritos de Goiás estavam abertos aos mais diversos fragmentos: anjos, guirlandas, conchas, flores, armas, coelhos, mascarões, fitas etc, como alegorias aptas a compor a estética, tanto que sobrepunham visualmente ao conteúdo informativo dos mapas. Provavelmente, para uma sociedade em que a tradição religiosa, a hierarquia social e os teatros de poder eram mais importantes do que os números de riqueza, a exposição objetiva e impessoal do conteúdo em si mesmo, nu, sem adereços, não fazia sentido nesse imaginário. Pelo contrário, para o aristocrata ideal, a riqueza é meio (sensível), nunca fim (racional). E o poder político com muitas alegorias tinha a pretensão de configurá-lo maior e mais potente do que realmente era, principalmente em Goiás. Então, demonstrar que a léguas de distância, do outro lado do oceano, os representantes do monarca governavam um posto da Coroa que dialogava em sintonia gestual e visual nos manuscritos, porém sem qualquer sofisticação dos grandes mestres europeus, era hábito coerente com a etiqueta da Corte.

Por isso é sem dúvida necessário não confundir as insígnias ligadas à pessoa do príncipe, os objetos próprios que tornam perceptível e reconhecível a sua soberania, e os materiais mais diversos que estão encarregues de representar o poder nos lugares onde não se encontra o príncipe, através da presença multiplicada e perpetuada das personificações e alegorias que mostram (e demonstram) a continuidade e a ubiquidade do poder público. (CHARTIER, 2002, p.228)

Nos códigos do absolutismo se devia exercer o louvor à majestade e aos seus dignitários, portanto, eram elementos não verbais do discurso bajulatório. Apesar desses documentos expressarem um espírito barroco, a pequena quantidade arquivada nos aponta que determinadas ferramentas da cultura da escrita barroca não se articularam no sertão goiano e entraram em franco desuso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um texto nunca se esgota, porque sendo feito de linhas sempre sobra algumas que permitem tramar outros textos. O que se esgota mesmo é o autor. Ao fim desta dissertação, os envolvidos em sua produção têm de dar o ponto final para o qual toda frase marcha, como pensa Flusser ao salientar que existe algo de militar no exercício da escrita.

Embora retomando o trabalho dos contrários no primeiro capítulo, no qual seguimos a trilha de Holanda, o valor do éthos valente marcou esta civilização no que Elias lhe aponta de nuclear: a capacidade de pensamento abstrato e usufruto de livros. Entre valentes e letrados, tipos ideais desta narrativa historiográfica, as mãos pesadas do primeiro se sobrepuseram às mãos do segundo, poucas e frágeis até mesmo para traçar um floreio com perícia. Logo, distante também de traçar um pensamento abstrato com erudição. Os exemplos de Antônio Pires, como representante das forças violentas e imediatas do processo civilizador no Cerrado, e de Silva e Souza, como agente das palavras com textos de cunho político e satírico, são extremos de cada campo. Ambos úteis às autoridades do Palácio e da Câmara de Vila Boa, para realizar atividades que lhes diziam respeito: o extermínio de gentios e a composição de documentos descritivos e memoriais da capitania.

Como afirmamos na introdução sobre o tempo histórico de Flusser, que avança de forma linear e objetiva, ao tratar das escolas régias e dos primeiros professores temos a sensação de atemporalidade ou eterno retorno pela irregularidade nos subsídios, falta de materiais e precariedade no suporte à instrução pública. Apenas o vetor da violência mudou de direção, antes partia do mestre a palmatória nos alunos. Atualmente parte dos estudantes agressões com os instintos e paixões indomesticadas. Conforme Elias, a auto coerção é fundamental para garantir a convivência cortês em grupo. Os aforismos sobre o cultivo da disciplina e das virtudes para o bem escrever, que serviam de modelos caligráficos nos manuais ibéricos traziam consigo uma fé no conhecimento humano e na capacidade de fazer a si mesmo obra melhor copiando outros mestres. Em que pese o lado pejorativo da cópia e da imitação, há também a virtude da humildade em se reconhecer ignorante num assunto ou técnica.

Por isso e por outros pontos levantados no decorrer do texto, a tradição e as hierarquias sociais se preocupavam tanto com a distinção de comportamentos entre os diferentes, para demarcar limites, e com a manutenção de hábitos e alegorias entre os considerados iguais. O jogo das aparências era determinante nos espaços públicos, pois o medo íntimo de perder lugar entre os vencedores e passar aos vencidos era grande. As

identidades eram formadas por vínculos sociais e não expressão individual. Mas na sociedade colonial da América portuguesa as regras não eram pétreas e havia a flexibilidade interétnica para mestiços e mulatos ascenderem. A nobilitação era possível e muito desejada, principalmente com maiores chances entre aqueles que vinham de uniões legítimas. Portanto, as adversidades na formação familiar e escolar da capitania de Goiás justificam o baixo número de representantes em Coimbra, apenas vinte e seis alcançaram o ensino superior.

Apesar desse panorama, o espírito barroco trazia beleza e experiências sensoriais aos habitantes dos povoados sertanejos com as igrejas coloridas, as festas religiosas e oficiais com óperas e cavalcadas, o chafariz e o passeio público, os funerais luxuosos e a sociabilidade das irmandades que assistiam viúvas e enfermos, e também promoviam procissões e celebrações aos seus padroeiros. Este arranjo estético foi instrumento social e religioso para a formação de sensibilidades identitárias entre grupos tão diferentes e em conflito: brancos, negros e indígenas. Os descendentes desse amálgama também tinham a oportunidade de buscar referências visuais entre irmandades e santos de várias cores.

O teatro barroco das relações de poder oferecia para o bem e para o mal a oportunidade de dissimular o que se era fora desses eventos, um cotidiano isolado e desprovido de condições básicas ao conforto, como destacou Saint-Hilaire. Por outro lado, o barroco brasileiro possuía o alegórico violento. As punições públicas da justiça setecentista, a escravidão, as penitências de ordem cristã, as perseguições inquisitoriais contra práticas mágicas e outras religiosidades, os castigos escolares, os justicamentos particulares e a violência doméstica. Com clareza, Gilberto Freyre aborda o sadismo presente desde as simples brincadeiras infantis às relações de medo e rebaixamento moral entre senhores e escravos. As famílias ilegítimas eram cindidas entre dois padrões de comportamento, um trauma social que Oliveira elabora no caso de Goiás como fator de solidão e desajuste para os bastardos que não receberam o mesmo reconhecimento. Mulatos e pardos que internalizaram o sentimento de inferioridade. Enfim, havia mais fatores contrários ao letramento do que a favor no ambiente goiano.

Ao nos determos sobre os manuscritos, relembremos o método indiciário de Ginzburg. A comparação dos estilos caligráficos copiados das publicações setecentistas sobre a arte da escrita, os desenhos posturais da mão e do corpo e dos elementos decorativos profusos - onde a informação do conteúdo chega a se camuflar entre flores e volutas - exibem a assimilação da cultura da escrita ocidental no território do Cerrado. Os livros de irmandades comparados com os manuais de Figueiredo e Roelas y Paz confirmam a teoria de Almada quanto à circularidade dessas publicações pelas colônias portuguesas. E confirma a nossa hipótese do

amadorismo caligráfico ao pintar as letras capitulares com muita irregularidade no traço, como no exemplo do compromisso de Vila Boa. Ao comparar os livros de Cocal entre si, compreendemos que em período de maior fluxo econômico na região, os dois livros bem ornados foram confeccionados provavelmente por encomenda às mesmas mãos com maior acuidade estética. Enquanto o segundo da irmandade das Mercês nos indica uma precariedade das habilidades e das circunstâncias vigentes, conforme a data de 1788, pois o aspecto visual coincide com as informações compiladas por Bertran na obra *Notícias Gerais*, sobre a situação deste arraial ao norte da capitania.

O compromisso da irmandade de São Miguel e Almas conservou uma aparência inacabada, semelhante à trajetória de igreja matriz de Vila Boa e julgamos que diferentes mãos participaram deste manuscrito. Todos com pigmentos vermelhos. Realmente a cor faz jus aos elementos mais primitivos da humanidade, o fogo que domesticado proporcionou as primeiras distinções culturais entre o cru e o cozido e o sangue que emana em casos naturais como partos e doenças, nos momentos imprevistos de acidentes e nos intencionais, em assassinatos. Todos executores são anônimos, isto também porque o barroco foi para Kitson o último movimento em que o artista era integrado à sociedade, enquanto artesão que atendia à clientela de aristocratas e principalmente da Igreja. Eles produziam obras para comunicação e ostentação pública, sem ainda o individualismo de gênio criativo e contestador das regras sociais acondicionado em galerias.

E a cultura da escrita findo o século XVIII? Quando o gestual era tão importante nos manuscritos e até representado nos impressos, Barthes questiona se temos vergonha de não mais escrever porque perdemos com essa prática manual a nossa face humanista. Que a tecnologia avança para o empobrecimento dos gestos é inevitável, uma vez que basta a ponta dos dedos na passagem para um mundo que acontece na dimensão zero de Flusser. A caligrafia exigia paciência, esforço e muito domínio corporal para manter postura e contornar as limitações e erros que ocorriam e ficavam marcados de forma palpável. O que não ocorre nas “multitelas” contemporâneas, a rapidez em digitar, apagar, colar e copiar, sem qualquer vestígio de falha - salvo algum “print” compartilhado num instante que replica indefinidamente anônimo. Uma forma de escrita com pausa material (recarregar a tinta na pena, apontar o grafite, virar a página) e pausa corpórea (cansaço, dor, desvio do olhar). Com a tela sensível ao toque dá para ficar deitado na penumbra e pausa em casos de falta de energia ou wi-fi. O cansaço do corpo é menos perceptível, a interrupção ocorre mais por esgotamento mental e angústia por algo indefinido.

Entretanto, toda a funcionalidade extremamente simples e intuitiva promove uma facilidade de produção que beneficia também esta pesquisa acadêmica. A manipulação de imagens, o acesso a documentos não viáveis de encontrar no plano físico e as rápidas alterações de texto entre autores, são aspectos positivos e impensáveis noutros tempos. Outro benefício tecnológico é utilizá-lo para a preservação de memória e promoção de novas formas de acesso a esta cultura da escrita setecentista. No campo do design gráfico, existe a possibilidade de tornar uma letra manual em letras digitais. Assim, há o interesse de selecionar alguns exemplares dos manuscritos goianos e tornar suas letras e ornamentos em versões digitais e disponíveis para outras aplicações além do cunho histórico e arquivístico. Deixamos esse desdobramento aberto para o exercício da interdisciplinaridade que não finda com a dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNOLIN, Adone. Política Barroca: a arte da dissimulação. In: TIRAPELI, Percival. (Org.). *Arte Sacra: barroco memória viva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. UNESP, 2005. p.168-178.
- ALENCASTRE, José Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Sudeco/Governo de Goiás, 1979.
- ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel [manuscrito]: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ALMADA, Márcia. *Livros manuscritos iluminados na Era Moderna: Compromissos de Irmandades mineiras, século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Diante das imagens de Veiga Valle: questões colocadas, questões retomadas. In.: UNES, Wolney. (Org.). *Veiga Valle*. Goiânia: ICBC, 2011. p.22-34.
- BAETA, Rodrigo Espinha. *Teoria do barroco*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- BARRENTO, João. *Limiares sobre Walter Benjamin*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.
- BARTHES, Roland. *Variaciones sobre la escritura*. Barcelona: Paidós Iberica, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
- BERNARDO, Gustavo. *A dúvida de Flusser: filosofia e literatura*. São Paulo: Ed. Globo, 2002.
- BERNARDO, Gustavo.; FINGER, Anke.; GULDIN, Rainer. *Vilém Flusser: uma introdução*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BERTRAN, Paulo. (Org.) *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Solo Editores, 1997.
- BOMENY, Maria Helena Werneck. *Os manuais de desenho da escrita*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila M.; MEGIANI, Ana Paula T. (Org.). *O império por escrito*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009. p. 229-253.
- BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf-UFG, 1991.
- BRINGHURST, Robert. *Elementos do estilo tipográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo-RS: Ed. UNISINOS, 2013.
- CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 1999.
- CASTRO, José Luiz de. *A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824)*. Goiânia: Ed. UCG; 2006.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Miraflores, Portugal: Difusão Editorial, 2002
- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2015.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Iconografia Vila-Boense*. Goiânia: Ed. UFG, 2013.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- ÉLIS, Bernardo. *Chegou o governador*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1998.
- FISCHER, Steven R. *História da Escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- FLUSSER, Vilém. *A escrita – há futuro para a escrita? –* São Paulo: Annablume, 2010.
- FLUSSER, Vilém. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FLUSSER, Vilém. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- FORBES, Jorge. O homem cordial e a psicanálise. In.: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Ed. Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Ed. Global, 2004.
- GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Câne editorial/PUC-Goiás, 2010.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GÓMEZ, Antônio C. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- HANSEN, João Adolfo. Artes Seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELI, Percival. (Org.). *Arte Sacra: barroco memória viva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. UNESP, 2005. p.180-189.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORCADES, Carlos M. (Org.). *Almanaque Tipográfico Brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- JACOB, Christian; BARATIN, Marc (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- KITSON, Michael. *O Barroco*. s.l.: EXPED, 1979.
- LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACHADO, Carlos Eduardo J.; MACHADO, Rubens Jr.; VEDDA, Miguel. (Org.). *Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro impressão e fabrico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- MEDIAVILLA, Claude. *Caligrafia: del signo caligráfico a la pintura abstracta*. Valência: Campgràfic, 2005.
- MEGGS, Philip B.; PURVIS, Alston W. (Org.). *História do design gráfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. *Vidas sertanejas: aspirações metropolitanas: alunos da Universidade de Coimbra nascidos em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2015.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As representações do medo e das catástrofes em Goiás*. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Como se Lisboa ou Rio de Janeiro não existissem: as representações sobre a Corte em Goiás. In: LEMES, Cláudia Graziela F. (Org.). *Uma Corte Europeia nos Trópicos e outros ensaios*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010. p. 61-72.
- PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- PERIUS, Oneide. *Walter Benjamin a filosofia como exercício*. Passo Fundo: IFIBE, 2013.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: São Paulo: USP, 1976.
- SAINT-HILAIRE, August. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:

USP, 1975.

SALES, Gilka V.F. Economia e escravidão de Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 1993. p. 215-293.

SOUZA E SILVA, Michelle. *Ler e Ser virtuoso no século XV*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TELES, José Mendonça. (org.). *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TOLEDO, Benedito L. *Esplendor do Barroco Luso-brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.